



Ana Carolina Teixeira Delgado

**Seringueiros: da luta pela terra
à proteção da floresta tropical.**

**Um estudo sobre o processo de
transnacionalização do movimento.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Relações Internacionais da
PUC-Rio.

Orientador: José Maria Gómez

Rio de Janeiro, julho de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Ana Carolina Teixeira Delgado

**Seringueiros: da luta pela terra
à proteção da floresta tropical.
Um estudo sobre o processo
de transnacionalização do movimento.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

José Maria Gómez
Orientador
PUC-Rio

Andrea Ribeiro Hoffmann
PUC-Rio

Mauro Willian Barbosa de Almeida
Unicamp

João Franklin Abelardo Pontes Nogueira
Coordenador Setorial do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Carolina Teixeira Delgado

Graduou-se em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2002. Pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), vinculado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) desde fevereiro de 2006.

Ficha Catalográfica

Delgado, Ana Carolina Teixeira

Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical: um estudo sobre o processo de transnacionalização do movimento / Ana Carolina Teixeira Delgado ; orientador: José Maria Gómez - Rio de Janeiro : PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais , 2006.

152 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais.

Inclui referências bibliográficas.

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Movimentos transnacionais. 3. Seringueiros. 4. Identidade. 6. Ambientalismo. I. Gómez, José Maria. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Agradeço a minha família, pelo constante apoio para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, José Maria Gómez, pelas sugestões e incentivos durante a preparação do projeto de pesquisa e desta dissertação.

A Mônica Hertz, pelas sugestões quando da elaboração do projeto.

A Andrea Ribeiro Hoffmann e Mauro Willian Barbosa de Almeida, pela disponibilidade em participar da banca examinadora.

Aos funcionários do Departamento do Instituto de Relações Internacionais – em especial, a Maria Helena Marques – e do Núcleo de Documentação deste Instituto. Agradeço, ainda, aos funcionários da Biblioteca da PUC-Rio, principalmente, a Sônia Gabriel.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo suporte financeiro.

Ao Governo do Estado do Acre, por haver me possibilitado a viagem ao referido estado.

A Roberto Ferreira da Silva e Alexandre Tostes, pelo auxílio quando de minha visita ao Acre.

A Raimundo de Barros, Nilson Teixeira Mendes, Francisco de Assiz e "Bóca", pelas entrevistas concedidas.

A Elder Andrade de Paula, pelo auxílio, troca de idéias e pelos trabalhos gentilmente cedidos quando de minha estadia no Acre.

A Carlos Walter Porto Gonçalves, por me haver disponibilizado sua tese de

doutorado.

Aos colegas da turma de mestrado do ano de 2004, em especial, a Cristina Alexandre, Ivi Elias e Mariana Montez Carpes, pelos debates e pela troca de idéias.

Aos colegas de trabalho do Observatório Político Sul-Americano.

Aos meus amigos, pela compreensão.

Resumo

Delgado, Ana Carolina Teixeira; Gómez, José Maria. **Seringueiros: da luta pela terra à proteção da floresta tropical**. Rio de Janeiro, 2006. 152p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O movimento dos seringueiros tem sido interpretado como um movimento local, que eclodiu no Brasil em torno de questões fundiárias. Naquele período, a Amazônia passava por um processo de "modernização", marcado pela implementação de projetos respaldados por instituições internacionais, prejudicando a situação dos seringueiros. Inicialmente, estes atores mobilizaram-se pelos seus direitos pela terra. Mas sua percepção alterou-se nos anos 80, na medida em que entraram em contato com atores externos ao movimento e formaram redes transnacionais em torno de uma questão entendida à época como um problema global: o desmatamento da floresta tropical. Estas redes trabalharam juntas em campanhas, pressionando o governo brasileiro por meio de instituições internacionais com o objetivo de preservar a Amazônia. O objetivo deste estudo é analisar o processo de transnacionalização do movimento dos seringueiros, considerando-se a relação entre o local e o global, bem como a construção de identidade entre os atores envolvidos em tal processo.

Palavras-chave

Movimentos transnacionais – Globalização – Seringueiros – Identidade – Ambientalismo

Abstract

Delgado, Ana Carolina Teixeira; Gómez, José Maria (Advisor). **Rubber tappers: from land struggle to the protection of the tropical forest.** Rio de Janeiro, 2006. 152p. MSc. Dissertation - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The rubber tappers' movement has been interpreted as a local movement that eclosed in Brazil during the 70's around land right issues. Amazonia in that period was going through a process of "modernization", marked by the implementation of projects supported by international institutions, making worse the situation of the rubber tappers. Initially, those actors mobilized for their rights to have lands. But their perception changed by the 80's, as they got in contact with some actors external to that movement and formed transnational networks around an issue understood at that time as a global problem: the deforestation of the rain forest. Those networks worked together in caimpaigns, targeting Brazilian government through international institutions so as to preserve Amazonia. The object of this study is to analyse the process of transnationalization of the rubber tappers' movement, considering the local-global relation and the construction of identity among the actors envolved on such process.

Keywords

Transnational movements – Globalization – Rubber tappers – Identity – Environmentalism

Sumário

1. Introdução	11
2. Movimentos sociais e seu componente transnacional	16
2.1. Introduzindo o tema	16
2.2. Da dimensão transnacional	17
2.3. Do(s) processo(s) de transnacionalização	24
2.4. Transnacional ou global?	54
2.5. Conclusão	63
3. Os seringueiros em movimento	67
3.1. Introdução	67
3.2. As origens do movimento	68
3.2.1. Novos atores aderem à luta	77
3.2.2. Das divergências internas à construção de uma identidade própria	86
3.3. Conclusão	100
4. Os seringueiros ganham o mundo	102
4.1. Introdução	102
4.2. Seringueiros: entre a identidade própria e a construção de uma outra identidade	103
4.2.1. Os seringueiros e o ambientalismo	112
4.3. De volta ao localismo?	128
4.2. Conclusão	136
5. Conclusão	139
6. Referências Bibliográficas	143

Lista de abreviaturas e siglas

Basa - Banco da Amazônia S.A.

BCA - Banco de Crédito da Amazônia S.A.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Caex - Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

Cedop - Centro de Documentação Popular

Cimi - Conselho Indígena Missionário

CNS - Conselho Nacional de Seringueiros

Coapai - Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CTA - Centro de Trabalhadores Amazônicos

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EDF - *Environment Defense Fund*

Faeac - Federação de Agricultura do Estado do Acre

Fetacre - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre

IEA - Instituto de Estudos Amazônicos

Incra - Instituto Nacional de Reforma Agrária

IUCN - *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MS - movimentos sociais

MSG - movimentos sociais globais

NMS - novos movimentos sociais

PAD - Projeto(s) de Assentamento Dirigido

Paes - Projeto(s) de Assentamento(s) Extrativista(s)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Polonoroeste - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

Probor - Programa de Incentivo à Borracha Vegetal

PT - Partido dos Trabalhadores

Resex - reservas extrativistas

Sema - Secretaria Especial de Meio Ambiente

Sisnama - Sistema Nacional de Meio Ambiente

Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Ufac - Universidade Federal do Acre

Unep - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

WWF - *World Wildlife Fund*

1. Introdução

Os movimentos sociais constituem um tema relativamente recente na disciplina de Relações Internacionais. Restritos a uma literatura específica, que compreendia as Ciências Sociais – Sociologia, Ciência Política e Antropologia – a partir dos anos 90 a análise sobre os movimentos sociais expandiu-se para outras áreas, revelando-se como o ponto de inflexão de um debate interdisciplinar. Para que esta mudança sucedesse, muito contribuíram a reestruturação do sistema internacional e a reconfiguração das relações sociais no plano global, impulsionando uma corrente de crítica entre os teóricos de um modo geral. Em Relações Internacionais, a reação partiu de construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, que procuravam renovar as perspectivas da disciplina para além das limitações impostas pelos paradigmas dominantes: realismo e neo-institucionalismo. Desloca-se, pois, o foco de análise, enfatizando-se o papel de atores não-estatais, relegados às margens pelo *mainstream*, entre estes os movimentos sociais e suas formas de organização, a saber, organizações não-governamentais (ongs), redes, coalizões. Assim, o fim da Guerra Fria e o advento da globalização irão preconizar um questionamento das bases do pensamento ocidental, calcado no Iluminismo.

Contudo, se em Relações Internacionais estas transformações se fizeram sentir apenas na década de 90¹, nas Ciências Sociais os estudos acerca do ator coletivo já sinalizavam uma mudança, distanciando-se de uma perspectiva marxista. A complexidade observada na trajetória dos movimentos sociais carecia de formulações teóricas de maior potencial explanatório, que rompessem a visão clássica de luta de classes e o localismo. Neste sentido, alguns modelos revelaram-se de fundamental importância e representaram um marco para

¹ Entre as primeiras publicações sobre o tema, sobressaem os trabalhos de Colás (1994), Cohen & Arato (1992), Lynch (1994, 1998), Thiele (1993), Shaw (1994) e Walker (1994).

trabalhos futuros: a mobilização de recursos e a estrutura de oportunidades, ou oportunidades políticas, modelos criados nas décadas de 60 e 70; e os “novos movimentos sociais”, termo cunhado pela Sociologia alemã nos anos 80, ou movimentos característicos de sociedades pós-industriais.

Estas “movimentações” delineadas acima, em ambos os campos teóricos, apontavam para duas questões: enquanto no primeiro caso os especialistas tornavam-se cada vez mais cômicos das influências do plano doméstico no externo, no segundo quedava patente que os movimentos sociais, tradicionalmente interpretados como locais ou nacionais, sofriam a influência da esfera internacional, transnacional e global. Este traço do ator coletivo revelou-se de forma mais incisiva nos últimos anos, estimulando as discussões em torno dos movimentos transnacionais, também interpretados como globais. Tratam-se de denominações distintas para caracterizar um mesmo fenômeno, se partirmos do pressuposto de que ambos os termos direcionam-se aos atores coletivos que rompem seu localismo e transpõem-se para outras esferas. Entretanto, se de um lado enfatiza-se a transnacionalização e, conseqüentemente, as grafias territoriais, de outro prioriza-se o processo de globalização e uma análise multidimensional.

Neste sentido, o movimento dos seringueiros constitui um caso típico deste processo de transposição de um movimento social. Inicialmente analisado como um ator coletivo local, o movimento logrou superar as fronteiras territoriais, alcançando visibilidade e voz no âmbito externo a partir do contato com os ativistas transnacionais, em meados dos anos 80. Apontamos como o marco inicial para este processo a ano de 1985, quando o movimento incorpora uma questão global em seu discurso – a proteção da Amazônia, uma floresta tropical – em virtude das mediações estabelecidas com os ambientalistas, muitos destes integrantes de entidades e ongs internacionais. A proteção das florestas tropicais revelava-se desde os anos 70 uma questão presente nos debates e conferências internacionais sobre o meio-ambiente, entre estas a Conferência de Estocolmo, em 1972. As crescentes queimadas na Amazônia associadas à descoberta pelos cientistas de um buraco na camada de ozônio irão acentuar as preocupações dos ambientalistas em torno do tema. Neste cenário, a preservação da floresta

Amazônica assumia contornos simbólicos e globais: tratava-se de proteger o “pulmão do mundo”, pois as queimadas no local poderiam colocar em risco “a vida de todos no planeta” (Grzybowski, 1989).

Em 85 é realizado o I Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília. O encontro contou com a participação de atores diversos (além de ativistas, políticos, intelectuais, sindicalistas) e apresentou entre suas resoluções pela primeira vez a proposta das reservas extrativistas (Resex). As Resex congregavam simultaneamente a luta por justiça social e a bandeira ambiental de conservação dos recursos naturais sem, contudo distanciar-se da demanda do movimento: a permanência dos seringueiros na floresta, mantendo-se suas colocações. Destarte, este ator coletivo contemplava a relação entre o particular e o universal, ao apresentar uma solução no plano local para um problema percebido como global através da elaboração de projetos, que objetivavam a manutenção de seu modo de vida atrelada à conservação do meio ambiente. Os seringueiros reenquadraram a sua mensagem inicial, incorporando o teor ambiental, o que nos conduz a considerar neste trabalho o processo de globalização, como formulado por Robertson (1995) e Scholte (2002), paralelamente à transnacionalização.

A partir de sua “ambientalização”, intensificada após a morte de Chico Mendes e durante os demais encontros nacionais, o movimento obteve êxito, entre outros fatores, em ampliar sua base de apoio, alcançando aliados no plano nacional e, principalmente no transnacional, formando redes. A atuação de alguns atores, como Chico Mendes e Mary Allegretti, foi fundamental nesta “movimentação”. Na condição de mediadores – termo adotado por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) para referir-se ao mecanismo de mediação durante o processo de mudança de escala² – tais atores foram capazes de conectar lados previamente isolados, estabelecendo uma ponte entre grupos de bagagens e realidades distintas, culminando na formação de uma aliança entre seringueiros e ativistas ambientais.

² Por mudança de escala entende-se o processo de transnacionalização composto pelos mecanismos de difusão e mediação (Tarrow & McAdam, 2005). A mediação consiste numa variante da difusão na medida em que a disseminação de informações sobre o ator coletivo ocorre através do mediador, entre

Desta forma, estes sujeitos atuaram junto aos organismos internacionais exercendo uma pressão direcionada ao governo brasileiro, o que caracteriza o padrão bumerangue, formulado por Keck & Sikkink (1998). Segundo este modelo, uma estrutura interna percebida como fechada pelo grupo, em contraposição a uma estrutura externa aberta, proporciona a busca de aliados internacionalmente, objetivando uma maior pressão no nível nacional. Ainda, a mudança de escala e o padrão bumerangue, singularizados por um construtivismo estratégico, uma análise que compreende as dimensões intersubjetiva e racional, complementam-se, configurando a externalização de um movimento social.

O quadro delineado acima nos sugere, para uma análise sobre o processo de transnacionalização do movimento dos seringueiros, que a defesa de uma causa ambiental global – a proteção da floresta tropical (Amazônia) – teria possibilitado a criação de relações que perpassam a fronteira estatal, constituindo a transnacionalização do movimento. Ademais, inferimos que tal processo encerra uma mudança cognitiva entre os atores envolvidos, sobretudo os seringueiros, que se destacam como nosso objeto de estudo; e que o local, o global e o transnacional atuam como dimensões constitutivas durante a transnacionalização.

Embora o termo transnacional implique uma ênfase no caráter territorial das relações sociais, presente no caso em questão, procuramos salientar a dimensão intersubjetiva deste processo, atentando para a construção de uma identidade entre o movimento e seus aliados, pautada pelo mínimo em comum entre estes atores – a questão ambiental. Ao prezarmos pela formação de uma identidade ambientalista entre os seringueiros, o que não exclui o reconhecimento da transposição das fronteiras, procuramos superar os entraves impostos pelos modelos de Keck e Sikkink e de McAdam, Tarrow e Tilly, que condicionam a transnacionalização de um movimento à ação de seus membros em mais de um estado. Assim, propomos a abordagem destes modelos teóricos em associação à formação de uma identidade compartilhada, enfatizada por teóricos como Diani, Della Porta e Eschle e Stammers. Ainda, consideramos os trabalhos de Robertson

espaços sociais distantes, não-conectados previamente. A figura do mediador pode ser preenchida por um sujeito, uma organização.

e Scholte sobre o processo de globalização, conforme destacamos anteriormente, o que implica reconhecermos a coexistência de duas características em um mesmo caso: territorialidade e desterritorialidade.

Neste estudo de caso, adotamos uma estratégia de análise qualitativa. As informações sobre o movimento, especificamente, foram obtidas por meio de publicações acadêmicas, entrevistas e declarações, algumas disponíveis na Internet, outras fruto do trabalho de campo realizado no Acre. Também fazem parte deste material alguns documentos obtidos em entidades, entre estas o Conselho Nacional de Seringueiros, e em *sites* na Internet, como as resoluções do I, II e III Encontro Nacional de Seringueiros e o Relatório Brundtland. Utilizamos primordialmente a literatura voltada para o estudo de movimentos sociais, que alude a um debate interdisciplinar. Os trabalhos publicados neste campo de pesquisa lançam luz sobre pontos que até então haviam sido descuidados pelos teóricos, como a interpenetração das esferas doméstica e externa, principalmente no campo de Relações Internacionais, onde o interesse pelo tema é relativamente recente.

O trabalho foi organizado em três seções, contemplando a trajetória do movimento entre os anos de 1976 e 1995, que marcam desde o seu surgimento até a sua transnacionalização e a perda significativa do apoio de ongs e entidades internacionais. Na primeira parte, discutimos o quadro teórico, evidenciando as limitações e avanços de cada modelo empregado para analisar a transnacionalização do movimento dos seringueiros. Nesta discussão, fazemos referência aos acontecimentos do plano empírico. Nos dois capítulos seguintes, procuramos realizar a trajetória inversa: partimos do empírico, traçando um paralelo com as teorias. No capítulo 3, buscamos apresentar a ascensão do movimento, o desenvolvimento do ator coletivo desde 1976 até a primeira metade dos anos 80, contextualizando os cenários doméstico e internacional. No Capítulo 4, concentramos-nos na transposição do movimento, investigando o período que envolve os anos de 1985 a 1995, embora façamos uma breve alusão aos anos imediatamente anteriores. Esta seção assume contornos mais analíticos se comparada à anterior. Na parte final apresentamos as nossas conclusões.

1. Introdução

Os movimentos sociais constituem um tema relativamente recente na disciplina de Relações Internacionais. Restritos a uma literatura específica, que compreendia as Ciências Sociais – Sociologia, Ciência Política e Antropologia – a partir dos anos 90 a análise sobre os movimentos sociais expandiu-se para outras áreas, revelando-se como o ponto de inflexão de um debate interdisciplinar. Para que esta mudança sucedesse, muito contribuíram a reestruturação do sistema internacional e a reconfiguração das relações sociais no plano global, impulsionando uma corrente de crítica entre os teóricos de um modo geral. Em Relações Internacionais, a reação partiu de construtivistas, pós-modernos e teóricos críticos, que procuravam renovar as perspectivas da disciplina para além das limitações impostas pelos paradigmas dominantes: realismo e neo-institucionalismo. Desloca-se, pois, o foco de análise, enfatizando-se o papel de atores não-estatais, relegados às margens pelo *mainstream*, entre estes os movimentos sociais e suas formas de organização, a saber, organizações não-governamentais (ongs), redes, coalizões. Assim, o fim da Guerra Fria e o advento da globalização irão preconizar um questionamento das bases do pensamento ocidental, calcado no Iluminismo.

Contudo, se em Relações Internacionais estas transformações se fizeram sentir apenas na década de 90¹, nas Ciências Sociais os estudos acerca do ator coletivo já sinalizavam uma mudança, distanciando-se de uma perspectiva marxista. A complexidade observada na trajetória dos movimentos sociais carecia de formulações teóricas de maior potencial explanatório, que rompessem a visão clássica de luta de classes e o localismo. Neste sentido, alguns modelos revelaram-se de fundamental importância e representaram um marco para

¹ Entre as primeiras publicações sobre o tema, sobressaem os trabalhos de Colás (1994), Cohen & Arato (1992), Lynch (1994, 1998), Thiele (1993), Shaw (1994) e Walker (1994).

trabalhos futuros: a mobilização de recursos e a estrutura de oportunidades, ou oportunidades políticas, modelos criados nas décadas de 60 e 70; e os “novos movimentos sociais”, termo cunhado pela Sociologia alemã nos anos 80, ou movimentos característicos de sociedades pós-industriais.

Estas “movimentações” delineadas acima, em ambos os campos teóricos, apontavam para duas questões: enquanto no primeiro caso os especialistas tornavam-se cada vez mais cômicos das influências do plano doméstico no externo, no segundo quedava patente que os movimentos sociais, tradicionalmente interpretados como locais ou nacionais, sofriam a influência da esfera internacional, transnacional e global. Este traço do ator coletivo revelou-se de forma mais incisiva nos últimos anos, estimulando as discussões em torno dos movimentos transnacionais, também interpretados como globais. Tratam-se de denominações distintas para caracterizar um mesmo fenômeno, se partirmos do pressuposto de que ambos os termos direcionam-se aos atores coletivos que rompem seu localismo e transpõem-se para outras esferas. Entretanto, se de um lado enfatiza-se a transnacionalização e, conseqüentemente, as grafias territoriais, de outro prioriza-se o processo de globalização e uma análise multidimensional.

Neste sentido, o movimento dos seringueiros constitui um caso típico deste processo de transposição de um movimento social. Inicialmente analisado como um ator coletivo local, o movimento logrou superar as fronteiras territoriais, alcançando visibilidade e voz no âmbito externo a partir do contato com os ativistas transnacionais, em meados dos anos 80. Apontamos como o marco inicial para este processo a ano de 1985, quando o movimento incorpora uma questão global em seu discurso – a proteção da Amazônia, uma floresta tropical – em virtude das mediações estabelecidas com os ambientalistas, muitos destes integrantes de entidades e ongs internacionais. A proteção das florestas tropicais revelava-se desde os anos 70 uma questão presente nos debates e conferências internacionais sobre o meio-ambiente, entre estas a Conferência de Estocolmo, em 1972. As crescentes queimadas na Amazônia associadas à descoberta pelos cientistas de um buraco na camada de ozônio irão acentuar as preocupações dos ambientalistas em torno do tema. Neste cenário, a preservação da floresta

Amazônica assumia contornos simbólicos e globais: tratava-se de proteger o “pulmão do mundo”, pois as queimadas no local poderiam colocar em risco “a vida de todos no planeta” (Grzybowski, 1989).

Em 85 é realizado o I Encontro Nacional de Seringueiros, em Brasília. O encontro contou com a participação de atores diversos (além de ativistas, políticos, intelectuais, sindicalistas) e apresentou entre suas resoluções pela primeira vez a proposta das reservas extrativistas (Resex). As Resex congregavam simultaneamente a luta por justiça social e a bandeira ambiental de conservação dos recursos naturais sem, contudo distanciar-se da demanda do movimento: a permanência dos seringueiros na floresta, mantendo-se suas colocações. Destarte, este ator coletivo contemplava a relação entre o particular e o universal, ao apresentar uma solução no plano local para um problema percebido como global através da elaboração de projetos, que objetivavam a manutenção de seu modo de vida atrelada à conservação do meio ambiente. Os seringueiros reenquadraram a sua mensagem inicial, incorporando o teor ambiental, o que nos conduz a considerar neste trabalho o processo de globalização, como formulado por Robertson (1995) e Scholte (2002), paralelamente à transnacionalização.

A partir de sua “ambientalização”, intensificada após a morte de Chico Mendes e durante os demais encontros nacionais, o movimento obteve êxito, entre outros fatores, em ampliar sua base de apoio, alcançando aliados no plano nacional e, principalmente no transnacional, formando redes. A atuação de alguns atores, como Chico Mendes e Mary Allegretti, foi fundamental nesta “movimentação”. Na condição de mediadores – termo adotado por McAdam, Tarrow e Tilly (2001) para referir-se ao mecanismo de mediação durante o processo de mudança de escala² – tais atores foram capazes de conectar lados previamente isolados, estabelecendo uma ponte entre grupos de bagagens e realidades distintas, culminando na formação de uma aliança entre seringueiros e ativistas ambientais.

² Por mudança de escala entende-se o processo de transnacionalização composto pelos mecanismos de difusão e mediação (Tarrow & McAdam, 2005). A mediação consiste numa variante da difusão na medida em que a disseminação de informações sobre o ator coletivo ocorre através do mediador, entre

Desta forma, estes sujeitos atuaram junto aos organismos internacionais exercendo uma pressão direcionada ao governo brasileiro, o que caracteriza o padrão bumerangue, formulado por Keck & Sikkink (1998). Segundo este modelo, uma estrutura interna percebida como fechada pelo grupo, em contraposição a uma estrutura externa aberta, proporciona a busca de aliados internacionalmente, objetivando uma maior pressão no nível nacional. Ainda, a mudança de escala e o padrão bumerangue, singularizados por um construtivismo estratégico, uma análise que compreende as dimensões intersubjetiva e racional, complementam-se, configurando a externalização de um movimento social.

O quadro delineado acima nos sugere, para uma análise sobre o processo de transnacionalização do movimento dos seringueiros, que a defesa de uma causa ambiental global – a proteção da floresta tropical (Amazônia) – teria possibilitado a criação de relações que perpassam a fronteira estatal, constituindo a transnacionalização do movimento. Ademais, inferimos que tal processo encerra uma mudança cognitiva entre os atores envolvidos, sobretudo os seringueiros, que se destacam como nosso objeto de estudo; e que o local, o global e o transnacional atuam como dimensões constitutivas durante a transnacionalização.

Embora o termo transnacional implique uma ênfase no caráter territorial das relações sociais, presente no caso em questão, procuramos salientar a dimensão intersubjetiva deste processo, atentando para a construção de uma identidade entre o movimento e seus aliados, pautada pelo mínimo em comum entre estes atores – a questão ambiental. Ao prezarmos pela formação de uma identidade ambientalista entre os seringueiros, o que não exclui o reconhecimento da transposição das fronteiras, procuramos superar os entraves impostos pelos modelos de Keck e Sikkink e de McAdam, Tarrow e Tilly, que condicionam a transnacionalização de um movimento à ação de seus membros em mais de um estado. Assim, propomos a abordagem destes modelos teóricos em associação à formação de uma identidade compartilhada, enfatizada por teóricos como Diani, Della Porta e Eschle e Stammers. Ainda, consideramos os trabalhos de Robertson

espaços sociais distantes, não-conectados previamente. A figura do mediador pode ser preenchida por um sujeito, uma organização.

e Scholte sobre o processo de globalização, conforme destacamos anteriormente, o que implica reconhecermos a coexistência de duas características em um mesmo caso: territorialidade e desterritorialidade.

Neste estudo de caso, adotamos uma estratégia de análise qualitativa. As informações sobre o movimento, especificamente, foram obtidas por meio de publicações acadêmicas, entrevistas e declarações, algumas disponíveis na Internet, outras fruto do trabalho de campo realizado no Acre. Também fazem parte deste material alguns documentos obtidos em entidades, entre estas o Conselho Nacional de Seringueiros, e em *sites* na Internet, como as resoluções do I, II e III Encontro Nacional de Seringueiros e o Relatório Brundtland. Utilizamos primordialmente a literatura voltada para o estudo de movimentos sociais, que alude a um debate interdisciplinar. Os trabalhos publicados neste campo de pesquisa lançam luz sobre pontos que até então haviam sido descuidados pelos teóricos, como a interpenetração das esferas doméstica e externa, principalmente no campo de Relações Internacionais, onde o interesse pelo tema é relativamente recente.

O trabalho foi organizado em três seções, contemplando a trajetória do movimento entre os anos de 1976 e 1995, que marcam desde o seu surgimento até a sua transnacionalização e a perda significativa do apoio de ongs e entidades internacionais. Na primeira parte, discutimos o quadro teórico, evidenciando as limitações e avanços de cada modelo empregado para analisar a transnacionalização do movimento dos seringueiros. Nesta discussão, fazemos referência aos acontecimentos do plano empírico. Nos dois capítulos seguintes, procuramos realizar a trajetória inversa: partimos do empírico, traçando um paralelo com as teorias. No capítulo 3, buscamos apresentar a ascensão do movimento, o desenvolvimento do ator coletivo desde 1976 até a primeira metade dos anos 80, contextualizando os cenários doméstico e internacional. No Capítulo 4, concentramos-nos na transposição do movimento, investigando o período que envolve os anos de 1985 a 1995, embora façamos uma breve alusão aos anos imediatamente anteriores. Esta seção assume contornos mais analíticos se comparada à anterior. Na parte final apresentamos as nossas conclusões.

2. Movimentos sociais e seu componente transnacional

2.1. Introduzindo o tema

Novos movimentos sociais, movimentos transnacionais, organizações dos movimentos sociais transnacionais, movimentos sociais globais. Estes são alguns dos termos empregados na literatura de Relações Internacionais e Ciências Sociais quando da análise do tema em questão, expressando não apenas uma falta de consenso entre os estudiosos, mas as distintas abordagens teóricas que permeiam as análises decorrentes das opções pelo uso de determinado conceito.

Todavia, tais termos nos remetem a um processo cada vez mais observado entre as formas de ação coletiva. Aqui, nos referimos especificamente à transposição de um movimento social, cuja origem remonta à localidade, para outros planos que superam a circunscrição do estado nacional. Para além da esfera internacional, que sugere uma relação senão restrita, mas primordial entre os estados, e que relega os atores não-estatais às margens da política, abordamos os planos transnacional e global, nos quais estes atores se farão efetivamente presentes. Neste sentido, procuramos introduzir o que seria a dimensão transnacional dos movimentos sociais, aludindo à disciplina de Relações Internacionais e aos teóricos de movimentos sociais.

Seguimos com a análise de algumas perspectivas teóricas que compõem três processos distintos de transnacionalização – externalização, difusão e ação transnacional – e que nos auxiliam a compreender a transposição de um movimento social local. Para este fim, recorreremos à obra de Keck e Sikkink (1998), que se destaca como uma das primeiras publicações de RI sobre o assunto e expressa uma troca de idéias entre pesquisadores de campos disciplinares diversos. Desse modo, será discutida a aplicação dos modelos bumerangue/espiral, explorando suas vantagens e seus limites.

Em um segundo momento, intencionamos avançar nestes modelos, examinando principalmente as teorias de McAdam, Tarrow e Tilly, e Della Porta. Dedicamos a última parte deste capítulo a uma discussão sobre o papel do global neste processo, sua relação com o local e a incompatibilidade entre as esferas global/local-transnacional. Avaliaremos em que medida estas três abordagens contribuem para analisarmos o processo de transnacionalização de um caso específico: o movimento dos seringueiros.

2.2. Da dimensão transnacional

A dimensão transnacional não representa um fato novo no universo da ação coletiva. Conexões transnacionais entre ativistas, ou mesmo a ocorrência de um movimento social, suplantando as barreiras geográficas do estado nacional, já se mostravam presentes no século XIX, quando observamos a atuação do movimento abolicionista, das sufragistas, do movimento sionista, o socialismo/comunismo, entre outros. Ainda, poderíamos ir mais além e apontar na Reforma Protestante uma forma de ação coletiva transnacional.³

Contudo, a associação entre a ação coletiva e o transnacional manteve-se negligenciada pelos estudiosos. No campo das Relações Internacionais, é recente o interesse dos teóricos pela atuação de movimentos e ativistas, incluindo-se aí redes, coalizões e organizações não-governamentais (ongs), em um cenário antes dominado pela ótica estatal. Desde sua formação, com exceção para as análises dos teóricos que se inscrevem no paradigma pluralista, a disciplina pautou-se pela premissa realista que concebe os estados como os únicos atores no plano internacional – entre estes os estados fortes como os mais importantes no ambiente de disputa de poder e *self-help*, que singulariza o plano externo.⁴ A intensificação das atividades transnacionais nos

³ As conexões transnacionais entre ativistas são discutidas por Keck & Sikkink (1998) quando da análise do modelo bumerangue, salientando a atuação do movimento abolicionista nos EUA e Inglaterra, o movimento sufragista, a campanha pela erradicação do constrangimento dos pés femininos na China. Colás (1994) remete-se ao desenvolvimento do socialismo, identificando-o como Internacionalismo Socialista. Tarrow (1998 e 2000) recorre à Reforma Protestante e à Revolução Americana.

⁴ Ver Little (1996), Banks (1985) e Waltz (1979).

anos 70, aliada à percepção entre os teóricos acerca da ineficácia do realismo para considerar a crescente interdependência entre os estados abre caminho para uma visão liberal, o neoinstitucionalismo.

Marcado pela publicação de *Transnational Relations and World Politics* (1971), de Keohane & Nye, os neoinstitucionalistas procuravam contrapor-se ao pensamento neorealista, questionando sua abordagem estadocêntrica, que desconsiderava o papel das instituições e a complexidade das relações internacionais. Nesta obra, as relações transnacionais incluem todos os tipos de interações no âmbito transnacional, excluindo-se as relações entre os estados. Em virtude de sua abrangência e falta de especificidade, o conceito é novamente elaborado. Neste sentido, o transnacional refere-se aos atores não-governamentais, distinguindo-se de transgovernamental, este direcionado a “sub-unidades dos governos”(Keohane & Nye, 1974, p.41). Embora o transnacionalismo tenha assumido uma posição de destaque, a ênfase nas instituições internacionais e uma análise calcada na economia política acabaram por restringir o campo de pesquisa, culminando em sua estagnação.⁵

As discussões sobre o transnacionalismo são resgatadas na década de 90, tendo em vista o fim da guerra Fria e a acentuação das conexões transnacionais⁶. Estes acontecimentos colocam em xeque as teorias convencionais, acirrando um movimento de crítica, formado por matrizes distintas – pós-modernos, teóricos críticos, construtivistas – que intencionam renovar as perspectivas da disciplina. Neste contexto de reformulação das bases ontológicas, e por vezes empíricas⁷, observa-se uma preocupação da parte dos teóricos em relação ao papel e relevância

⁵ A necessidade de se suplantar o debate neo-neo e a tentativa de se avançar nas pesquisas é evidenciada no artigo de Katzenstein et al, “International Organization and the Study of World Politics”, in: *International Organization* 52(4): 645-686. Ver também Martin & Simmons (1998), Young (1999).

⁶ Destaca-se a obra de Risse-Kappan (1995), questionando o arcabouço conceitual adotado por Keohane e Nye e o debate neo-neo, centrado na relevância das instituições. O trabalho de Risse configura uma tentativa de resgatar o transnacionalismo sob um novo prisma; seu objetivo é superar as discussões anteriores, atentando para o papel dos atores não-estatais e a inserção do plano doméstico nas relações internacionais, promovendo uma interação entre o interno e o externo. Também relevante é a obra de Boli & Thomas (1999), ressaltando o papel das organizações não-governamentais internacionais.

⁷ Cf. WALKER, 1993, cap. 4.

dos atores não estatais, relegados às margens pelo *mainstream*⁸. Entre estes, ressaltam-se os movimentos sociais (MS) e suas formas de organização, em especial as ongs, paralelamente à percepção sobre a emergência de uma sociedade civil global e um projeto de governança global.⁹

Vale salientarmos, neste ponto, a ressonância que vêm alcançando os estudos acerca da sociedade civil global (SCG). Entendida basicamente como “o espaço de atuação e pensamento ocupado por iniciativas de cidadãos, individuais ou coletivos, de caráter voluntário e sem fins lucrativos” (Hertz & Hoffmann, 2004, p. 225), a SCG constitui um campo em ascensão nas Relações Internacionais, estando associada ao processo de globalização. Neste cenário, os movimentos sociais são compreendidos como um dos atores que contribuem para a formação deste espaço, atuando para a realização de um potencial emancipatório e democratizante, aspectos frequentemente atribuídos à SCG. Entre os que tratam do tema, destacam-se teóricos de paradigmas distintos, como Robert Cox (1999), Martin Shaw (1994) e R.B.Walker (1994). Enquanto Cox ressalta o papel dos MS de resistência à globalização neoliberal para a formação de uma SCG vibrante, democrática, como uma alternativa ao atual sistema de estados, levando à emancipação, Shaw atesta a relevância de uma sociedade civil global em emergência para os estudos acerca dos movimentos transnacionais. Para este autor, uma abordagem restrita aos movimentos sociais impõe limitações e encerra contradições. O mais adequado seria uma abordagem calcada na sociedade civil, visto que tais movimentos estariam inseridos nas relações da sociedade civil.

Na contra-corrente destas tendências, Walker identifica no discurso acerca da SCG e da política mundial (*world politics*) uma tensão entre o particular e o

⁸ A relevância dos atores não-estatais em Relações Internacionais é discutida por Bob Reinalda (2001). Tais atores compreendem as organizações não-governamentais (ongs), corporações transnacionais e multinacionais e as organizações intergovernamentais. Na tipologia do autor, os movimentos sociais são designados pelo termo ‘ong’, referindo-se às iniciativas de cunho privado, mas que são públicas em seus propósitos (p. 12-15). Aqui, entendemos MS e ongs como termos distintos, embora este último possa estar presente nos movimentos como uma de suas formas de organização, como considera Jackie Smith (Sikkink & Smith, 2002) no uso da expressão “organizações dos movimentos sociais transnacionais”. Empregamos a definição de Khagram, Riker e Sikkink para as ongs, aludindo a “grupos não-lucrativos, voluntários, privados, cujo principal objetivo é influenciar publicamente alguma forma de mudança social” (Khagram et al, 2002, p. 6).

⁹ Entre os proponentes da sociedade civil global e de um projeto de governança global ressaltamos, Cox (1999), Colás (1994), Anheier et al (2004), Keane (2003), Lipschutz (1992), Seckinelgin (2002), Shaw (1994), e Held (1993, 1995), Held et al (1999) e Rosenau & Czempiel (2000).

universal, na qual este último torna-se a extensão do primeiro, implicando na aniquilação do outro (*other*) em virtude da homogeneização (*same*). O reverso do particular – o *locus* da política – para o universal, torna os movimentos sociais atores intrusos, excluídos das práticas políticas, posto que estas caberiam aos estados. Ao serem analisados em relação à sociedade civil global e à política mundial, os movimentos são encerrados em estruturas espaços-temporais, perdendo seu caráter dinâmico. Para o autor, os movimentos sociais são tidos como atores, cujas possibilidades de fazer política desafiam o pensamento dominante, carecendo, portanto, de uma política de movimento (de temporalidade) e de conexão. (Walker, 1994, p. 699).

A despeito das críticas de Walker e dos questionamentos mais recentes acerca da exaltação de um ativismo “de baixo para cima” e seu papel na realização do potencial emancipatório e democratizante da sociedade civil no âmbito global, cabe salientarmos que os movimentos são tratados de forma recorrente como um de seus componentes, avaliados mediante sua capacidade para a articulação de tal espaço. Os movimentos, para os integrantes da literatura em questão, de um modo geral, são estudados de acordo com o papel que desempenham na sociedade civil; isoladamente, perdem sua relevância. Desloca-se, pois, o foco da análise, cujo objeto é representado pela sociedade civil global. Neste sentido, os movimentos sociais assumem um papel secundário, opondo-se ao proposto neste trabalho; aqui, o ator coletivo, representado pelo movimento dos seringueiros constitui o objeto de investigação.

No âmbito das Ciências Sociais, muito se propôs quanto ao caráter dos movimentos, ressaltando-se desde uma visão mais clássica, cuja ênfase recai sobre os fatores psicológicos que impulsionam a ação, a uma perspectiva marxista, que prioriza o papel da luta de classes. De todos os modos, os estudos quedavam limitados à circunscrição do estado nacional, desconsiderando uma possível interação entre o interno e o externo. Ademais, os MS eram vistos em resposta a constrangimentos estruturais, o que pouco contribuía para sua compreensão enquanto um fenômeno dinâmico. A partir de fins dos anos 60 e início dos 70, com o intenso ativismo transnacional, a ação coletiva adquire outro color. Caracterizados não

apenas por uma mudança nas suas formas de organização e atuação, mas também pelo direcionamento de ‘novas questões’¹⁰, como a proteção ao meio ambiente, aos direitos da mulher, entre tantas outras, estes movimentos impulsionam o surgimento de matrizes de pensamento distintas.

Neste contexto, surgem os chamados “novos movimentos sociais” (NMS), termo cunhado pela Sociologia alemã nos anos 80, e considerado aqui como um dos marcos para os trabalhos sobre o tema. Podemos afirmar que os teóricos que se inserem nesta perspectiva contemplam a relevância de idéias e valores na construção de significado. Ademais, devemos destacar a relevância que conferem ao indivíduo e sua relação com a estrutura social. Neste ponto, salientamos o pensamento desenvolvido por Melluci (1996), que enfatiza a interação entre o coletivo e o individual. Tal interação seria marcada pelos acontecimentos e as mudanças de uma sociedade planetária, assim como pela experiência subjetiva (Mellucci, 1996). Destarte, três aspectos singularizam a literatura voltada para a análise dos “novos movimentos sociais”: a dimensão subjetiva e cultural da ação e o papel do indivíduo na sociedade. Entre os teóricos pertencentes a esta linha de pensamento citamos, ainda, Touraine e Inglehart.

Anterior a esta perspectiva e desenvolvida por teóricos norte-americanos, a mobilização de recursos/oportunidades políticas representou um passo além para a literatura de movimentos sociais, na medida em que introduziu o componente político da ação social e a idéia de coletividade (McAdam, 1982). Ainda que tratadas como partes de uma mesma escola de pensamento, crítica às teorias clássicas, ‘mobilização de recursos’ e ‘oportunidades políticas’ constituem modelos distintos. O primeiro salienta uma incapacidade dos grupos contestadores em agir isoladamente, sem o suporte de atores externos ao movimento. Entre estes, destacam-se partidos, organizações, autoridades e elites políticas, as quais controlam as maiores somas de

¹⁰ Ainda que estes movimentos sejam associados freqüentemente ao surgimento de novas questões, é possível apontar algumas destas em momentos anteriores, em campanhas, movimentos ou discursos isolados. Assim, os direitos das mulheres foram tratados pelas sufragistas, no século XIX, tendo sua origem no movimento abolicionista. Do mesmo modo, as preocupações ambientais não são fato recente, inclusive no Brasil, estando presentes em discursos de políticos influentes do Império. Cf. Keck & Sikkink (1998), McCormick (1992), Svirsky et al. (1996), Castells (1999).

recursos.¹¹ Contudo, este quadro tende a mudar no momento em que os grupos alcançam o apoio dos indivíduos ativos nas instituições do sistema, e assim, mobilizam os recursos necessários para sua organização formal e o alcance de seus objetivos.

Identifica-se como inerente a esta formulação a disparidade de poder que se apresenta entre os dois pólos, constituídos essencialmente por contestadores e aliados externos, evidenciando a influência da literatura elitista no estudo de movimentos sociais. Entre os proponentes desta abordagem, Zald e McCarthy figuram como os mais expressivos, atentando para o papel das organizações dos movimentos sociais. (Zald & McCarthy, 1973, 1977). Entretanto ao prezarem pela interação e infraestrutura de tais organizações, numa interpretação fortemente influenciada pelo econômico, estes autores negligenciam os aspectos culturais e psicológicos que permeiam a ação coletiva, como nos sugere Gamson.¹² Perde-se nesta visão todo o papel das idéias e valores no estabelecimento de uma mudança cognitiva, fator assumido neste trabalho como crucial para a mobilização do grupo, o empreendimento de ações e a construção de identidade, repercutindo no êxito ou fracasso do movimento, ainda que não determine seus resultados.

No que concerne às ‘oportunidades políticas’, estas são consideradas inicialmente pelos teóricos que analisam os movimentos sociais como um processo político, entre estes McAdam, Tarrow e Tilly. De acordo com esta matriz, a ênfase atribuída à mobilização de recursos e estabelecimento de organizações formais teria resultado na negligência de dois fatores cruciais para a emergência dos movimentos: o poder dos grupos populares em desestabilizar o sistema e a construção de significado. Destarte, o sucesso das ações e a perenidade dos movimentos requerem não apenas a expansão das oportunidades políticas e a organização formal de seus membros, mas a criação e o enquadramento de idéias que tornem exeqüíveis a mobilização, a transmissão das mensagens e o recrudescimento da influência do grupo. Este processo de enquadramento (*framing process*) pode ser vislumbrado no

¹¹ ZALD; McCARTHY, 1977, p.23.

¹² GAMSON, William A. In: ZALD; McCARTHY, 1990, p.6.

trabalho de McAdam, sendo designado de liberação cognitiva (*cognitive liberation*) (McAdam, 1982, p. 48).

Nos últimos anos, o termo estrutura de oportunidades, sistematizado por McAdam e de grande impacto para os estudos acerca da ação coletiva, tem sido preterido pelo conceito de oportunidades políticas. Entre as razões para esta opção, destaca-se uma possível interpretação determinista por parte dos demais teóricos, que negligencia a dinamicidade dos movimentos. Nas palavras de Tarrow, a utilização do termo “pode ter criado uma interpretação equivocada entre alguns críticos de que estes autores tenham assumido que as oportunidades não precisassem ser percebidas a fim de servirem como incentivos para a ação” (Tarrow, 1998, p. 221. Nota 6) Reforça-se, novamente, a importância da cognição e do processo de enquadramento pelo grupo contestador e também por seus oponentes para que as oportunidades impulsionem a mobilização social.

A partir dos anos 80, paralelamente à divergência quanto ao modelo que melhor se aplicaria à análise da ação coletiva, verifica-se um esforço por parte dos teóricos de MS em articular tais vertentes. A percepção acerca da complexidade do ator social frente às transformações estruturais que ocorriam no cenário mundial e sua acentuação nas décadas seguintes implicaram na organização de uma série de reuniões internacionais, com a participação de especialistas europeus e americanos. Desta aproximação resultou uma postura que salientava a relevância da adoção de uma perspectiva comparada.¹³

Inicialmente entre cientistas políticos, sociólogos e historiadores, estabelecendo um diálogo entre as três perspectivas aludidas acima, o debate estendeu-se aos especialistas de Relações Internacionais, embora em número reduzido.¹⁴ Através deste intercâmbio de idéias, procurou-se recuperar nos últimos anos a caráter dinâmico da ação coletiva, contemplando-se os processos de transnacionalização experimentados pelos movimentos sociais, e desconsiderados pela literatura de RI. Donatela della Porta & Sidney Tarrow (2005) discorrem acerca

¹³ McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996. Introdução.

¹⁴ Entre os especialistas de RI que se situam neste debate, recorrendo à teoria de movimentos sociais, ressaltamos, Keck & Sikkink (1998), Sikkink et al (1999), Khagram et al (2002), Bandy & Smith (2005).

de tais processos, distinguindo-os em: internalização, repercussão no plano doméstico de conflitos originários no exterior; externalização, pressão direcionada às instituições internacionais para que intervenham na esfera nacional; difusão, disseminação de idéias e/ou praticas de um movimento para outro espaço social; ação transnacional, que adiciona aos processos anteriores alterações contextuais, cognitivas e relacionais.¹⁵

Através do esboço destas abordagens distintas, procuramos apresentar como a temática em discussão tem sido percebida tanto na área de Relações Internacionais quanto naquelas que formam o pilar da teoria de MS, quais sejam, Sociologia, Ciência Política, História e Antropologia. Até aqui, consideramos primordialmente os avanços alcançados por estas últimas, em grande medida pelo longo caminho que têm percorrido rumo a um melhor entendimento acerca da ação coletiva. Faz-se necessário, destarte, discorrermos de modo mais enfático sobre os processo de transnacionalização dos movimentos para nos atermos ao objetivo do nosso trabalho, qual seja, a transnacionalização de um movimento local.

2.3. Do(s) processo(s) de transnacionalização

Dos processos identificados acima, apenas três são passíveis de serem analisados quando aludimos à transnacionalização do movimento dos seringueiros, a saber: externalização, difusão e ação transnacional. Dentre estes, externalização e difusão despontam como os mais evidentes, na medida em que a ação transnacional, embora igualmente relevante, exija do pesquisador uma parcela acentuada de subjetividade para ser reconhecida. Isto porque este último adiciona aos demais alterações contextuais, relacionais e cognitivas, influenciando diretamente na formação de uma identidade comum entre atores que a priori não compartilhariam dos mesmos valores.

Neste caso, a construção de identidade assume um caráter mais dinâmico, já que vista também como parte de um processo no qual o sujeito coletivo é

¹⁵ DELLA PORTA; TARROW, 2005, Introdução.

fragmentado, em constante negociação não apenas para angariar aliados à disputa, mas igualmente para alcançar um denominador que permita sustentar a ação, desde a mobilização interna para sua ascensão até o término da contenda. Dessa forma, a dimensão intersubjetiva far-se-á presente ao longo dos processos e a construção de identidade irá figurar como um componente crucial para se entender como o movimento surge e se desenvolve.

Como será aclarado ao longo desta exposição, tais processos não se excluem mutuamente. De outro modo, complementam-se. Podem atuar simultaneamente, ainda que estejam mais sobressalentes em uma determinada fase do movimento, ou que um mostre-se mais aparente que outro. Destarte, faz-se prudente avaliá-los para compreender de forma mais eficaz como o movimento ora em tela expressa uma relação dialética entre o global e o local, tendo em mente duas questões: a transnacionalização do movimento encerra uma mudança cognitiva entre seus participantes; o global, o transnacional e o local atuam como dimensões constitutivas de tal processo.

A externalização é ilustrada aqui pelo padrão bumerangue que, refinado mais tarde, originou o modelo espiral. Formulado com o fito de aclarar como e porque os atores sociais estabelecem alianças e coordenam suas ações e táticas, a obra de Keck & Sikkink (1998) pousa como um marco na literatura de Relações Internacionais ao dirigir sua análise para um objeto negligenciado no campo: as redes de ativistas e seu impacto na política transnacional, afetando por vezes a ordem interna aos estados e sua relação com as instituições internacionais e demais estados. Ainda, o padrão bumerangue sintetiza uma troca interdisciplinar, estabelecendo uma conexão entre a esfera doméstica – avaliada pelas Ciências Sociais – e a internacional, evidenciando uma carência de ambas as partes. Se por um lado os teóricos de MS tendiam a deter seus estudos à esfera estatal, por outro os especialistas de Relações Internacionais negligenciavam qualquer interferência do plano doméstico nas relações interestatais e no cotidiano das instituições idealizadas pelos estados¹⁶. O padrão bumerangue visa, portanto, suprimir este entrave aos estudos transnacionais, remetendo-se ao

¹⁶ Cf. a segunda seção deste capítulo.

pensamento de Putnam (1988), considerado um marco no que concerne à interação entre as esferas doméstica e internacional.

O objeto escolhido para análise reforça esta reflexão e torna propenso o diálogo entre as disciplinas, ao passo que as redes de ativistas constituem sujeitos coletivos que transitam entre as duas esferas, empregando táticas e construindo e disseminando conhecimentos. Esta escolha irá repercutir na abordagem teórica adotada: o construtivismo estratégico.

De acordo com a definição de Sikkink, entende-se por redes o conjunto de atores de vários países

“cuja vinculação ultrapassa as fronteiras nacionais, que estão unidos por valores comuns, por intensos intercâmbios de informação e serviços, e por discursos compartilhados. [...] O central na atividade da rede é o intercâmbio e o uso da informação. As redes não se caracterizam por uma coordenação duradoura de táticas como o fazem as coalizões, nem mobilizam um grande número de pessoas como os movimentos sociais” (Sikkink, 2003, p.303. Tradução e grifo meus).

Entre os integrantes das redes destacamos movimentos locais, sindicatos, intelectuais/acadêmicos, membros da mídia, da Igreja, de organizações não-governamentais, de entidades, ou mesmo de instituições internacionais, governos locais. No caso do movimento dos seringueiros todos estes atores far-se-ão presentes.

É preciso ressaltar que os MS e as coalizões não excluem as redes. Do contrário, as redes representam o núcleo para a formação dos demais atores coletivos não-estatais, diferindo-se pelo grau de coordenação e mobilização. Como argumenta Sikkink, em uma escala medida pela organização, as redes ocupam a base, seguidas das coalizões e movimentos. Por conseguinte, a ênfase nas redes está em sintonia com a literatura de movimentos sociais, posto que se insere na premissa amplamente discutida em Sociologia: os movimentos sociais são classificados como um conjunto de redes que se vinculam e impetram uma ação.¹⁷ Na interpretação de Diani (2003):

“É difícil compreender a natureza dos movimentos sociais. Eles não podem ser reduzidos a insurreições ou revoltas específicas, mas se assemelham a seqüências de eventos mais ou menos conectados, dispersos no tempo e espaço; também não podem ser identificados como organizações específicas, mas consistem em grupos e organizações com vários níveis de formalização, ligados em padrões de interação que vão do extremamente centralizado ao totalmente descentralizado, do cooperativo ao explicitamente hostil. Pessoas promovendo

¹⁷ Com relação à literatura que conceitua um movimento social em termos de redes ver Tarrow (1998), Diani (2003) entre outros. Na área de RI, ver Eschle & Stammers (2004). Em Sociologia, ver Domingues (2001).

e/ou sustentando suas ações o fazem não como indivíduos atomizados, possivelmente com valores similares e características sociais, mas como atores ligados entre si por teias complexas de trocas, diretamente ou de forma mediada. Os movimentos sociais são, em outras palavras, estruturas de redes altamente heterogêneas e complexas”. (Diani, 2003, p.1. Tradução minha).

Isto significa que o MS, enquanto um ator coletivo, não se faz absoluto, uniforme em sua formação, mas requer uma constante negociação entre os grupos que o integram, entre as múltiplas identidades e entendimentos decorrentes desta diversidade. Sendo assim, a citação acima abre caminho para um entendimento acerca dos MS, sejam estes transnacionais e/ou locais, que contrasta de certo modo com a conceitualização de Sikkink. A autora vê nos movimentos atores unidos por laços de solidariedade e objetivos comuns, capazes de coordenar ações em mais de um estado e contar com a participação de ativistas de “pelo menos três países” (Sikkink, 2003, p.305). Para o que nos interessa no momento, basta afirmar que a definição de Sikkink para o termo interfere diretamente na análise do processo de transnacionalização dos MS, posto que condiciona a ascensão de um movimento transnacional à transposição de barreiras geográficas entre os estados. Este caráter territorial explícito no uso do conceito implica na redução das possibilidades de sua observância na prática, traço reconhecido pela autora.

Por conseguinte, inferimos que em se mantendo tal interpretação, as chances de um movimento local efetivamente se transnacionalizar seriam mínimas, opondo-se ao que assumimos que tenha sucedido em relação ao movimento local a ser analisado neste trabalho. Aqui, partimos do pressuposto que um movimento se transnacionaliza ao estabelecer conexões com atores externos – nacionais e internacionais, em especial os últimos -, conexões estas capazes de propiciar uma transposição do movimento local para outras dimensões e de gerar impactos para dentro e para fora deste ator coletivo. Torna-se exequível, então, para o movimento transitar para além da escala local, alcançando a regional, internacional, transnacional e global. Nesta movimentação assistimos à presença de outros atores e alguns fatores: estados, entidades, organizações internacionais, construção de identidade, reformulação da mensagem do movimento. Acreditamos que tal observação, ao flexibilizar o conceito acima cuja base é a territorialidade, faz-se mais completa e tende a considerar o

contexto mais amplo onde ocorre a ação coletiva, atentando para o processo de globalização.

Entender um MS enquanto um conjunto de redes torna viável uma aproximação de um pensamento explicitado nas palavras de Diani e um afastamento relativo do conceito proposto por Sikkink sem, no entanto, comprometer seu modelo teórico utilizado para representar a externalização. Deve-se a isto o fato de as redes encaixarem-se não apenas como parte de um movimento, constituindo seu núcleo. Justamente por integrarem-se a este, fazem uso dos mesmos instrumentos: empregam ações estratégicas, criam e difundem idéias/valores, dois componentes do construtivismo estratégico.

Neste sentido, o modelo ora em tela procura compatibilizar as três vertentes da literatura de MS discutidas brevemente (“novos movimentos sociais”, mobilização de recursos e estrutura de oportunidades/ oportunidade política) para se compreender a atuação de atores sociais, entre estes as redes, coalizões e movimentos sociais transnacionais. Desta troca de informações resulta a perspectiva de que os grupos não apenas atuam estrategicamente, organizando-se e associando-se a outros atores na busca por recursos e influência, mas interagem, considerando valores e normas culturais; aproveitam e criam oportunidades e idéias, construindo significados¹⁸. A ação coletiva é, pois, permeada por um lado racional e outro cognitivo, que interferem continuamente em todo o seu desenrolar.

Diante deste quadro, Keck e Sikkink visam articular duas tradições percebidas igualmente como incompatíveis em Relações Internacionais: construtivismo e racionalismo. Partindo da premissa de que os interesses não são dados no mundo, mas construídos de forma intersubjetiva na interação entre os atores, estando presentes em táticas e estratégias impetradas pelos mesmos, o construtivismo estratégico não aparta interesses de idéias e normas. Pelo contrário, a percepção destes só ocorre uma vez que os atores estão cômicos de suas identidades, seguindo a máxima “o que quero depende de quem sou”. No cerne de tal abordagem – já apontada na teoria de MS – verificamos o mecanismo de enquadramento como fator-

¹⁸ McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996.

chave para a atuação dos atores, a formação de alianças e a mobilização de recursos.

Em suas palavras:

“[...] nós nos baseamos em tradições sociológicas que enfocam a interação complexa entre os atores, a construção intersubjetiva de quadros de significados, a negociação e a maleabilidade de identidades e interesses. Estas têm sido as preocupações dos construtivistas na teoria de Relações Internacionais e dos teóricos de movimentos sociais em Política Comparada, e nós nos valemos de ambas tradições. As redes que descrevemos neste livro participam na política doméstica e internacional simultaneamente, utilizando-se de uma variedade de recursos, como se fossem parte de uma sociedade internacional. Entretanto, usam estes recursos estrategicamente para afetar o mundo dos estados e organizações internacionais construídas pelos estados. Ambas dimensões são essenciais. Os racionalistas reconhecerão a linguagem dos incentivos e constrangimentos, estratégias, instituições e regras, enquanto os construtivistas e construcionistas sociais estarão mais confortáveis com nossa ênfase em normas, relações sociais e conhecimentos intersubjetivos. Estamos convencidas de que ambos grupos de preocupações importam e que, ao reconhecer que os objetivos e interesses não são dados de forma exógena, podemos pensar na atividade estratégica dos atores num universo político estruturado intersubjetivamente.” (Keck & Sikkink, 1998, p. 4. Tradução minha).

O mecanismo de enquadramento (*framing*) sistematiza a porosidade das fronteiras entre a racionalidade e a cognição. Sua aplicação no bumerangue, portanto, não se dá impunemente: ao aliar estas duas dimensões da ação coletiva, o enquadramento constitui o pilar do construtivismo estratégico, percorrendo as diversas etapas que acolhe a escalada do ator coletivo e sua projeção. Por enquadramento entendemos o modo pelo qual um grupo social atribui sentido à ação coletiva. Concordamos com Sidney Tarrow (1998) que, ao discorrer sobre a análise de enquadramento (*frame analysis*) não descarta o papel das escolhas estratégicas na construção da mensagem do ator. De outro modo, destina-lhe uma posição de destaque. Para o teórico, o enquadramento deve ser compreendido em virtude do contexto social e político no qual a ação se insere e os atores interagem (Tarrow, 1998).

O enquadramento, sob tal ótica, difere de uma simples divulgação dos clamores do grupo, posto que interferem na construção da mensagem os interesses e as disputas de poder. Na medida em que admitimos que os interesses decorrem de uma identificação do “nós” em relação ao “outro”, acreditamos que estes são construídos neste processo de atribuição de significado, no qual atuam as escalas cognitiva, simbólica e estratégica. A formulação da mensagem sucede em um cenário caracterizado pela interação social e embates entre os atores. Tais embates referem-se não apenas às disputas de visões e de legitimidade entre um grupo e seus opositores,

mas também entre aquele e seus aliados e no interior do próprio grupo, envolvendo questões como a busca de influência, reconhecimento e a legitimidade do discurso.

Ressaltamos que, durante o enquadramento, a construção de significado atinge fatores múltiplos, conectados entre si. Assim, a elaboração da mensagem por um grupo requer além da interação entre estes, seus aliados e opositores, a percepção das oportunidades políticas e ameaças a sua disposição e a consideração dos conflitos envolvidos e do arsenal simbólico que forma sua bagagem cultural. A atribuição de significado para a ação envolve igualmente a construção da mensagem e da identidade do ator, em constante mutação e interligação. Entendemos a ação como um momento no qual os atores se identificam e se diferenciam dos demais, dando sentido a sua luta, como também formulam e reformulam suas demandas.

Não obstante a existência de símbolos¹⁹ e informações, é preciso entender como estes serão adaptados à mensagem, sem se distanciar dos clamores do grupo e manter-se ao mesmo tempo capazes de despertar no público alvo emoções que podem variar: compaixão, simpatia ou identificação. O crucial é que a mensagem acarrete no reconhecimento do grupo pelos demais, alcançando no mínimo a aceitação e, no máximo, aliados para a luta. Mensagem, ação e identidade mostram-se, por conseguinte, presentes na dinâmica do movimento, em sua mobilização.

A despeito da construção de identidade e do papel exercido pela ação no enquadramento, um terceiro componente será priorizado no padrão bumerangue/modelo espiral, estando em sintonia com as políticas simbólica e informacional empregadas pelas redes e atores que procuram externar o conflito. Entretanto, os demais fatores mostram-se igualmente relevantes em toda a “vida” de um movimento social e serão decisivos para avaliarmos o terceiro processo de transnacionalização: a ação transnacional. Decisivos posto que este processo remete-se diretamente à criação de identidade na e durante a ação, originando o termo

¹⁹ No que tange aos símbolos, Tarrow afirma que “O maior dilema simbólico dos movimentos sociais é mediar entre os símbolos herdados, que são familiares mas levam à passividade, e os novos, que são eletrizantes mas podem ser muito desconhecidos para levar à ação” (Tarrow, 1999, p.107) Isto nos remete à uma discussão acerca do papel da cultura local para além da ação do movimento, envolvendo as conexões estabelecidas com atores externos e a influência que a cultura sofre a partir de tais contatos, diversificando-se. Contudo, nos limitamos a investigar apenas a relevância simbólica associada a acontecimentos e contida nas informações propiciadas pelo movimento para a sua transnacionalização.

identidade flexível. No caso do bumerangue/espiral, as autoras priorizam a construção da mensagem, estando em sintonia com a importância que imputam à informação para a constituição e atuação das redes.

Vejam como isto se dá. Segundo o modelo, a percepção de uma estrutura doméstica como fechada quando comparada à estrutura internacional, propicia a busca de aliados neste último plano, mais solícito aos clamores do grupo local. Por uma estrutura fechada entende-se a manutenção de regimes repressivos, ditatoriais, ou simplesmente a falta de receptividade aos clamores do grupo, o que torna seu campo de ação restrito. Nestas situações, estes atores tendem a estabelecer conexões transnacionais, alcançando voz em uma outra esfera por meio de táticas e estratégias. Entre estas, figuram as políticas simbólicas, informacionais, de influência e de responsabilidade.

De acordo com esta tipologia de táticas, as redes lançam mão de histórias reais, símbolos e fatos na geração de informações. Em outras palavras, as redes reconstruem tais histórias, dando-lhes o sentido necessário para ecoá-las na estrutura internacional sem, entretanto, descaracterizá-las. A mensagem a ser propagada deve ser reconhecida em níveis múltiplos: pelo grupo local, fonte dos fatos; por seus aliados de fato/participantes das redes; pelos aliados em potencial/aqueles que se solidarizam com a luta; e pelo alvo das ações das redes, a saber, organismos internacionais e governos nacionais. No que concerne aos últimos atores, o intento é obter influência e legitimidade perante os organismos de modo a persuadir o estado nacional a alterar suas práticas. O comprometimento do estado expressando uma coerência entre os atos do governo e os discursos de seu corpo integrante são passíveis de acarretarem uma modificação na identidade do próprio estado.

As políticas simbólica e informacional destacam-se como cruciais nos processos de socialização e persuasão, pois permitem a dramatização dos fatos relatados pelo grupo a fim de torná-lo mais audível externamente, alcançando a solidariedade dos demais. Em decorrência, levam à aquisição de mais aliados sejam atuando nas manifestações e campanhas ou apenas apoiando-as, além de proporcionar maiores recursos a sua disposição (Keck & Sikkink, 1998).

As campanhas visam, então, obter o comprometimento de instituições internacionais para com as questões apresentadas, a fim de que estes organismos pressionem o governo em questão, alterando a ordem local vigente. Desse modo, constata-se a presença do mecanismo de enquadramento. Sem o enquadramento dos fatos, adaptando-os “àquilo que quer ser ouvido” pelos atores, sejam ativistas, organismos internacionais, entre outros, a superação do espaço geográfico, a aquisição de aliados e, por conseqüência, a coordenação de ações rumo às instituições tornam-se extremamente difíceis.

O modelo espiral possui em sua essência o padrão bumerangue, reformulando-o em uma teoria. Seu diferencial aponta para o enfoque dispensado pelos autores²⁰ aos resultados alcançados pelas redes quanto à modificação da estrutura de oportunidades, principalmente a doméstica:

“O modelo espiral move-se para além do efeito bumerangue exatamente porque teoriza os processos através dos quais os países movem de uma estrutura de oportunidades doméstica fechada para uma aberta, e como tais processos afetariam a natureza do ativismo transnacional”. (Sikkink, 2005, p. 163. Tradução minha).

A preocupação em analisar de forma mais contundente os processos que levam à mudança conduz a um modelo de cinco fases: repressão e ativação da rede; negação; concessão tática; status prescritivo de normas (*prescriptive status*); e comportamento segundo as regras (*rule-consistent behaviour*). As três últimas fases guardam uma avaliação dos efeitos provocados pelo ativismo transnacional que, embora observados no bumerangue, quedavam pouco desenvolvidos no quadro teórico. Das constatações anteriores – a influência nas políticas e discursos dos estados e organismos internacionais, a influência no comportamento estatal e a criação e estabelecimento de agendas internacionais – o espiral se distingue ao evocar a institucionalização de normas em relação à construção de uma identidade estatal. Concentra-se, pois, na questão do comportamento estatal. Sobre este respeito, enquanto o bumerangue atentava primordialmente para a conexão e atuação dos atores não-estatais, o espiral desloca o foco para a figura do estado, fato que trará conseqüências para uma análise direcionada à transnacionalização de um movimento local.

²⁰ RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999.

A relevância destinada à alteração da estrutura doméstica faz-se manifesta se verificarmos algumas premissas teóricas que sustentam o modelo. Aqui, mais do que discorrer sobre a conexão entre o instrumental e a intersubjetividade, tema já tratado quando da formulação do bumerangue, atentamos para o status destinado à socialização no cenário internacional. A socialização traduz-se no processo pelo qual “normas internacionais são internalizadas e implementadas domesticamente” (Risse et al, 1999, p. 5). Tal processo, ainda que não exclua o influxo das idéias, é voltado sobretudo para o papel das normas e sua relação com a formação e transformação de identidade e interesse estatal, o que ocorre através da interação social.

Tendo como referencial a interação em uma sociedade internacional, a socialização é compartimentada em três processos que aludem à diversos momentos da externalização: a atuação das redes em direção às instituições/estados, a reação dos estados diante das redes e da pressão internacional e, por fim, à internalização de normas pelo estado e mudança de sua identidade, ingressando legitimamente na sociedade internacional. A ênfase na legitimidade repousa sobre a transformação de sua identidade, implicando em maior prestígio. Tem-se, então, como processos de socialização que se realizam simultaneamente:

adaptação/barganha estratégica, conscientização/”vergonha” (*shaming*)/argumentação/diálogo/persuasão e institucionalização/habitualização.

Ao passo que os primeiros blocos de interação são passíveis de serem notados com maior clareza no bumerangue, insistimos na institucionalização/habitualização, por sua preponderância na última fase do modelo, quando da formação de identidade. Não pretendemos, contudo, negligenciar a acentuação da dinamicidade conferida ao espiral, uma vez que reconhecemos a simultaneidade dos processos em um só modelo. A exemplo disto, temos a relação redes-instituições-estados na qual avaliamos o enquadramento e a divulgação da mensagem de um grupo/movimento local internacionalmente com o fito de persuadir, conscientizar ou mesmo envergonhar o estado alvo, em uma pressão para que este mude sua postura política. Na contracorrente, temos o estado-alvo barganhando estrategicamente, com a eventual mudança discursiva para atenuar as pressões e, mais tarde, a adoção de

normas em harmonia com o novo discurso. Estes acontecimentos se fazem aparentes no bumerangue.

No que concerne à institucionalização/habitualização, seu grande mérito está nas possibilidades de transformação da estrutura interna pelo impacto de normas internacionais e a incorporação do país-alvo em uma sociedade internacional democrática. É mister salientar que a institucionalização de normas em si não implica a modificação da identidade estatal. Para isso, de acordo com o modelo e sua premissa construtivista, é necessário a internalização destas e sua habitualização. Em outras palavras, é preciso que as novas políticas estatais se tornem práticas rotineiras, o que requer um período relativamente extenso de observação. Ainda, a institucionalização de normas e sua habitualização vêm acompanhadas, por vezes, de uma mudança de regime, a exemplo da redemocratização na América Latina.

Destarte, os questionamentos dos quadros teóricos se distanciam paulatinamente: de por que, como se formam as redes e como atuam para como se dá a transformação da identidade estatal. Conquanto o bumerangue aluda aos impactos causados pelas redes e o estado seja um dos atores centrais na dinâmica da externalização, o espiral desloca o foco da análise: de atores não-estatais para o estado. Nesta teorização o estado assume uma posição de destaque antes direcionada às redes. O que procuramos argumentar neste trabalho é que o modelo espiral, ao concentrar-se na figura do estado, na mudança de sua identidade e sua contribuição para a formação ou fortalecimento de regimes internacionais, acaba por perder sua eficácia no estudo dos atores não estatais. De fato, o modelo como se apresenta resulta na negligência de uma série de fatores associados a tais atores, dentre os quais, a construção de identidade entre eles, os efeitos para dentro dos movimentos locais, ou como a interação entre atores de origens distintas atinge a dinâmica local do grupo.

O modelo espiral, calcado mormente em um construtivismo de normas, está de acordo com sua bagagem teórica: a aplicação do construtivismo em Relações Internacionais, direcionado para questão da identidade estatal. O bumerangue, também adotando um construtivismo de normas, tem nas redes seu objeto de estudo, teorizando sobre sua ascensão. Ademais, abre a possibilidade de se analisar a

mudança cognitiva que sucede entre os atores não-estatais envolvidos na contenda. Isso se deve ao fato de o padrão, em sua formulação, atentar para a interação social entre tais atores a fim de elucidar o processo que leva ao surgimento de uma rede de ativistas, envolvendo a externalização de um grupo/movimento local. Torna exequível, pois, investigar como é construída ou modificada a identidade entre um movimento local e seus aliados a partir dos contatos estabelecidos entre estes. O espiral, inversamente, ao ater-se na mudança da estrutura doméstica e formação da identidade do estado, não apenas silencia os fatores expostos acima, como restringe nosso estudo, que tem como objeto o movimento dos seringueiros²¹.

Outros modelos teóricos podem auxiliar na análise do processo de transnacionalização do movimento, somando-se às formulações expostas anteriormente. Recorremos ao processo de difusão, que se insere em um quadro mais abrangente acerca dos processos e mecanismos verificados nas chamadas ações disruptivas. Neste sentido, condiz em certa medida com o pensamento de Sikkink, como demonstra a autora em sua definição de movimentos transnacionais:

“Diferente das redes e coalizões transnacionais, os movimentos sociais transnacionais freqüentemente mobilizam suas bases (transnacionais) para a ação coletiva sob modalidades de protesto e de ação disruptiva. Esta definição dos movimentos sociais transnacionais se ajusta às definições de movimentos sociais locais, que colocam a ênfase na presença da mobilização e das ações disruptivas como traços característicos (Tarrow, 1994; Rucht, 1996; Kriese, 1996). Os teóricos de movimentos sociais sustentam que a capacidade dos movimentos em produzir a mudança social está vinculada com sua capacidade disruptiva ou ameaçadora da ordem social existente”. (Sikkink, 2003, p. 305. Tradução minha).

Na definição de Tarrow:

²¹ Tanto o modelo espiral quanto o padrão bumerangue tomam como suporte teórico o construtivismo aplicado à disciplina de Relações Internacionais, em especial o pensamento desenvolvido pelos teóricos mais proeminentes desta matriz, a saber, Wendt, Onuf, Kratochwil, Kubáľková. Partindo da premissa de que o mundo é construído socialmente, tais autores atentam pra o papel das normas na formação de regimes internacionais e na conformação do comportamento, do interesse e da identidade estatal. Entretanto, esta designação geral não implica uma homogeneidade no paradigma construtivista, pelo contrário. Entre estes teóricos, optamos por salientar as perspectivas dos dois primeiros. Wendt se baseia no interacionismo simbólico, desenvolvido por George Mead, da escola de Chicago. A partir da interação entre os atores ocorre uma diferenciação entre o “eu” e o “outro”, passando a estabelecer um padrão de comportamento, que conformará a identidade do ator e, conseqüentemente, seus interesses. Segue, assim, a máxima: “o que eu quero depende do que sou”. O pensamento de Wendt está fundamentalmente voltado para o ator estatal, como salienta o autor (1992, 1999). Sua teoria se destaca também pela sofisticação metodológica. Onuf (1998) parte do estudo de normas e regras na formação dos atos de fala (*speech acts*) dos sujeitos sociais. O teórico insere-se na corrente que inaugura em RI a virada lingüística do construtivismo, remetendo-se ao pensamento de Wittgenstein. Segundo esta corrente, integrada igualmente por Fierke (2001), as práticas adquirem significado em um contexto de regras, envolvendo linguagem e ação.

“Para ser transnacional, um movimento social deve ter bases políticas e sociais fora de seu estado-alvo ou sociedade; mas para ser um movimento social, deve estar claramente arraigado em redes sociais em mais de um estado e engajar-se na política da contenda, na qual pelo menos um estado é parte da interação”. (Tarrow, 2000, p. 14. Tradução minha).

Com base nestas citações, podemos constatar que tanto a externalização quanto difusão, processo elaborado por McAdam, Tarrow e Tilly, encerram dois fundamentos que irão guiar seus respectivos quadros teóricos: o caráter institucional e o territorial. Neste caso, a definição de Tarrow pouco vem a acrescentar ao nosso estudo, posto que apresenta as mesmas restrições impostas pela terminologia de Sikkink quanto à ocorrência de um movimento transnacional. O enfoque na questão territorial como um requisito para a dimensão transnacional de um movimento não apenas estabelece empecilhos à sua observação, mas negligencia outros fatores que podem atestar sua transnacionalização, como a formação de identidade entre um movimento e os atores externos a este, proveniente do contato entre as partes, e a orientação que permeia os clamores do grupo.

Ao refletirmos sobre tais fatores, não nos limitando à transposição das fronteiras estatais, tornamos mais flexível o conceito de movimentos transnacionais, permitindo indicar sua ascensão ainda que seus membros não atuem em mais de um país. Torna-se legítimo para um movimento local experimentar sua transnacionalização mediante a construção de uma identidade compartilhada com atores não-estatais que transitam na dimensão transnacional, internacional e global.

O que poderia atestar uma contradição inerente ao pensamento desenvolvido aqui, bem como à transnacionalização dos seringueiros, na verdade demonstra a complexidade de tal processo. Devemos ressaltar que não desconsideramos a existência de barreiras geográficas. Com efeito, o caráter transfronteiriço das relações sociais permeia o processo de transnacionalização de um movimento local, como nos indica o próprio sentido do termo “trans-nacional”. Outrossim, ao optarmos por utilizar os mecanismos de difusão e mediação, estamos assumindo a importância que as fronteiras de alguma maneira ainda exercem nas relações sociais. Entretanto, simplesmente não conferimos a estas o relevo que encontram nos conceitos de Tarrow e Sikkink. Embora ainda permaneçam na rotina do cenário externo, os limites

territoriais mostram-se mais fluidos, imbuídos em um contexto multidimensional, como apontamos acima.

Inserimos também neste pensamento a importância que assumem as mensagens transmitidas pelo movimento e seu conteúdo. Dessa forma, um movimento é passível de se transpor para uma outra dimensão ao evidenciar em seus clamores questões percebidas pelos demais como transnacionais ou globais. No que concerne aos seringueiros, isto quedará patente no conteúdo da mensagem, em torno da devastação da floresta tropical, à época considerada um problema global. Neste sentido, o conteúdo da mensagem influi na construção de uma identidade compartilhada, posto que os atores se reconhecem pelo que possuem em comum; no caso de atores de bagagens culturais tão distintas, o comum pode ser apontado no discurso que ecoam, na representação de seu conteúdo, ou mesmo nos objetivos que perseguem.

Outro ponto similar entre os conceitos de Tarrow e Sikkink recai sobre sua face institucional, incluindo estados e organizações internacionais. Nos processos de externalização e difusão, conforme o proposto pelos autores, as organizações internacionais formam uma arena que permite a proliferação e o fortalecimento do ativismo transnacional por meio de conferências nas quais há o encontro dos atores não-estatais e a troca de informações. Junto com o estado, representam uma estrutura de oportunidades ampliada, principalmente com a multiplicação de democracias, instituições e organizações não-governamentais nas últimas décadas²². O campo institucional é, pois, interpretado como um repositório de possibilidades para a ação dos atores não-estatais, evocando uma herança teórica em Keohane e Nye sem, contudo, aprofundá-la. Lembremo-nos que a antiga tradição transnacional defendida por tais teóricos pouco acrescentou no estudo sobre os atores não-estatais. E mesmo, podemos afirmar que ignorou as ações de ativistas e movimentos sociais, apenas apontados em sua definição sobre o transnacionalismo²³.

²² Sobre a multiplicação das ongs, ver Sikkink & Smith (2002), Smith & Bandy (2005) e o 4º capítulo desta dissertação.

²³ Cf. Keohane & Nye (1977). Della Porta e Tarrow desenvolvem o termo “internacionalismo complexo”, se propondo a avançar nos estudos de Keohane e Nye. Segundo os autores, a “internalização complexa” refere-se a “expansão de instituições internacionais, regimes internacionais, e a transferência de recursos de atores nacionais e locais para o cenário internacional, produzindo

Os fatores discutidos acima reforçam nossa aproximação com o conceito de Diani e, conseqüentemente, seu refinamento por Eschle e Stammers, que compreendem os MS enquanto “uma rede de interações informais que unem grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais em disputas por mudança social na base de uma identidade compartilhada” (Eschle & Stammers, 2004, p. 353. Grifo meu). Cabe insistirmos que além de Sikkink, Tarrow igualmente considera a relevância das redes na conceitualização de movimentos sociais. Novamente, afastamo-nos de forma tênue das barreiras expostas pelo foco na territorialidade e instituições e nos aproximamos de um conceito que salienta o papel das redes e da formação de uma identidade compartilhada entre os atores.

Conquanto o conceito de Tarrow implique um estreitamento de nossa análise, sua teorização acerca dos processos e mecanismos que permeiam a ação coletiva nos faz avançar no processo de transnacionalização dos MS, em especial dos seringueiros. Por conseguinte, a aplicação de seu *framework* se dará até certa medida, de modo que não prejudique a compreensão do objeto de estudo aqui selecionado. Estamos nos referindo mais precisamente às contribuições trazidas pelo processo de mudança de escala (*scale shift*) e seus mecanismos, entre estes a difusão e o *brokerage*.

Para procedermos no exame de tal processo e mecanismos, é preciso esboçar de forma sucinta o quadro teórico no qual se inserem. Devemos ter em conta, assim, que McAdam, Tarrow e Tilly (2001) direcionam sua análise para o que denominam de “política da contenda/litígio” (*contentious politics*). Por este termo referem-se às disputas políticas coletivas durante um determinado período, travadas no espaço público, e que envolvem os sujeitos autores das demandas e o governo. Como uma disputa política, a contenda encerra um conflito de interesses entre os autores das reivindicações e os demais atores participantes da arena de disputas, na medida em que estes percebem a mensagem do grupo e suas ações como uma ameaça.

A esfera institucional aparece nesta formulação não necessariamente como o alvo do litígio, podendo servir como um mediador ou mesmo um reivindicador. Inicialmente formulado para o nacional, o modelo é passível de ajuste para o âmbito

ameaças, oportunidades e recursos para as ongs internacionais, movimentos sociais transnacionais e, indiretamente movimentos sociais tradicionais (Della Porta & Tarrow, 2005, p. 235. Tradução minha).

local, internacional e transnacional, como reforçam os autores. Daí, a relevância que assumem as organizações internacionais quando a teoria é revertida para o âmbito transnacional, sejam como o alvo das demandas, o mediador entre o ator coletivo e seu alvo (que pode ser um estado, uma empresa), ou o representante das reivindicações. Neste sentido, a “política litigiosa” visa não apenas desmistificar um conceito de política, que reconhece a legitimidade da ação estritamente dentro do plano institucional, mas insistir na fluidez de barreiras entre o institucional e o não-institucional. A ação política, no caso, não se circunscreve apenas ao plano das instituições, sendo também exercida pela coletividade ou por representantes institucionais em nome desta coletividade (McAdam et al, 2001, p. 5).

A contenda transita entre estes dois planos e compreende tanto os atos imbuídos na rotina das instituições, quanto aqueles desempenhados por atores externos a estas. Os teóricos classificam-na em duas categorias: a regular (*contained*), que possui as características da contenda delineadas anteriormente, com o acréscimo de que todos seus participantes constem como atores políticos mesmo antes da disputa; e a transgressiva, que se distingue da regular pelo caráter inovador da ação coletiva ou pelo fato de alguns de seus participantes se perceberem recentemente como atores políticos.²⁴

No que tange a esta tipologia da política de contenda, poderíamos associar as ações empregadas pelo movimento a ser examinado à transgressão, uma vez que os seringueiros não consistiam em atores políticos previamente à disputa. De maneira inversa, tornaram-se atores políticos mediante um processo de formação constante, que se estende desde sua mobilização e consolidação de um movimento, até sua desarticulação. Atores políticos são, nas palavras dos teóricos, “grupos de pessoas e relações entre pessoas cuja organização interna e conexões com outros atores

²⁴ Uma ação é classificada como inovadora ao “incorporar demandas, selecionar os objetos de tais demandas, incluir representações coletivas, e/ou adotar meios que são sem precedentes ou proibidos pelo regime em questão” (McAdam et al, 2001, p. 49). No caso dos seringueiros, poderíamos salientar o “empate” como uma ação inovadora. Os empates consistiam em formas de resistência organizadas para impedir o desmatamento e a implantação de fazendas de gado, assegurando as colocações de seringa. Nestas mobilizações, os seringueiros atuavam principalmente por meio do convencimento, e contavam eventualmente com a participação de mulheres e crianças. Entendemos os empates como ações sem precedentes, que provocaram um “clima” de incerteza e ameaça entre as autoridades e os proprietários de terras na região.

políticos se mantêm substancialmente contínuas no tempo e espaço” (McAdam et al, 2001, p. 12).

Para nossa finalidade, basta entendermos que o movimento enquanto um ator político recém constituído age de modo a promover uma mudança social, ameaçando os interesses de “outros”, tendo o estado como alvo e as instituições internacionais como mediadoras. Nesse cenário dinâmico, atuam ainda seus aliados no plano doméstico e transnacional. Mais importante do que classificar a ação do movimento é entender como esta sucedeu e em que medida influenciou na relação entre os membros envolvidos na disputa, na formação do ator coletivo e em sua transposição para uma outra escala. Com isso, não nos propomos a testar a conexão entre o traço inovador da contenda e o processo de transnacionalização, mas como a ação em si repercute em tal processo. Será a dinamicidade das relações entre o movimento, seus participantes e os demais atores (oponentes, estado, instituições e aliados) verificada na “política da contenda” que expressará seu diferencial ao longo da transnacionalização. Esta peculiaridade é atribuída à combinação de mecanismos e processos, agindo em concomitância em um mesmo episódio.

Dos processos aludidos na “política de contenda”, a mudança de escala reproduz o modo pelo qual o ator coletivo é transposto para uma outra dimensão, rompendo as barreiras entre espaços sociais antes isolados. Representa um processo mais abrangente, incorporando a difusão como um de seus mecanismos, conquanto a este seja creditado o *status* de processo de transnacionalização por Della Porta e Tarrow.

Inicialmente pensado para o nacional, o modelo converge para um processo de transnacionalização ao ser aplicado para o plano externo. Esta alteração trará conseqüências positivas para a análise do movimento dos seringueiros e, acreditamos, dos MS em um sentido mais amplo. Tal afirmação explica-se quando avaliamos o recrudescimento do potencial explanatório da teoria ao constatarmos o amplo sentido que o processo de mudança de escala passa a envolver: a multidimensionalidade experimentada pelo ator coletivo. Isto significa que, a partir deste processo, um movimento local pode ser transposto para a dimensão nacional, internacional, transnacional e global, embora este último plano seja desconsiderado pelos teóricos

da “política de contenda”. Voltaremos a este ponto mais adiante quando tratarmos da relação local-global.

A mudança de escala deve ser analisada em conformidade com a dinâmica apresentada no quadro teórico. Não constitui um processo que ocorre apartado dos demais. De fato, processos como a mobilização e a mudança de escala podem suceder simultaneamente em um mesmo episódio, ainda que um se destaque em determinado período. O mesmo pensamento se aplica aos mecanismos. Quanto à mudança de escala, Tarrow & McAdam (2005) atentam para: atribuição de similaridade, emulação, difusão e sua variante, a mediação. Ao discorrermos acerca de cada um destes, tornaremos sobressalente um outro aspecto relevante do modelo: sua inserção no paradigma construtivista, prezando pela intersubjetividade na interação social.

O primeiro dos mecanismos, a atribuição de similaridade, está diretamente associado ao enquadramento da mensagem e da identidade do ator coletivo. Para que atores externos adotem as mesmas idéias e/ou atos de um grupo específico, faz-se imperioso o mínimo de identificação entre os atores. A identificação, para ser alcançada, requer a adaptação das demandas do grupo para que sejam legitimadas pelo “outro”. Neste processo de legitimação das demandas, é possível que o “outro” reconheça na mensagem propagada pelo grupo alguns aspectos em comum. Tais aspectos variam, abrangendo um leque que vai desde situações vivenciadas, fatores culturais, ou mesmo uma idéia compartilhada.

Entretanto, acreditamos que o mecanismo em questão nos revele muito pouco sobre o processo de transnacionalização de um movimento local e sua ligação com a formação de identidade. Temos em mente que a construção de identidade de um movimento transnacional encerra um nível de complexidade incapaz de ser compreendido através da aplicação de tal mecanismo. Nosso argumento se baseia na singularidade demonstrada no processo de formação de identidade entre atores de experiências e bagagens culturais distintas que, para atuarem em conjunto, identificam um elemento mínimo que permita sua união²⁵. Ainda, o estabelecimento de uma identidade compartilhada se faz em paralelo à manutenção de suas identidades-base, ou seja, de identidades prévias à construção da identidade mínima.

²⁵ DELLA PORTA, 2005.

A premissa se dirige de um modo geral à formação de identidade para o ator coletivo, desvelando a crença na unidade do sujeito, e demonstrando no nosso caso que um movimento social, seja local ou transposto para um outro plano, surge em sua formação de uma constante interação e negociação entre suas partes.²⁶

Este será o pensamento aplicado aos seringueiros e tratado posteriormente quando analisarmos o terceiro processo de transnacionalização: a ação transnacional. Verificaremos, então, ao longo deste trabalho como um movimento enraizado em sua cultura local foi capaz de formar uma identidade compartilhada com atores diversos sob a alcunha do termo ambientalista. Neste sentido, o enquadramento assumirá sua forma mais completa, abarcando além da construção da mensagem, a da identidade e das práticas do grupo.

A emulação, ou a adoção dos atos de um grupo pelo “outro”, guarda uma conexão com a atribuição de similaridade. Como exposto, a “cópia” da ação resulta da identificação, mediante o enquadramento da mensagem e identidade, o que faz da atribuição de similaridade um “mecanismo mediador” (Tarrow & McAdam, 2005, p. 129). Não obstante, avaliar a emulação não constitui nossa intenção, uma vez que acreditamos não ser necessária sua presença para a transnacionalização de um movimento. Do contrário, argumentamos que sua transposição para outras dimensões possa ocorrer mediante o enquadramento da mensagem, tornando-a audível aos demais, evocando uma idéia que acarrete na identificação dos atores. Outrossim, o sentido atribuído à ação do grupo e seu reconhecimento pelos atores externos não implicam inevitavelmente sua adoção por parte destes ou sua prática em outro espaço social. A transnacionalização para nós adquire um outro color quando nos detemos nos contatos estabelecidos entre um movimento e os atores externos à luta, a formulação da mensagem e a identidade compartilhada entre eles.

Dos mecanismos apontados acima nos concentramos na difusão e na mediação (*brokerage*). O primeiro se subdivide em difusão relacional (*relational diffusion*) e difusão não-relacional (*non-relation diffusion*). A difusão singulariza-se pela transmissão de idéias propagadas pelo grupo. Este processo pode suceder de duas maneiras: por meio de contatos já existentes entre os atores, ou através de meios

²⁶ Cf. nota 17.

impessoais – a exemplo de jornais, rádio, internet – referindo-se respectivamente aos tipos de difusão apontados.

A diferença para sua variante, a mediação, repousa no fato desta estabelecer uma ligação entre espaços sociais previamente isolados. Sob a ação de um mediador (*broker*), atores apartados, sem qualquer vínculo entre si, são postos em contato. Entre os mediadores, encontramos uma variedade de atores, desde uma única pessoa até organizações, que se classificam nesta mesma categoria pela posição estratégica que ocupam: constituem atores que se sobressaem por transitar entre grupos e espaços distintos, capazes de conectá-los.

Neste sentido, a difusão e em especial a mediação serão cruciais para a transposição de um movimento local para uma outra escala. Salientamos este último por razões diversas. Entendemos a mediação como um mecanismo mais refinado, que não pressupõe uma relação entre as partes ou uma identificação prévia entre estas para ocorrer. Se a difusão admite a disseminação de um movimento local para outro plano, isto requer que os atores destes espaços apresentem uma relação anterior ao processo e que, portanto, se reconheçam minimamente. Embora a identificação prévia não seja uma regra, é mais exequível que esta se apresente na difusão em virtude do contato já estabelecido entre os atores. Podemos concluir que a interação social, neste caso, precede a atuação do mecanismo, ainda que se assevere durante o mesmo. Assim, recorreremos às palavras dos autores: “Visto que a difusão relacional envolve a transferência de informação ao longo de linhas de interação estabelecidas, pode-se esperar que na maioria dos casos os adotantes em potencial já se identifiquem com os iniciantes do movimento” (Tarrow & McAdam, 2005, p.129. Tradução minha).

Na mediação, ao contrário, é a partir da atuação do mediador que os atores estabelecem contato e se reconhecem, o que possibilita posteriormente a formação de uma identidade e a transposição do movimento. Dessa forma, verificamos que o mecanismo de mediação encerra em sua essência o rompimento de maiores obstáculos à transnacionalização, indo além da difusão. Mas isto não significa desconsiderar a difusão, posto que tais mecanismos não demonstram ser incompatíveis. Pela dinamicidade da teoria, é provável que estes sucedam em concomitância, sem excluir-se. Ainda, a mediação vem acrescentar elementos na

disseminação de idéias, sofisticando-a. Este é o caso do mediador, que funciona como uma espécie de tradutor, possibilitando a união de discursos diferentes, ou mesmo incompatíveis sob um primeiro olhar. O mediador, então, constitui peça-chave neste processo de disseminação de idéias entre mundos previamente isolados: é a figura que dispõem em maior ou menor grau de legitimidade entre estes espaços, sendo hábil o bastante para transitar entre eles. Nossa percepção acerca da mediação e sua relação com a identidade entre as partes casa com o argumento dos autores, que o classificam como um dos mecanismos atuantes no processo de formação de identidade: “Os mediadores conectam espaços previamente apartados e, em decorrência, promovem a criação de novos atores coletivos e novas relações com outros atores, novas identidades” (McAdam et al, 2001, p.154. Tradução e grifo meus).

Contudo, nada nos leva a crer que tal mecanismo figure como mais relevante que a difusão na transnacionalização de um movimento local. Apenas atestamos suas contribuições e seu refinamento se comparado ao outro. Sua relevância se dá em conformidade com cada caso a que se aplica. No que tange aos seringueiros, podemos atestar que a mediação consiste em um fator elementar para sua mudança de escala, influenciando na construção de uma identidade entre o grupo e seus aliados, e possuindo entre seus principais mediadores Chico Mendes. Aqui, a figura do mediador adquire maior complexidade. Além da habilidade e legitimidade, entendidas por nós como características do mediador em si, Chico Mendes figurava como a principal liderança do movimento dos seringueiros. A ele, atribuímos não apenas as peculiaridades destacadas acima, mas a posição de líder carismático, centralizando todas as atenções do movimento. E, justamente por consistir na principal liderança, identificamos neste mediador um amplo poder de persuasão, exercendo influência e evocando o reconhecimento dos demais atores (internos e externos ao movimento). Esta mescla entre mediador e líder carismático pode ser percebida nas palavras de Raimundo Barros, uma das antigas lideranças:

“A gente tem mantido a conquista das coisas, tamos construindo muita coisa que nós não tinha no passado e que eram o sonho do Chico, como a melhoria do transporte, da educação, da saúde, de tantas outras coisas que eu já me referi. Mas não é com a habilidade, com a ênfase que a gente, se ele fosse vivo, ou então sim tivesse tido uma liderança que tivesse tido e continuasse tendo o cacique, a habilidade que o Chico tinha” (Raimundo Mendes Barros, em entrevista).

Cabe ressaltarmos que tal mecanismo envolve não apenas a formação de identidade, mas a negociação por parte do mediador paralelamente ao enquadramento dos clamores do grupo. A mediação, por conseguinte, atua nas dimensões cognitiva e estratégica, estando em sintonia com o construtivismo estratégico adotado no padrão bumerangue/modelo espiral. Conquanto os teóricos da “política da contenda” rejeitem uma formulação calcada na estrutura de oportunidades por compreenderem-na como um modelo estático, a inserção de mecanismos que atuem simultaneamente pode reverter este quadro, no sentido de torná-lo mais dinâmico. Ademais, os mecanismos aqui descritos permeiam um cenário de interação social, no qual o significado é construído de forma intersubjetiva. Neste cenário, o mediador estabelece a ponte entre dois espaços e grupos sociais antes separados; constitui um ator que promove a interação entre as partes. A relação entre estas, portanto, ocorre. Mas é através da mediação que os atores interagem e vêm compartilhar uma identidade.

A formação de identidade nos insere no terceiro processo de transnacionalização. De acordo com Della Porta e Tarrow, a ação coletiva transnacional designa “campanhas internacionais coordenadas da parte de redes de ativistas direcionadas a atores internacionais, outros estados, ou instituições internacionais” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.7. Tradução minha) Esta definição nos remete novamente ao cunho institucional examinado nos conceitos de movimentos transnacionais, conforme elaborados por Sikkink e Tarrow. Mas, principalmente, nos conduz ao caráter territorial dos mesmos conceitos e, em decorrência, às restrições impostas pela exigência de bases de mobilização em outros estados. A questão que se coloca, então, é a seguinte: como equacionar o conceito de ação transnacional exposto acima com uma definição de movimentos transnacionais que se distancia sutilmente da linha de pensamento que prioriza a o institucional e o territorial?

O primeiro ponto que devemos ter em mente concerne às especificidades que para nós tipificam um movimento como transnacional, o que talvez dependa de cada caso estudado. No que tange aos seringueiros, não resta dúvida que a ação transnacional figurou como um fator relevante, haja vista a campanha contra o

desmatamento da Amazônia junto ao Banco Mundial, em aliança com ongs, entidades e ativistas internacionais, formando uma rede transnacional. Ainda, não descartamos a importância de tais ações para a construção de uma identidade entre os atores envolvidos e a ampliação das alianças estabelecidas: a ação consiste em um momento privilegiado, que une os atores em torno de uma mesma causa, ainda que tal causa signifique o mínimo compartilhado entre eles. É também durante as campanhas internacionais, e anteriormente quando da sua elaboração, que os atores trocam informações, estabelecendo contatos ou mesmo fortalecendo-os.

Mas como podemos entender um movimento eminentemente local como transnacional uma vez que as campanhas elaboradas em conjunto com ativistas transnacionais chegam ao seu término? Seria a derrocada deste enquanto um ator coletivo transnacional? Se nos basearmos estritamente na definição acima como o elemento que confere a um ator coletivo seu traço transnacional, constatamos que o movimento em si não necessariamente se transnacionaliza. Do contrário, integra uma rede mais ampla, esta sim transnacional, composta por atores de diversos países. O movimento mantém-se como local, apenas participando de um movimento transnacional. No caso dos seringueiros, por exemplo, o movimento em si não seria considerado transnacional, mas parte de um: o movimento ambientalista.

Entendemos que a ação transnacional pode se mostrar considerável durante a transnacionalização de um movimento local, o que não implica afirmar que somente sua existência será imprescindível para que tal processo se desenrole. Concentramos-nos aqui em outros tentos: a formação de uma identidade comum entre grupos locais e aliados externos; e o conteúdo da mensagem a ser propagada pelos mesmos, expresso nas questões aludidas pelos atores. Quanto à construção da mensagem e seu enquadramento, já nos estendemos de forma considerável em outra parte. Também já aclaramos que a mensagem pode ser adaptada às expectativas de seus receptores, evocando o sentimento destes. Envolve, portanto, a construção de significado e o lado estratégico, marcado pelo aproveitamento das oportunidades disponíveis aos atores e a ampliação das mesmas ao se obter um maior número de aliados, por exemplo.

O conteúdo da mensagem, neste caso, é crucial para angariar o apoio de atores no âmbito externo. O enquadramento do discurso deve englobar uma questão

considerada por seus receptores, levando ao reconhecimento do movimento e, conseqüentemente, sua legitimação perante os outros atores, inclusive o alvo das ações. No que tange à transnacionalização de um movimento local, faz-se necessário que o conteúdo da mensagem seja direcionado a questões que não se restrinjam ao seu plano de origem, mas que incluam de alguma forma um fator que seja percebido como relevante e que desperte a solidariedade dos demais, atingindo outras dimensões para além da local. Como observamos, os seringueiros direcionaram seus clamores à proteção da floresta tropical, um problema percebido à época como global.

Neste sentido, é possível que a mensagem evoque a dimensão global, o que não significa tipificar um movimento como global. Mesmo que este propague valores considerados universais, nos restringimos a analisar a relação entre o conteúdo da mensagem e a obtenção de aliados externos ao movimento, atentado para os atores transnacionais. Conquanto o enquadramento da mensagem ocorra em moldes globais, nos propomos a examinar as conexões transnacionais que permeiam o enquadramento e seus resultados para o movimento local: um número mais expressivo de aliados, a ampliação e criação da estrutura de oportunidades, o reconhecimento entre os atores. Estamos tratando da transnacionalização de um movimento local e não de sua globalização, ainda que o global configure uma das dimensões constitutivas do ator coletivo aqui estudado.

Nosso enfoque na transnacionalização do movimento, portanto, não negligencia a dimensão global, que se fará presente em tal processo e figurará como um elemento relevante para a avaliação da hipótese de que a defesa de uma causa ambiental global – a proteção da floresta tropical – teria possibilitado o estabelecimento de relações transfronteiriças e que ultrapassam a dimensão local. Contudo, o conceito de movimento global apresenta algumas falhas para o estudo do nosso objeto, o que ficará mais claro quando discutirmos a relação entre o local e o global.

Outro ponto a ser salientado por nós diz respeito à formação de uma identidade entre os atores que participam do processo de transnacionalização de um movimento local, a saber, os integrantes de tal movimento e aqueles que o apóiam.

Aqui, ao nos determos na construção de uma identidade compartilhada, estamos interessados, sobretudo, em avaliar como os contatos estabelecidos entre os atores influenciaram a criação/mudança de uma identidade entre os primeiros. Desse modo, nossa observação, que inicialmente avalia o(s) processo(s) de transnacionalização do interno para o externo, percorre o caminho inverso: a fim de compreendermos as implicações da interação entre os atores para o grupo local, no que se refere à construção de uma identidade comum, nos detemos no sentido do externo para o interno.

Mas antes de discorrermos acerca deste último fator, cabe atentarmos para algumas alterações associadas ao processo de ação coletiva transnacional e que afetarão o modo pelo qual a construção de identidade é entendida pelos teóricos de movimentos sociais. A ação transnacional é freqüentemente empregada para designar as manifestações mais recentes no cenário externo, ressaltando-se um novo tipo de ativismo transnacional baseado na tolerância, inclusão, uma nova visão sobre o fazer político e, em especial, centrada no papel do indivíduo e da subjetividade, em detrimento do coletivo e da intersubjetividade. Tal ativismo é também entendido por muitos como o pilar de uma sociedade civil global e seu potencial emancipatório.²⁷

Entre os fatores que teriam contribuído para a ascensão deste novo ativismo estão as alterações estruturais. Nas duas últimas décadas, o sistema internacional tem sido palco de grandes alterações após um longo período de estabilidade. Entre estas, uma das mais relevantes e, porque não afirmar inesperada, diz respeito ao fim da Guerra Fria. A partir de então, teve início um período de rearticulação do âmbito internacional, no qual o número de instituições e organismos recrudescer consideravelmente. Este fato significou uma ampliação do campo de atuação dos atores não-estatais, ainda que não necessariamente estas instituições indiquem a existência de um espaço mais democrático e aberto a estes atores. Multiplicou-se, ainda, o número de organizações não-governamentais, contribuindo igualmente para intensificar o ativismo transnacional.

²⁷ Entre os que defendem tal visão, destacam-se Della Porta (2005) e Anheier et al (2004). Para uma crítica, ver Chandler (2004) e Gómez (2001).

Ademais das mudanças contextuais, Della Porta e Tarrow indicam uma alteração cognitiva e relacional. Esta compreende as relações entre os ativistas e entre estes e a esfera institucional. Assim, ativistas que se agrupavam em áreas distintas passaram a estabelecer conexões em torno de temas comuns e que perpassam estas áreas, e as instituições que formam o alvo das campanhas e protestos tiveram ao seu favor o “uso legítimo dos meios de violência” contra os manifestantes.²⁸

Quanto às alterações, pretendemos enfatizar o papel da mudança cognitiva nas relações entre os atores transnacionais. Entendemos que o lado cognitivo guarda uma ligação não apenas com a construção de identidade, mas com o enquadramento da mensagem e o significado atribuído a ação. Relembramos, destarte, o argumento elaborado anteriormente acerca da interação entre estes tentos: a ação orquestrada entre seus participantes está de acordo com a mensagem formulada pelos mesmos e sua identificação com a causa. Estes elementos estão interligados, se co-constituindo.

No que tange aos fatores que levam a transnacionalização de um ator coletivo local, conservamos este pensamento. Contudo, ressaltamos novamente que acreditamos ser possível a saliência de um fator ou outro para que a transnacionalização suceda. No caso a ser investigado, insistimos em dois aspectos: na relevância assumida pelo conteúdo da mensagem enquadrada, e com isso nos referimos à orientação dos clamores do grupo local para um problema que ultrapassa a dimensão local, alcançando o internacional, o transnacional e o global; e, principalmente, na construção de uma identidade entre ativistas e o movimento, de modo que de tal encontro surjam resultados que possibilitem uma alteração na identidade do grupo, ou a harmonização entre a recém-formada e aquela reconhecida como o pilar do grupo.

Torna-se pertinente, a partir do esboçado acima, nos concentrarmos na formação de uma identidade entre atores transnacionais. Avaliaremos no que se segue a exequibilidade do termo identidade flexível ao nosso objeto de estudo.

A identidade flexível é elaborada por Della Porta com o intuito de assinalar o estabelecimento de uma identificação entre atores os mais distintos, que se reconhecem pelo mínimo em comum, pretendendo avançar no pensamento presente

²⁸ Cf. os artigos de Della Porta e Bennet, In. DELLA PORTA & TARROW, 2005.

na literatura de movimentos sociais de que os atores coletivos não constituem um sujeito uniforme. Outrossim, o conceito está igualmente calcado na abordagem de Melluci no que se refere à a relevância da escolha individual e da subjetividade para a identificação do ator. Enfoca, portanto, o lado cognitivo do reconhecimento entre os indivíduos em detrimento do estratégico.

Della Porta se propõe a examinar a emergência de uma identidade transnacional, mas direcionada ao ativismo mais recente. Isto explica a ênfase da autora no papel do indivíduo e na dimensão subjetiva, na medida em que este “novo ativismo” se distancia das marcas atribuída aos movimentos sociais e que já vinham sendo rompidas através da ascensão dos chamados “novos movimentos sociais”: fraca organização; conexão entre áreas distintas na defesa de uma causa comum, ou a adoção de um discurso mais amplo como a “justiça ambiental”, “justiça global”; uso de novas táticas, que incluem desde a ação mais violenta até a teatral²⁹; o pertencimento a diversas organizações concomitantemente; a inexistência de um sujeito privilegiado na ação, já que todos se reconhecem como iguais, ocupando o mesmo patamar. A formação de identidade entre estes atores responde, ainda, a outros elementos que auxiliam na especificação dos sujeitos que compõem este ativismo: a tolerância, a aceitação da heterogeneidade entre estes como algo positivo; uma visão de política que não se refere aos canais institucionais, mas que ressalta a participação dos atores.

Dentre os fatores apontados acima, a diferenciação entre os ativistas e a tolerância se destacam na construção desta identidade, junto à dimensão subjetiva e individual. Segundo o conceito, indivíduos de bases culturais as mais diversas reconhecem-se pelo mínimo que possuem em comum. A determinação de um denominador mínimo permite que atores atrelados previamente a organizações distintas, com enfoques variados, atuem conjuntamente em direção a uma mesma questão. Ao passo que desenvolvem uma identidade entre si, calcada na inclusão e tolerância, conservam identificações anteriores à ação coletiva transnacional,

²⁹ As táticas e estratégias utilizadas pelo “novo ativismo”, freqüentemente entendido como um movimento anti-globalização, são ilustradas por Kate O’Neil (2004) ao analisar a atuação de tais atores, sua relação com as instituições internacionais e as características que estabelecem uma cisão entre os componentes das manifestações.

conferindo o que os autores descrevem como “pertencimentos múltiplos” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.238).

A identidade flexível confere à dimensão subjetiva e individual um papel-chave na medida em que o enquadramento da mensagem e sua identificação está para além das propriedades cognitivas e estratégicas apresentadas anteriormente; inclui o processo de “contaminação na ação” em cada ator, que independe das organizações envolvidas (Della Porta, 2005, p.178). Dessa maneira, Della Porta remete-se diretamente aos movimentos mais atuais, entendidos como movimentos globais ou anti-globalização, cujas manifestações se desenvolvem em grande parte entre o ativismo do Norte³⁰. Em suas palavras:

“Nos novos movimentos transnacionais, as tensões entre organizações e indivíduos diferentes são reduzidas pelo desenvolvimento de identidades flexíveis. Se os movimentos antigos enfatizavam a igualdade – entendida como uma “comunidade de iguais” – os ativistas nas mobilizações transnacionais contemporâneas enfatizam a diversidade como um recurso positivo para os atores coletivos. Campanhas concretas em comum são percebidas não apenas como construídas sob um denominador mínimo comum, mas como a base para o desenvolvimento de um entendimento compartilhado da realidade externa. Apesar dos pertencimentos múltiplos, os ativistas enfocam o papel importante da “subjetividade” e envolvimento individual. A identificação com causas globais não exclui outros tipos de identificação” (Della Porta & Tarrow, 2005, p.240. Tradução minha).

A definição de Della Porta, contudo, nos coloca alguns problemas se pensamos em aplicá-la para designar uma identidade compartilhada entre integrantes de um movimento local, considerado como parte dos “antigos movimentos sociais”, e os ativistas transnacionais. Como elaborada, a análise negligencia os antigos movimentos e, em decorrência, sua transnacionalização. Neste caso, minimiza a ação das organizações formais que formam um dos pilares destes movimentos ao prezar pela subjetividade e individualidade. Destarte, enquanto um termo que singulariza a identidade transnacional, a identidade flexível demonstra ser eficaz para um ativismo específico, negligenciando os demais processos e relações entre atores transnacionais.

Não obstante, o termo suscita algumas reflexões para o movimento em foco. A partir da análise de Della Porta, torna-se exequível pensarmos na construção de uma identidade compartilhada entre atores de bagagens sócio-culturais distintas, que

³⁰ Não ignoramos aqui o papel das manifestações ocorridas nos países em desenvolvimento, como as presentes no Fórum Social Mundial, que estabelecem o contato entre ativistas de distintas regiões do mundo. Contudo, a autora parte de uma observação calcada no ativismo de países desenvolvidos, que incluem as ações do Fórum Social Europeu.

se reconhecem pelo mínimo em comum, atuando em torno de uma mesma causa. Do encontro entre atores que aparentemente não apresentariam qualquer compatibilidade, emerge um discurso e uma identidade compartilhados na medida em que estes atores identificam um denominador comum que permita atuarem em concordância. O enfoque que atribuímos ao “mínimo em comum” faz-se extremamente importante tendo em vista dois pontos. Tratamos das relações estabelecidas entre atores que se diferenciam e/ou que inicialmente apresentam visões de mundo diversas. Ademais, a formação de uma identidade compartilhada tendo como base o “mínimo em comum” permite a permanência de uma identidade prévia ao encontro.

A construção de uma “identidade mínima” ou compartilhada vai ao encontro do pensamento presente na literatura de MS que atesta a superposição de identidades do ator coletivo e, conseqüentemente, sua fragmentação. Outrossim, a superposição de identidades apontada por Della Porta na construção de uma identidade transnacional, ao utilizar a expressão “pertencimentos múltiplos”, já se mostrava presente no trabalho elaborado pela autora em conjunto com Diani (Della Porta & Diani, 1999). Contrapõe-se, por conseguinte, a uma pretensa homogeneidade do ator, ainda que esta possa ser ocasionalmente propagada por seus integrantes como um fato. .

Quando transposta para o plano transnacional, a interação social nos parece mais complexa justamente por tratar-se de atores provenientes de sistemas sócio-culturais distintos e que não gozavam de qualquer contato anterior à transnacionalização. Atores que desenvolvem uma mesma mensagem e se identificam pelo mínimo que compartilham entre si. Compreendemos que neste cenário as dimensões cognitiva, simbólica e estratégica, que compõem o mecanismo de enquadramento, desempenham um papel fundamental, permeando as ações dos atores. A elaboração de um discurso comum, que orientará as campanhas internacionais, exige não apenas uma concordância entre o grupo local e seus aliados externos, uma correspondência entre os fatos relatados, os valores associados a estes e a mensagem enquadrada. Há que se considerar igualmente as oportunidades oferecidas bem como a expansão e criação deste campo estratégico a partir da propagação da mensagem.

Faz-se imperioso, neste caso, que os atores busquem uma questão-base, atentando para o estabelecimento de uma harmonia entre suas diferenças e para os acontecimentos que norteiam tanto o âmbito interno quanto o externo. A partir de então, torna-se exequível a construir uma identificação que *a priori* poderia ser interpretada como improvável de suceder. Como compartilham o mínimo em comum, concordamos com Della Porta e acreditamos ser pertinente a “superposição de identidades”. Ao utilizarmos esta expressão para os seringueiros, nos referimos a manutenção de uma identidade anterior, própria ao movimento – a identidade de seringueiro, enraizada nas práticas do grupo, e com forte influência de uma base sindical – em paralelo ao desenvolvimento de uma nova identificação, que aflora do contato na dimensão transnacional – a ambientalista. Convém examinarmos, ainda, até que ponto foi possível a criação de uma outra identidade no decorrer do processo de transnacionalização: a de povos da floresta.

Ao empregarmos a externalização, a mudança de escala e a ação coletiva transnacional para interpretarmos a transnacionalização do movimento dos seringueiros, temos em mente duas observações: tais processos não se excluem, mas atuam em conjunção, imputando à transnacionalização um nível mais elevado de dinamicidade e complexidade; estes mesmos processos, ainda que nos ofereçam mais ferramentas para análise, também nos mostram certas limitações, o que nos leva a descartar sua aplicação completa.

Ainda, estes processos nos auxiliam a comprovar apenas em parte nossas hipóteses, na medida em que destacam certos aspectos presentes na transnacionalização. Entre estes estão a ação coletiva; a formulação da mensagem; a construção de uma identidade mínima; a figura do mediador; a conjunção entre a cognição, o simbolismo e a estratégia. Estão igualmente presentes as dimensões local, nacional, internacional e transnacional. No entanto, silenciam a existência de uma outra dimensão. Estamos aludindo ao global e o papel que esta dimensão exerce na constituição do ator coletivo. Resta-nos, então, aprofundar a análise, enfocando a relação entre o local e o global.

2.4. Transnacional ou global?

A relação entre o local e o global tem sido fruto de preocupação entre especialistas de áreas distintas nas Ciências Humanas. Tal fato se deve em muito às mudanças observadas no cenário internacional, apontando para uma reconfiguração do espaço e aceleração do tempo, levando a uma percepção por vezes equivocada entre os que assistem e tentam teorizar sobre os acontecimentos. Nessa medida, um destes grandes equívocos, e talvez o maior, remete-se a uma falsa dicotomia entre estes planos e, em consequência, uma interpretação superficial acerca do processo de globalização. Mas para entendermos em que consiste a globalização e como esta interfere na dinâmica das relações sociais, é preciso ter claro a ligação expressa entre o local e o global.

No caso dos seringueiros, já verificamos que o global se apresenta nos clamores de proteção à floresta tropical, utilizado inclusive nas campanhas internacionais impetradas junto aos ativistas transnacionais. Mas o que entender por uma questão global? De acordo com Diani embora algumas questões, como a degradação ambiental, possam ser consideradas como globais, estas devem ser percebidas como tais pelos atores. Ademais um movimento poderia ser interpretado como global na medida em que seus integrantes compartilham uma identidade e direcionam suas ações para uma questão global (Diani, 2005, p.47-52). Sendo assim, o movimento dos seringueiros configuraria um movimento global se pensarmos que os atores envolvidos – seringueiros e ativistas transnacionais – mobilizaram-se em torno de uma causa global e dividiram uma identidade mínima.

Contudo, as constatações de Diani não nos esclarecem o sentido do termo global, nem mesmo desvendam a conexão entre as duas esferas³¹, tão relevante para a investigação acerca de um ator coletivo que inicialmente adotava um discurso enfatizando uma problemática local – o direito e a disputa por terras no Brasil – e

³¹ Diani classifica como globais as questões que de algum modo mostram-se relacionadas ao advento da globalização, cujo sentido parece estar condicionado pela implementação de políticas neoliberais. O termo global também é também associado pelo autor aos temas freqüentemente tratados pela agenda dos “novos movimentos sociais”, incluindo meio-ambiente, gênero. O conceito mostra-se, portanto, incerto em sua definição, fato que compromete sua análise sobre a relação entre o global e o local (Diani, 2005).

posteriormente passou a focar a proteção da floresta tropical. Devemos salientar que os seringueiros em momento algum abandonaram seus primeiros clamores, direcionados ao acesso à terra, senão reformularam-no, inserindo-o em um contexto mais amplo. Assistimos aqui à conjunção de temáticas que a princípio estariam dissociadas, correspondendo respectivamente ao particular e o universal: de um lado a questão fundiária, de outro a ambiental.

Nesse sentido, o movimento dos seringueiros suscita alguns questionamentos que se remetem à relação entre o local e o global, na medida em que admitimos ser exequível a interpenetração entre estas duas esferas, afetando-se mutuamente. Cabe, então, atentarmos para a interação entre estas dimensões e o papel desenvolvido pelo ator coletivo neste processo. Com isto, referimo-nos ao fato de um problema eminentemente local não apenas afetar a globalidade, mas assumir os traços de uma questão global sem, no entanto, negligenciar o local. De modo inverso, tal questão pode incorporar a localidade, assumindo algumas de suas especificidades, o que não a descaracteriza como global. Como nos sugere Roland Robertson, “o global não está em si mesmo contraposto ao local. Inversamente, aquilo a que nos referimos com frequência como local está essencialmente incluído no global” (Robertson, 1995, p.35. Tradução minha).

O pensamento de Robertson nos confirma a interação entre as dimensões, desfazendo o mito de sua incompatibilidade. Ademais, nos permite refletir sobre o caráter co-constitutivo que permeia esta relação. Se por um lado o global inclui o local e, como decorrência, atua sobre este, por outro constatamos que o local, justamente por sua inclusão no global, também afeta esta dimensão. Não há, portanto, uma direção única neste processo que nos permita inferir a ocorrência de uma ação estritamente do global para o local, fazendo deste um espaço receptor de influências. Nesta dinâmica, as esferas exercem e recebem influência. Ao reconhecermos esta característica, estamos, assim como Robertson, indo de encontro à separação nítida tecida pelos cientistas sociais entre agente e estrutura, e cuja aplicação em Relações Internacionais atingiu seu ápice com o advento do Neorealismo.³² Não se trata de

³² ROBERTSON, 1995, p.40. Sobre Neorealismo, ver Waltz (2002)

negar a diferenciação entre estes elementos, mas de questionarmos uma formulação que exclui qualquer possibilidade de agência à unidade.

A mesma reflexão empregamos para os atores que operam nestas escalas, em especial aqueles considerados locais, como no caso dos seringueiros. Ao constatar a possibilidade de ação partindo do local, conferimos ao ator relacionado a esta esfera uma postura que não se limita a uma passividade diante da dinâmica global. Com isto, não negligenciamos que as manifestações que sucedem fora do local e, por conseguinte, manifestações externas à dimensão do ator coletivo em sua origem, sejam fonte de impacto em tal dimensão. Acreditamos que diante de um processo global, o ator possa apresentar traços de passividade e, simultaneamente, de agência: como o próprio termo evidencia, estamos tratando daqueles que de algum modo agem. Destarte, o ator coletivo apresenta-se de forma dupla: como aquele que sofre os impactos do processo global; e como aquele que age ou reage em circunstâncias globais, criando e ampliando oportunidades, se reinventando, influenciando no processo. Nas palavras de Gonçalves:

“Há fortes indícios de que determinados sujeitos sociais têm se inserido nos interstícios desse processo de globalização, dando-lhes um sentido inteiramente novo e de integração à nova ordem que vem se desenhando, emprestando-lhes um sentido que não tem sido posto pelas análises globalistas” (Gonçalves, 2004, p.187).

Gonçalves alude ao caráter atuante dos movimentos sociais – entre estes o dos seringueiros – diante da globalização, fato que resulta em uma mudança de interpretação acerca deste processo: a globalização em si não constitui uma dinâmica excludente. Pelo contrário, para Gonçalves as tensões intrínsecas a tal dinâmica tornam possível a inclusão de sujeitos que, a princípio, seriam considerados como excluídos ou, na nossa leitura, passivos, se aceitarmos que nesta reestruturação das relações sociais o ator está relegado à exclusão de modo perene. Apesar da perspectiva adotada pelo geógrafo no que tange à globalização e seus significados, a passagem acima nos fornece indícios que corroboram o caráter atuante/passivo do ator coletivo na dinâmica global. Deste modo, o papel do ator social remete-se à relação entre o local e global que, por sua vez, está inserida em um debate acerca do processo de globalização.

Nossa perspectiva é reforçada pelo pensamento de Robertson. Em alusão à interação entre as esferas, o teórico formulou o termo “glocalização”, pelo qual se entende uma relação de influência mútua e co-constituição entre o local e o global, na qual as tensões mostram-se inerentes. Esta singularidade acerca da dinâmica global, discutida anteriormente e expressa na “glocalização”, torna-se fundamental para nossa argumentação sobre o papel do ator coletivo. Recorremos, então, à compreensão de Eschle e Stammers sobre a questão ao afirmarem que “a idéia de glocalização sugere que movimentos limitados territorialmente, situados localmente sejam potencialmente ambos objetos e sujeitos dos processos globais” (Eschle & Stammers, 2004, p.355). A partir do exposto, faz-se pertinente analisarmos o movimento dos seringueiros como um ator coletivo de origem local que, imbuído na dinâmica global, exerce uma dupla face: objeto e sujeito, concomitantemente. Ora o movimento recebe o apoio de aliados que contribuem para a sua “universalização”, auxiliando na propagação de um discurso global; ora ele mesmo age, influi no processo, elaborando projetos como as Reservas Extrativistas (Resex).

Conquanto tenhamos discorrido acerca da interação entre as esferas e sua relação com o ator coletivo, nos resta ainda elucidar o significado do termo global. Em decorrência, nos referimos igualmente ao uso de tal termo na qualificação de questões e a conotação que estas adquirem, ao passo que sob uma outra interpretação, como as análises calcadas no paradigma dos “novos movimentos sociais”, estas mesmas questões pudessem ser consideradas “universais”. Neste caso, abordamos a formulação de Scholte sobre a globalização, que avança em muitas das constatações de Robertson, como a ênfase nas questões espaço-temporal e geográfica e na falsa dicotomia entre as dimensões.

Scholte compreende a globalização como um processo de reconfiguração do espaço social, no qual as relações sociais são singularizadas pela supraterritorialidade, alcançando um escopo mundial. Neste sentido, a compreensão de Scholte está em sintonia com o pensamento desenvolvido por Robertson ao distinguir a globalização como um fenômeno referente à reestruturação das relações sociais imbuídas na reorganização do espaço e aceleração do tempo. Não obstante, sua formulação

procura ir além de uma interpretação calcada estritamente na compressão espaço-temporal, atribuindo ao processo uma mudança qualitativa:

“Ainda, as locações territoriais, distâncias territoriais e fronteiras territoriais não definem a geografia dos fluxos transplanetários atuais. Estas conexões globais frequentemente também possuem qualidades de simultaneidade transmundial (a saber, elas se estendem em qualquer lugar no planeta ao mesmo tempo) e instantaneidade transmundial (ou seja, elas se movem em qualquer lugar do planeta em tempo algum)” (Scholte, 2002, p.18. Tradução minha).

A dinâmica global assume um novo sentido na medida e que as relações sociais, marcadas pela simultaneidade e instantaneidade, superam as barreiras territoriais marcadas principalmente pelo estado-nacional. A globalização refere-se não apenas à intensidade das relações sociais, mas à forma pela qual estas sucedem, posto que as conexões entre pessoas são passíveis de atingir a esfera global em tempo algum. Desse modo, o processo se distingue das demais interpretações que lhe são frequentemente atribuídas, como internacionalização, liberalização ou ocidentalização, além de suscitar um outro entendimento capaz de explicar as alterações do espaço social, aliando a existência dos limites geográficos, das fronteiras, à superação do território.

Aqui, recorreremos à afirmação elaborada anteriormente, ao aludirmos à quebra do monopólio do território na transposição das relações sociais e, no caso, de um MS para uma outra dimensão. Apesar da separação entre os âmbitos externo e interno do estado se revelar a base do padrão bumerangue/espiral e do modelo de mudança de escala, utilizamos esta diferenciação como uma ferramenta heurística necessária, com poder explanatório direcionado à transnacionalização dos seringueiros. Como atestamos, a relação entre o local e o global constitui um dos pilares para a transposição do movimento, fato negligenciado por tais abordagens. A partir do pensamento de Robertson e, mais enfaticamente, de Scholte, a reestruturação das relações e do espaço social traz como um requisito a inserção de uma análise de caráter multidimensional.

No que tange aos seringueiros, observamos a presença de distintas dimensões. Nacional, internacional, transnacional, global e local, com maior relevo para as três últimas, figuram como escalas constitutivas do movimento durante sua transnacionalização. Destarte, um movimento local, com uma mensagem global, estabelece conexões com atores transnacionais que atuam junto a organismos

internacionais a fim de pressionar governos nacionais. Este fato nos leva a crer que estas esferas não se mostram separadas ou em constante oposição, o que implica na desmistificação da dicotomia local/global e da crença de que o caráter supraterritorial da globalização descarta a permanência dos limites territoriais.

Encaixa-se, ainda, nesta inferência a construção de uma “identidade mínima” ou “compartilhada”, posto que esta alude à manutenção de uma identidade anterior/local, no caso dos seringueiros, em harmonia com uma nova identidade, formada nos âmbitos transnacional e global, em referência aos atores e à mensagem desenvolvida, respectivamente. As esferas, portanto, encontram-se em constante relação. Como Scholte afirma,

“[...]o global não é um domínio em si mesmo, separado do regional, do nacional, do provincial, do local e do familiar. Não existe nenhuma circunstância puramente global, apartada de outros espaços, assim como nenhum domínio familiar, local, provincial, nacional ou regional estão selados de outras arenas geográficas” (Scholte, 2002, p.27. Tradução minha).

Ao classificar uma questão como global, estamos nos remetendo a uma situação marcada por conexões no escopo mundial que transpassam as barreiras geográficas, as fronteiras dos estados, de forma simultânea e instantânea. Assim, temáticas como a devastação das florestas tropicais poderia ser considerada um problema global, já que relacionada à mudança climática no planeta, ao então descoberto buraco na camada de ozônio, ou seja, a acontecimentos que atingem o globo simultaneamente e/ou instantaneamente, ainda que de maneira desigual.³³ Não obstante, é preciso que consideremos como estas mesmas questões são percebidas pelos participantes da ação coletiva. Quanto ao nosso objeto de estudo, constatamos a incorporação desta questão no discurso dos membros do movimento.

Ademais, paralelamente à ocorrência de problemas globais, verificamos ainda a persistência de questões circunscritas ao território. Quando investigamos o movimento dos seringueiros, um aspecto que devemos ressaltar diz respeito à coexistência do local e do global, já apontada e que perpassa uma análise multidimensional. Neste ponto, nos concentramos no duplo sentido que perpassa a expressão “desmatamento da Floresta Amazônica”. Por um lado, a conotação global

³³ Acerca de questões globais ecológicas, ver SCHOLTE, 2002, p.18.

se evidencia quando entendemos a Amazônia como uma floresta tropical. Por outro, um sentido local está incluso nesta expressão posto que a articulação entre atores transnacionais e integrantes do movimento local se desenvolve em torno da Amazônia Brasileira. Temos, então, um objeto local, circunscrito às fronteiras estatais que, como uma floresta tropical, assume uma feição global. Novamente, concordamos com Scholte, atestando a interpenetração entre as esferas:

“Então o espaço social não deve ser entendido como uma junção de campos distintos, mas como uma interrelação de esferas dentro de um todo. Eventos e desenvolvimentos não são globais *ou* nacionais *ou* locais *ou* de alguma outra escala, mas uma interseção do global e de outras qualidades espaciais. O global é uma dimensão da geografia social, não um espaço por si mesmo” (Scholte, 2002, p. 27. Grifo do autor. Tradução minha).

Outro ponto relevante concerne à compreensão acerca dos movimentos sociais. Uma vez desvendado o sentido da globalização e, como consequência, da expressão “global”, poderíamos voltar ao pensamento de Diani e interpretar um MS como global, na medida em que a identidade e as ações de seus participantes estejam direcionadas para questões globais. De outro modo, o mesmo pensamento que aplicamos acerca da dinâmica global nos oferece uma definição acerca dos MS. O'Brien et al (2000) referem-se aos movimentos sociais globais (MSG) como atores coletivos multifacetados, sem uma ideologia única, que atuam não apenas na esfera global, como também nos demais planos do espaço social, superando os limites territoriais. Este entendimento, portanto, está em conformidade com a perspectiva desenvolvida por Scholte acerca da globalização.

A despeito de sua interpretação ser mais abrangente, incluindo uma gama de sujeitos tratados por outros teóricos sob nomenclaturas distintas, como as redes de ativistas transnacionais (Keck & Sikkink, 1998) ou as organizações dos movimentos sociais transnacionais (Smith et al, 1997), paralelamente o conceito apresenta algumas dificuldades quando de sua aplicação no mundo empírico, o que ocorre de formas diversas. Para este fim, destacamos a seguinte passagem:

“O adjetivo ‘global’ sugere que a sociedade civil e os movimentos sociais são mais diferenciados do que seus pares domésticos. Como não existe um único estado mundial nem uma única comunidade mundial, os MSG são menos coesos do que seus pares nacionais. [...] Apesar disto, existem algumas conexões transnacionais entre as várias partes do movimento, algum sentido de uma identidade comum e a necessidade de ações coordenadas senão idênticas”. (O'Brien et al, 2000, p.13. Tradução minha).

Entre alguns dos movimentos que se encaixam na premissa dos autores estão ambientalismo, pacifismo e feminismo. Contudo, tal premissa demonstra alguns elementos que, em conjunto, acabam por dirimir a possibilidade de um movimento local se globalizar. Neste contexto, salientamos a “necessidade de ações coordenadas, senão idênticas” e sua relação com a ênfase atribuída neste pensamento ao papel das organizações não-governamentais (ongs). Como observamos anteriormente, a construção de uma identidade entre atores transacionais em torno de uma causa global mostra-se exequível. O contrário pode-se afirmar a respeito das ações coordenadas e/ou idênticas, conforme apontadas acima. Insistimos neste aspecto atribuído aos MSG por entendermos que tal exigência guarda uma ligação estreita com grupos de atores cuja organização se mostra mais incisiva. Isto se deve à capacidade de um grupo organizado articular ações coletivas e captar recursos, em concordância com a teoria de mobilização de recursos.

Destarte, o relevo dispensado às ongs internacionais, mas que poderia ir ao encontro de sindicatos, ou qualquer outro tipo de organização em moldes mais próximos do formal. Mesmo no caso dos seringueiros, um movimento de base sindical, este requisito não nos leva a atestar de modo contundente sua globalização. O global, incorporado no discurso do movimento, está imbuído no estabelecimento de relações entre os integrantes do movimento e atores transnacionais, entre estes as ongs internacionais. A presença de organizações formais unicamente não leva à ascensão, à constituição de um movimento, ou à articulação de ações coordenadas idênticas pela parte desses atores. O que observamos no caso dos seringueiros são conexões em torno de uma causa comum, em campanhas internacionais, ou o que seria classificado por Keck e Sikkink como uma coalizão. Daí a relevância que atribuímos à construção da identidade e da mensagem, embora a ação coletiva não seja negligenciada neste processo de transposição do movimento.

Ao analisar as ongs internacionais, O'Brien et al (2000) enfatizam o que seria um dos participantes de um MSG – o ambientalismo – no caso seu elemento organizacional, as organizações não-governamentais, estando de acordo com a elaboração do conceito. Ainda, cabe a nós salientar que o termo insere-se em uma reflexão acerca da sociedade civil global e da relação entre as instituições econômicas

multilaterais e tais movimentos. Esse último elemento revela-se como mais um fator que explica a formulação do conceito na medida em que a conexão entre estes organismos e os MSG apresenta-se mais facilmente ao escrutínio quando sucedem entre organizações formais, em especial as ongs, que desfrutam de maior acesso a estas instituições, algumas assumindo *status* consultivo, como no caso da ONU.

A definição de MSG insere-se em um estudo cujo intuito é apresentar uma nova formulação acerca das relações transnacionais: o multilateralismo complexo. Este termo guarda em si um distanciamento de uma abordagem liberal exemplificada no conceito de interdependência complexa, elaborado por Keohane & Nye (1977). A partir de um enfoque que não preza pelo comportamento estatal, mas pela interação entre as instituições e atores sociais, Scholte (In: O'Brien et al, 2000) procura atestar principalmente a modificação constatada nestas instituições em resposta às demandas dos movimentos, interpretados enquanto uma das formas de associação da sociedade civil global. O teórico visa entender os processos de governança global, enfatizando a participação daqueles que se localizavam à margem por não estarem incluídos em uma classe dirigente, resultando no alargamento da agenda política.

Os MSG, destarte, são representados pelas ongs e analisados em virtude do papel exercido em uma arena política global e nas instituições econômicas internacionais. Nosso trabalho, entretanto, possui como objeto um movimento social local que rompe as grafias do território. Neste contexto, não nos propomos a investigar as conexões entre seus participantes e suas implicações para a construção de um espaço político mundial e democrático ou como suas articulações afetam e transformam as instituições e sua relação com estes atores. O contrário seria possível se nossa ênfase recaísse sobre a sociedade civil global e/ou o projeto de governança global. Enfocamos o processo de transposição deste movimento, que perpassa as diversas esferas do globo, demonstrando, portanto, que transnacionalização e globalização são processos que não se excluem, mas que podem coexistir em um mesmo caso.

Ainda que enfoquemos o primeiro destes processos, a relação entre o local e o global está presente no desenrolar do movimento, especificamente quando de sua transposição, permeando a construção do discurso, da identidade entre os atores,

enfim, a conexão entre tais atores e o seu exercício. Por conseguinte, ao optarmos por qualificar um movimento como transnacional não estamos silenciando as demais esferas em que atuam nem corroborando com uma análise puramente territorial. Estamos, do contrário, constatando a deficiência expressa nas formulações que o identificam como global, sua falta de especificidade. Se refletirmos sobre as formulações de Diani e de Eschle e Stammers e aliá-las aos esclarecimentos de Robertson e Scholte sobre as diversas dimensões e sua coexistência, indagamos: até que ponto nossa escolha nos impede de qualificar um movimento como transnacional ou global?

2.5. Conclusão

Nas páginas anteriores, observamos que a transposição do movimento dos seringueiros pode ser elucidada sob três matrizes que se complementam, apesar das diferenças teóricas que encerram. Tomadas em conjunto, externalização, difusão (mudança de escala) e ação transnacional contribuem para a formação de um quadro teórico voltado para as relações forjadas entre os atores sociais no âmbito transnacional, mas que se remetem e estão inseridas igualmente nos planos local, nacional e internacional. Tais relações são permeadas por mecanismos e processos, bem como pela formação de uma identidade mínima entre atores de origens distintas, fato que confere à transnacionalização maior dinamicidade e complexidade.

Contudo, devemos ressaltar que estas abordagens, embora contribuam para ampliar nosso campo teórico, oferecem restrições, o que nos leva a não as empregar em sua totalidade. Neste sentido, atribuem valor substancial à territorialidade, silenciando um componente fundamental no caso sob análise: a relação entre o global e o local. Como visto, o global se faz presente durante todo o processo de transposição do movimento dos seringueiros, marcado fortemente na mensagem difundida pelo grupo e seus aliados. Pensar o global como uma das dimensões constitutivas do movimento, junto ao local e o transnacional, suscita uma série de questões que de outro modo seriam negligenciadas por uma investigação calcada essencialmente nos limites geográficos, na superação das fronteiras estatais.

Entre estas questões, apontamos a falsa dicotomia entre as esferas e o duplo papel desempenhado pelo ator social na dinâmica global, indo de encontro às interpretações recorrentes acerca da globalização que ora a equiparam à implantação de políticas neoliberais, ora à ocidentalização do mundo. Ao adotarmos as obras de Robertson e Scholte, nos inscrevemos em uma matriz de pensamento que se distingue qualitativamente das demais teorizações sobre a globalização e nos permite desvendar na transposição dos seringueiros os fatos apontados acima. Assistimos nesta dinâmica à constante interação e interpenetração entre as esferas global e local. É se contrapondo à exclusão e à falsa dicotomia entre estas dimensões que Robertson atesta a inclusão do local no global, ao passo que Scholte refere-se à interseção dos planos.

O mesmo argumento acerca da co-constituição entre as dimensões nos leva à conclusão de que o ator investigado neste trabalho assume uma dupla postura: passiva e ativa. Paralelamente à influência do global no local e, desse modo, sobre os atores que se situam neste plano a princípio, verificamos uma ação em sentido inverso: o local e seus atores atuam igualmente sobre o global. Temos, assim, que no processo de globalização um ator local (os seringueiros, no caso) não necessariamente está fadado a ocupar um papel passivo, a figura de objeto diante dos impactos que advêm do global. Na condição de ator, este assume posição ativa, podendo agir diretamente no global. Esta constatação é reforçada na medida em que assumimos a inclusão do local no global e sua interseção. Como nos sugere Eschle e Stammers, atuar no local significa também atuar no global (Eschle & Stammers, 2004, p.355).

Assistimos, por conseguinte, à persistência das grafias territoriais em paralelo a sua transposição, ao estabelecimento de relações entre atores de origens e localidades diversas, à construção de uma identidade mínima. Territorialização e desterritorialização sucedem simultaneamente, e o que poderia comprovar a dicotomia entre as dimensões revela-se, com efeito, como uma peculiaridade do processo de globalização. Ainda, a interseção entre as esferas constitui uma outra característica que aponta para a seguinte inferência: transnacionalização e globalização constituem processos que coexistem e, portanto, não se excluem

mutuamente. Aqui, surge novamente a questão tocada na seção anterior: pode um movimento designado como transnacional ser também compreendido como global?

Neste trabalho, optamos por qualificar um movimento como transnacional, atestando as limitações que a utilização do termo emprega. Ao mesmo tempo, procuramos superar estas limitações, aproximando-nos das definições de Diani e Eschle e Stammers, que nos permitiram ampliar o conceito de movimento transnacional. O reconhecimento do global e sua inserção na análise nos evidenciam ainda mais as deficiências propostas em uma definição de MS cujo pilar restringe-se aos marcos territoriais. No entanto, faz-se imperioso considerarmos que os conceitos de movimento social global também apresentam imprecisões: ou aludem apenas às ongs ou não evidenciam o significado do termo “global”.

Isto nos leva à consideração de dois fatores: a definição de Diani, uma vez desvendado o sentido de tal termo, mostrar-se-ia eficaz para o nosso estudo, cuja ênfase recai em parte na construção de identidade; o conceito de MSG formulado por O'Brien et al (2000) não nos permite avançar o bastante em nossa análise, embora a definição de globalização formulada pelo teórico seja apropriada por nós como uma de nossas referências. Descartamos a ocorrência de ações coordenadas e/ou idênticas nos diversos planos do espaço social como um dos condicionantes para a globalização de um movimento. Contudo, incorporamos nas definições de Diani e Eschle e Stammers a noção de globalização de Scholte. Torna-se possível, então, pensarmos um MS como “uma rede de interações informais que unem grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais em disputas por mudança social na base de uma identidade compartilhada” (Eschle & Stammers, 2004, p.353. Tradução minha), capazes de atuar nas diversas dimensões do espaço social simultaneamente, seja aludindo a questões consideradas como mais amplas, seja através da construção de uma identidade comum ou por meio de ações orquestradas. Ponderamos que tal fato não implica necessariamente uma tensão, já que o global e o local possuem caráter co-constitutivo, como assevera Robertson.

As inconsistências constatadas ao longo deste capítulo quanto à qualificação de um MS como transnacional ou global asseveram a relevância de um debate sobre a incompatibilidade dos processos e, em decorrência, a carência de um conceito mais

amplo e completo. Embora recorramos à definição de Eschle e Stammers, flexibilizando as nomenclaturas de Sikkink e Tarrow, nossas inferências nos fazem crer que um movimento seja passível de ser classificado como transnacional, o que não eximiria suas características globais. Do mesmo modo, a existência de um movimento global poderia estar de acordo com a manutenção de sua feição transnacional. Destarte, tais reflexões sugerem a necessidade de uma discussão mais aprofundada no meio acadêmico, nos planos teórico e empírico. No que se segue, discorreremos sobre o movimento dos seringueiros considerando suas origens até o momento de sua transposição.

3. Os seringueiros em movimento

3.1. Introdução

Em fins da década de 60, a Amazônia experimentou um processo de transformação. Este momento, marcado pela forte atuação do Estado e por investimentos do capital privado nacional e estrangeiro, registrou uma intensa devastação dos recursos naturais e a desarticulação das relações sociais previamente estabelecidas em um espaço amplamente divulgado pelas propagandas do governo como sede de um vazio demográfico. No Acre, a política de “modernização” teve início nos anos 70, sob a administração de Wanderlei Dantas, que atuava em conformidade com as diretrizes do governo federal para a região amazônica. Era preciso, de acordo com o pensamento propagado pelo regime militar, ocupar uma área potencialmente vulnerável, desenvolvê-la e integrá-la ao restante do país. Nesta época, os seringueiros despontam como um movimento, cujos atos consideravelmente individuais passam a assumir contornos coletivos, de uma luta mais unificada, o que não implica afirmá-la homogênea.

Este capítulo trata da ascensão dos seringueiros enquanto um movimento social, das situações que enfrentaram em um período que cobre aproximadamente dez anos, desde meados de 70 até os primeiros anos da década seguinte. A partir de nossa exposição, observaremos de que modo o movimento emerge, os distintos atores envolvidos, as táticas empregadas por seus membros, sua organização, as divergências internas. Ainda, suas especificidades e ações são acompanhadas mediante um contexto dos planos interno (local, regional, nacional) e externo (internacional, transnacional e global).

Iniciamos, então, esboçando um panorama geral sobre o movimento. Ao longo destas páginas, avançamos em uma análise acerca de sua transposição, fato que examinaremos de modo incisivo no próximo capítulo.

3.2. As origens do movimento

A articulação de um movimento remonta à idéia de processo, indicando o desenrolar de uma ação. Neste trabalho, escolhemos como marco para a análise do nosso objeto de estudo o ano de 1976. Embora as manifestações por parte dos seringueiros já sucedessem, é a partir deste ano que suas ações assumem uma feição mais organizada e sistemática, rompendo o isolamento inicial. Para entendermos esta alteração, é preciso que verifiquemos a dinâmica apresentada no plano doméstico, representado pelas sociedades acreana e brasileira de então. Discorrer sobre tal plano faz-se necessário, pois nos permite identificar sua margem de “abertura” ou “fechamento” de acordo com a percepção dos atores envolvidos na contenta, sejam estes integrantes do grupo, aliados ou objetos das demandas. Entre alguns pontos que merecem destaque, apontamos a política de “desenvolvimento” do regime militar para a região norte e sua aplicação no Acre; a crise da economia extrativista; a atuação da Igreja Católica no estado e dos demais aliados que foram se envolvendo na disputa. Cabe ressaltarmos que, durante este período, os acontecimentos no plano externo pouco influíram no desenrolar da disputa local, mostrando-se sobressalentes a partir de meados da década de 80.

No Brasil, os anos que compreendem o final da década de sessenta e o início da seguinte inscrevem-se em um período singularizado pela idéia de “modernização”, ensejando mudanças na estrutura da sociedade brasileira. Segundo o pensamento vigente, era preciso superar os entraves ao progresso, ao desenvolvimento do país, indo de encontro aos obstáculos que eram postos pela persistência de uma “ordem tradicional”. Este processo, calcado na urbanização e industrialização, contrapunha o moderno ao arcaico, a cidade ao campo. Neste sentido, o campo era percebido como o sinônimo de atraso. Era de fundamental importância torná-lo altamente produtivo, em função das necessidades impostas pela zona urbana, pelas indústrias. Esta

percepção, observada no pós-guerra, será acentuada nas duas décadas que se seguiram.³⁴

Em 1964 é instaurada no país a ditadura militar, estendendo-se por cerca de vinte anos. Inicialmente divulgada como uma medida temporária, até que o Brasil retomasse a “normalidade”, os militares mantiveram-se no poder, utilizando-se da repressão, censura e da criação de um aparato legal, singularizado principalmente pela aprovação de atos institucionais e pela promulgação da Lei de Segurança Nacional. Em fins dos anos 60, o regime militar põe em prática seu plano de modernização para a Amazônia, estendendo-se ao longo dos anos 70. Conhecido como “Operação Amazônica”, procurava-se através deste plano integrar a região ao resto do país, povoá-la de modo a assegurar a soberania em uma área de “vazio demográfico” e, simultaneamente, impulsionar o aumento do volume das exportações brasileiras. Entre as políticas governamentais adotadas para o desenvolvimento da região, destacamos a criação de órgãos públicos, a colonização dirigida e a concessão de incentivos fiscais. Como aqui nos interessa entender o processo de valorização da Amazônia, seus impactos e sua relação com as diretrizes seguidas no estado do Acre, concentramos nossa exposição nas duas últimas políticas apontadas acima e, por conseguinte, nas operações de três órgãos: Sudam, Basa e Inkra.

Criada em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) veio substituir o papel antes exercido pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Neste sentido, sua criação ocorreu em meio a articulação do plano de desenvolvimento para a Amazônia, redefinindo-se as diretrizes do Plano de Valorização da Amazônia, este elaborado em 1946, conforme nos apresentam Cardoso e Müller (1977). A partir da exposição e interpretação dos referidos autores acerca do Plano, algumas diretrizes sobressaem como fundamentais no que concerne à aplicação local do projeto desenvolvimentista, no caso em questão no estado do Acre. Além de estimular a ocupação da Amazônia via o deslocamento de excedentes populacionais e a implementação de uma política imigratória, o plano

³⁴ A polarização entre o moderno e o tradicional e suas implicações para a sociedade brasileira foram o objeto de estudo de diversos sociólogos, entre estes Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). No que concerne ao pensamento econômico, um histórico é traçado por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981).

procurava incentivar na região a adoção e atividades vistas como mais lucrativas, entre estas a pecuária, em substituição ao extrativismo. A atividade extrativista era percebida, portanto, como um resquício do passado, um entrave ao progresso. O plano, ainda, previa a adoção de uma política de incentivos fiscais e creditícios, a fim de estimular os investimentos do capital privado nacional e internacional.

A criação da Sudam e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrá) e a atuação da primeira instituição junto ao Banco da Amazônia S.A. (Basa) vieram formar o arcabouço jurídico-institucional para a consolidação dos pontos expostos acima. Enquanto à Sudam cabia supervisionar a execução de projetos, programas de infra-estrutura, decidir sobre a liberação de recursos por meio do Basa, o Incra – criado em 69 – atuava na ocupação da região, seja através da desapropriação de terras para a reforma agrária, da implantação/aprovação de projetos de colonização oficiais ou particulares, ou mesmo pelo estímulo à agropecuária. Desse modo, estes órgãos decidiam as políticas a serem empregadas na Amazônia, compreendendo desde a instalação de energia elétrica e de escolas à venda e distribuição de terras, o fomento à indústria e a abertura de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a BR-364.

A política de colonização do governo esteve estreitamente atrelada à questão da concentração fundiária, em especial nas regiões sul e sudeste.³⁵ Ao estimular o deslocamento dos excedentes populacionais, buscava-se dissolver as tensões sociais que se mostravam cada vez mais frequentes entre os pequenos proprietários – expulsos de suas terras para a instalação das agroindústrias, principalmente aquelas voltadas para a produção de soja, em franca expansão no estado do Paraná – e as grandes empresas. Ao mesmo tempo, objetivava-se a ocupação de um espaço percebido como suscetível à penetração estrangeira. Neste sentido, povoavam-se áreas divulgadas nas propagandas oficiais como “sedes de um vazio demográfico”, localizadas no Norte e Centro-Oeste do país. Este mecanismo ocorria através de

³⁵ No nordeste, além da concentração fundiária, a seca figurava como um outro problema na região. No que concerne à colonização do Acre, observou-se um processo distinto do assistido até a década de 40, durante a “Batalha da Borracha”, quando um grande contingente de nordestinos se deslocou para o estado, convertendo-se nos “soldados da borracha”. Nos anos 70, as terras foram ocupadas majoritariamente pelos “paulistas”.

projetos elaborados e implementados exclusivamente com o capital público, ou em parceria com empresas privadas de colonização.

Desse modo, o Estado promovia a instalação da pequena propriedade nestas regiões, atuando de forma paliativa no que diz respeito à questão fundiária. Paralelamente, transferia o clima de tensão observado no sul e sudeste, pois, ao classificar as “novas” áreas como um vazio demográfico, desconsiderava a existência de posseiros, índios, seringueiros, ribeirinhos e demais sujeitos previamente presentes nestas localidades. Ainda, a falta de subsídios estatais, associada a uma situação de mando da parte dos agentes das empresas de colonização e dos próprios integrantes do aparelho do Estado, agravava os conflitos na região.³⁶

Uma realidade distinta da experimentada pelos colonos foi destinada aos que direcionavam seus empreendimentos para o desenvolvimento de atividades consideradas rentáveis. Este fato pode ser atribuído à política de incentivos fiscais elaborada pelo governo federal. Entre as medidas que compunham a política governamental, assinalamos os programas de crédito para a consolidação de projetos de natureza distinta (rural, industrial, infra-estrutura); as isenções dos impostos de importação e exportação; e o abatimento de 50% sobre o imposto de renda até o ano de 1982, o que poderia se estender para 100% no caso de atividades empreendidas até 1974 (Cardoso & Müller, 1977, p.117, 159). Tais medidas atraíram para a Amazônia grandes empresas do Sudeste e Sul, principalmente de São Paulo, além de corporações multinacionais. Deste modo, grupos econômicos como o Bradesco, a Volkswagen, a Bordon, esta no estado do Acre, empresários, como o norte-americano Daniel Keith Ludwig³⁷, além de fazendeiros individuais, adquiriram extensas áreas, freqüentemente convertidas em fazendas de gado. Ademais, a partir de 1972, foi elaborado o plano de ocupação de terras devolutas ao longo dos eixos rodoviários, impulsionando a frente agropecuária. De acordo com Cardoso e Müller, a estratégia do Incra era a instalação de pequenas e médias propriedades de atividade

³⁶ Para uma análise sobre alguns projetos de colonização na Amazônia direcionados para os sulistas, ver Santos (1993).

³⁷ A propriedade de Ludwig, localizada na divisa dos estados do Pará e Amapá, alcançava, segundo Martins (1981), 3 .600.000 hectares. No local, o empresário deu início a atividades distintas, que configuraram o Projeto Jarí S.A., cujo principal objetivo era a produção de celulose e papel. Becker (1997) estima em 1.500.000 ha a dimensão desta empresa agropecuária.

pecuária, processo que se iniciou na Amazônia Ocidental com a abertura à concorrência pública de 500 mil ha, a princípio, em Rondônia (Ibid, p.123).

O programa governamental, destarte, apresentava-se em harmonia não apenas com a ênfase atribuída ao desenvolvimento de atividades lucrativas na região, mas com o pensamento pró-Estados Unidos, defendido amplamente por Roberto Campos. Conquanto as pressões internacionais sobre a região pudessem representar no imaginário militar uma ameaça à soberania nacional, o regime ditatorial empenhava-se na atração de investimentos estrangeiros, atrelando-os aos interesses da elite brasileira. O intuito era a recuperação da economia, expressa no “Milagre Brasileiro”. Esta perspectiva acerca da política seguida pelo regime resulta na desmistificação de uma pretensa falta de coordenação no que se refere às ações federais para a Amazônia. Se por um lado tal política possa parecer ambígua ao apresentar objetivos supostamente contrários, por outro, mostra-se de acordo com uma estratégia calcada no binômio desenvolvimento-segurança: a garantia desta última estaria vinculada ao desenvolvimento econômico, o que ocorreria mediante a aliança com o capital estrangeiro. De fato, a partir das diretrizes inscritas no Plano de Valorização, verificamos que a política adotada pelo governo insere-se em um projeto pautado pela associação entre o capital nacional e estrangeiro.³⁸

No Acre, a implementação do plano de modernização ocorria em um momento de decadência da atividade extrativista, embora neste estado o extrativismo representasse a base de sustentação da economia local. Predominante na Amazônia, o extrativismo da borracha experimentou seu apogeu até a primeira década do século XX, aproximadamente, quando foram implementados na Ásia os grandes seringais de cultivo. A partir de então, a economia extrativista entra em um período de decadência, intercalada por fases de reaquecimento, a exemplo dos anos que compreenderam a Segunda Guerra Mundial. A borracha brasileira vai, assim, perdendo paulatinamente a importância no mercado internacional, em concorrência com a elevada produção proveniente dos seringais da Malásia, onde se utilizavam técnicas mais refinadas. Este fato resultou no desaquecimento da economia

³⁸ Sobre a política adotada pelo regime militar, ver Vizentini (1998) e Pinheiro (2004).

extrativista, apesar dos esforços dos seringalistas junto ao governo federal para garantir a sobrevivência do setor.

Em um período de aproximadamente vinte anos, as principais medidas para o setor giravam em torno da manutenção do monopólio estatal de compra e venda do produto, o que se deu inicialmente através do Banco de Crédito da Borracha – criado na década de 40, com o auxílio do capital norte-americano – e mais tarde transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA). A partir da implantação da “Operação Amazônica”, a crise no setor se agravou substancialmente: o BCA foi convertido no Basa, instituição que, em 1971, suspendeu a concessão de créditos aos seringalistas endividados. Ademais, em 67 chegou ao fim o monopólio de compra e venda da borracha, face à crescente demanda industrial pelo produto. A crise do extrativismo repercutiu de um modo geral na região Amazônica, desestruturando o sistema de aviamento à medida que se agravava a situação.

O sistema de aviamento consistia no fornecimento de produtos e matéria-prima para os seringueiros em troca do volume de borracha que estes produzissem. Os produtos eram adquiridos pelos patrões – proprietários ou administradores dos seringais – nas casas aviadoras de Belém e Manaus, de onde a borracha alcançava o mercado internacional. As matérias-primas eram disponibilizadas para os trabalhadores no barracão a preços extremamente elevados, se comparados aos altos valores estabelecidos pelas casas aviadoras. No barracão funcionava a contabilidade do seringal, local onde eram registradas todas as despesas e empréstimos concedidos aos seringueiros. Estes, ainda que entregassem toda a sua produção para cobrir a dívida, não conseguiam saná-la, permanecendo em um estado de “eterno endividamento” para com o patrão.

O endividamento já se instaurava na compra de instrumentos para a extração do látex e antes mesmo da chegada do trabalhador ao seringal, em virtude dos custos de sua viagem para a área de trabalho. Esta condição era agravada por fatores como o analfabetismo entre os trabalhadores, a distância do lugar de origem (grande parte dos trabalhadores era formada por migrantes nordestinos, vindos até meados da década de 40), o isolamento dos seringais, como os do Vale do Juruá, o que favorecia o

aparecimento do trabalho escravo e de ações coercitivas violentas nos seringais.³⁹ Ademais, entendemos que tal condição, somada aos fatores expostos, também dificultava uma articulação entre os seringueiros, cenário que começou a se modificar a partir dos anos 70.

O sistema de aviamento, portanto, ditava uma cadeia de dependência que possuía em sua base a figura do seringueiro e no topo as empresas, representando o capital privado internacional, como demonstra Paula (Paula, 1991, p.88).

O início dos anos 70 foi marcado no estado do Acre pela adequação em nível local das medidas que se delineavam para o âmbito regional. Sob a administração de Wanderlei Dantas, o governo estadual impulsionou uma campanha para atrair empresários do Centro-Sul do país, incentivando o desenvolvimento da pecuária. O slogan divulgado nas propagandas oficiais enfatizava o caráter estratégico do Acre, remontando à possibilidade de exportação da produção nacional através de estradas que ligariam o estado ao Oceano Pacífico. A propaganda salientava as boas condições do solo acreano, marcando sua distinção em relação às regiões sul e nordeste. Este cenário de implementação das diretrizes federais é complementado pela grave crise do setor gomífero, a qual nos referimos anteriormente. A partir de então, teve início a abertura da frente agropecuária no estado, impulsionada, ainda, pelo baixo preço das terras e pelas perspectivas de sua valorização com a construção e asfaltamento de estradas, como a BR-317 e a BR-364.

A consequência foi a desestabilização das relações sociais previamente estabelecidas na sociedade acreana. Em um curto período a concentração de terras recrudescer de forma assustadora no estado, sendo classificada como a maior do país (Duarte, 1987). Ademais, assistiu-se à expulsão de seringueiros e demais populações residentes na floresta. Quanto aos primeiros, tiveram destino variado: enquanto uma parcela deslocou-se para os seringais da Bolívia, outros foram engrossar o cinturão de pobreza das cidades, em especial a capital Rio Branco, causando seu inchaço. Alguns “transformaram-se” em posseiros, ao passo que os demais assumiram a designação de “autônomos”. Uma pequena parcela foi incorporada às novas atividades, sendo contratada como peões nas fazendas de gado. Acrescenta-se a estes acontecimentos o

³⁹ Ver Esterci (1999).

desmatamento dos seringais para a formação de pastagens, a especulação imobiliária, a grilagem e a rápida valorização das terras.

No que concerne aos seringueiros autônomos, seu surgimento guarda relação com a decadência do setor gomífero. No decorrer da crise, diversos seringalistas arrendaram suas propriedades ou abandonaram-nas. Esta ocorrência acarretou em maior autonomia para o seringueiro comercializar sua produção, podendo optar por vendê-la ao marreteiro. O termo “autônomo”, empregado por diversos autores (Paula, Calaça, Duarte, Allegretti, Gonçalves, entre outros), refere-se ao seringueiro “liberto”, em contraposição ao “cativo”, conforme a diferenciação identitária estabelecida pelos próprios seringueiros⁴⁰. Sua concentração se deu fortemente no Vale do Acre, devido em grande parte à desestruturação da empresa seringalista, associada à crise do setor, e à abertura de estradas ainda na década de 60, que proporcionavam ao seringueiro o contato com outros compradores, como nos informa Gonçalves (1998).

A transferência dos seringais para os paulistas – designação atribuída aos novos ocupantes das terras no Acre, provenientes do Centro-Sul, principalmente de São Paulo – ocorreu de forma intensa durante a primeira metade da década de 70. Segundo Calaça, por volta de 1/3 da área do estado havia sido vendida a pecuaristas, somando 284 proprietários. Desta área, 32% concentrou-se nas mãos de 4 compradores (Calaça, 1993, p.111). Este autor nos traça um panorama sobre o processo de ocupação das terras no estado, com a inserção na sociedade acreana de novos atores (grandes empresários, pequenos e médios proprietários e trabalhadores sem-terra):

“[...] a corrida pela terra no Acre assume um caráter seletivo e excludente. Isto porque os primeiros a chegarem e rapidamente adquirirem grande parte das terras de mais fácil acesso foram empresários e especuladores que compraram grandes seringais, ao longo dos eixos rodoviários, em fase de implantação, no Estado. Em curto espaço de tempo, grande parte das terras colocadas à venda pelos seringalistas haviam sido transferidas a sulistas. Muitos compradores fizeram fortuna comprando e vendendo terras no Acre. Os grupos que chegaram a seguir, formados por pequenos produtores e trabalhadores rurais procedentes do centro-sul, só tiveram acesso à terra

⁴⁰ Allegretti (2002) nos atenta para este fato ao relatar que, em um de seus encontros com Chico Mendes, este lhe informara sobre a existência de seringueiros “libertos” – categoria até então desconhecida para a autora – em oposição aos “cativos”.

através do mercado imobiliário ou via projetos de colonização implantados pelo INCRA” (Calaça, 1993, p.112).

No entanto, a venda de propriedades para a instalação da pecuária não significou o fim dos seringais, visto que nem todos os seringalistas se desfizeram de suas terras. A partir de 73, com a primeira crise internacional do petróleo e suas conseqüências para a economia brasileira, os que permaneceram tiveram um novo alento, expresso na execução do Probor I e suas versões, II e III. As diretrizes do Programa de Incentivo à Borracha Vegetal (Probor), elaborado pelo governo federal e destinado a estimular a produção gomífera, compreendiam de um modo geral a elevação do número de colocações de seringa e a implantação de usinas de beneficiamento do látex. Não apenas os seringalistas, mas também os “paulistas” se favoreceram com os recursos do Probor, desviando-os para outras finalidades.

No decorrer deste processo de transferência das propriedades, os seringueiros – referimo-nos aos “autônomos”, pois a instalação de fazendas de gado sucedeu de forma maciça ao longo das estradas no vale dos rios Acre e Purus (BR-317, no eixo Rio Branco-Xapuri-Brasília, e BR-364, entre a capital e Sena Madureira, respectivamente) – viram-se expulsos de suas colocações das mais variadas formas. Foram intimidados, ameaçados, forçados a sair para a “limpeza” do solo, ou seja, para o desmatamento da área a fim de convertê-la em pastagem. A este respeito, Paula nos fornece algumas informações, extraídas de uma série de depoimentos que ilustram a situação experimentada pelo grupo. Neste cenário, as ações empregadas pelos novos ocupantes incluíam a “obstrução de estradas e varadouros⁴¹, proibição de cultivo, intimidações da polícia e pistoleiros que “visitavam” constantemente as famílias dos seringueiros e “posseiros”, criando um “clima de terror, de guerra psicológica” entre os seringueiros, segundo o relato reproduzido pelo autor (Paula, 1991, p.67).

⁴¹ O varadouro consiste no caminho que liga cada colocação dos seringueiros entre si ao longo do seringal até à “margem”, localizada à beira dos rios. Na margem, situam-se a casa do seringalista ou do gerente do seringal, as moradias dos demais trabalhadores do seringal, o barracão e um porto. Através do varadouro, as mercadorias são transportadas e a borracha é levada ao barracão. No “centro” da propriedade localizam-se as colocações: pequena área na floresta, onde o seringueiro constrói sua moradia. Na floresta, junto à colocação, estão as estradas de seringa, a saber, vias abertas pelo extrator e que ligam um certo número de seringueiras. Como não há um limite demarcado entre cada seringal, a interseção entre as estradas de seringa é freqüente.

Assim, se a estrutura de oportunidades se mostrava fechada para os trabalhadores rurais que chegavam às diversas áreas da Amazônia, como apontamos anteriormente com relação aos colonos⁴², o cenário não era distinto para os seringueiros, conforme nos evidenciam os fatos relatados acima. O trecho em destaque reforça esta constatação por dois motivos: em primeiro plano, nos apresenta o respaldo do estado, sob o regime ditatorial, às atitudes cometidas pelos “paulistas”. As ações estatais, por conseguinte, estavam para além das medidas institucionais previstas no Plano de Valorização, o que reforçava sua presença na região. Tratava-se, neste sentido, da organização de todo um aparato que lhes garantisse – aos compradores e ao estado – a execução das metas de modernização para a região, incluindo as ações coercitivas da polícia, a censura à imprensa, e que corroboravam a violência empregada contra os desfavorecidos no campo de luta.

Entretanto, um outro fator se sobrepõe ao anterior, sendo fundamental para a classificação da estrutura de oportunidades de então como fechada: a percepção dos próprios atores do movimento. Ao enfatizarem as “intimidações da polícia e de pistoleiros”, os atores em questão mostram-se cômicos da pequena margem de manobra que possuíam para o estabelecimento de articulações, de atuação política. São estas condições adversas percebidas enquanto tais pelos atores da contenda que caracterizarão o fechamento da estrutura, estando em conformidade com as prerrogativas de McAdam et al (2001), também reforçadas por Sikkink (2002). Não obstante o ambiente opressor, os seringueiros contarão com o apoio de alguns aliados que, paulatinamente, vão se posicionando no conflito.

3.2.1. Novos atores aderem à luta

A mudança do cenário local, conduzindo a uma maior abertura ou menor fechamento da estrutura de oportunidades para estes atores, começa a se delinear ainda nos primeiros anos da década de 70. Inicialmente, a resistência dos seringueiros ocorria de maneira mais isolada e menos organizada, situação que tendeu a se alterar

⁴² A situação dos colonos indica que a estrutura de oportunidades permanecia fechada para os trabalhadores rurais em outros locais do Brasil, vide o caso dos sulistas, que enfrentavam um processo de expropriação nas suas áreas de origem.

a partir da segunda metade daquela década. Para que tal mudança sucedesse, alguns fatores foram fundamentais, entre estes a atuação da Igreja e a chegada da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ao Acre.

“No início só tinha nós, nós e nós e a Igreja Católica que, de forma muito tímida, mas aqui e acolá ela tava”. O depoimento de Raimundo Mendes Barros não apenas caracteriza a estrutura política do momento, mas sinaliza a possibilidade de sua alteração ao identificar o primeiro aliado na disputa com o governo/novos donos das terras: a Igreja. Ainda em 1971, esta instituição atuava em parte do estado junto aos trabalhadores. Sob a responsabilidade de D. Giocondo Maria Grotti, bispo da Prelazia do Acre e Purus⁴³, os salões das igrejas serviam de abrigo para discussões pautadas pela Cartilha do Seringueiro, cujo intuito era orientar e conscientizar o trabalhador sobre seus direitos. A partir daí, tiveram início as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se expandiram rapidamente da periferia de Rio Branco para o interior do estado.

Em 1972, após a morte de D. Giocondo, é nomeado um novo bispo para a Prelazia, D. Moacir Grechi. Procedente do sul do país, onde a Teologia da Libertação ganhava proeminência entre os membros da Igreja Católica, D. Moacir dará continuidade às ações da Igreja em benefício dos seringueiros, ações estas que se acentuarão na medida em que os conflitos se tornam mais frequentes na região. Neste sentido, em 73 é lançado o “Catecismo da Terra”, com o objetivo de divulgar o Estatuto da Terra, adaptando-o à realidade do seringueiro. Esta iniciativa revelou-se de extrema importância, visto que o Estatuto, aprovado em 64, ainda no governo Goulart, traçava as regras para a reforma agrária no país. Como elaborada no documento, tal reforma direcionava-se aos pequenos camponeses expulsos de suas terras, convertidos em “posseiros”; visava a desapropriação dos grandes latifúndios para a instalação destes trabalhadores ou, como afirma Martins, dos “lavradores desalojados” (Martins, 1981, p.96). Ao redirecionar o documento para a realidade acreana, a Igreja procurava atuar na legalidade, inserindo o seringueiro em uma outra

⁴³ No Acre, além da Prelazia do Acre e Purus, sediada na capital do estado, existe a Prelazia do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul. A do Acre-Purus compreende os municípios de Rio Branco, Senador Guiomar, Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Boca do Acre, este último no estado do Amazonas.

categoria. Atribuía-lhe, portanto, a identidade de “posseiro”, que será questionada posteriormente pelo movimento.

Contudo, as medidas tomadas pela Igreja consistiram nos primeiros passos para a mobilização dos seringueiros, aliando evangelização e conscientização. Foi por meio das CEBs e das demais ações implementadas pela instituição que estes atores começaram a unir-se, a formar uma resistência, possuindo como referência, inicialmente, o Estatuto da Terra. Este processo de mobilização das bases e de organização será intensificado a partir da instalação da Delegacia Regional da Contag no estado, em 75, instituição que obteve o apoio da Igreja. Neste mesmo ano, é formada a Comissão Pastoral da Terra – a CPT – presidida por D. Moacyr. Seguindo a linha progressista da Igreja já adotada no Acre, à CPT coube assessorar os trabalhadores rurais na defesa de seus direitos. No ano seguinte a sua criação, a entidade divulgou em seu boletim um editorial, posicionando-se a favor das organizações sindicais livres do controle do estado:

“Somos pela liberdade de organização sindical, somos favoráveis a um sindicalismo que represente só o esforço de defesa dos trabalhadores. Um sindicato apadrinhado e controlado assim pelo governo, ou por dirigentes vendidos, pelegos, não é um sindicato verdadeiro. [...].

Defendemos o direito que os trabalhadores têm de se organizarem em defesa de seus interesses sem a tutela e o controle de ninguém. Tanto é assim, que não defendemos a criação de frentes cristãs de promoção sindical, como algumas vezes tem feito a Igreja Católica [...]. É preciso que tenham diretorias formadas por companheiros sinceros, para que então haja boas federações e boa confederação”. (Boletim da CPT, mar. e abr./1976. In: Paula, 1991, p.75)

Com a chegada da Contag, são fundados diversos sindicatos no estado⁴⁴, entre estes o de Brasiléia, em 75. Destacamos o sindicato deste município pela relevância que tal organização assumiu, possuindo entre seus membros Wilson Pinheiro, um dos expoentes do sindicalismo no Acre e a maior liderança do movimento até seu assassinato, em 1980. Brasiléia representou o ponto de partida para o processo de organização dos seringueiros, servindo como referencial para a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, em 77. Foi no STR de Brasiléia que a Contag, em parceria com a Igreja, atuou de forma incisiva, proporcionando as bases para a formação de uma resistência mais articulada da parte dos trabalhadores. Neste

⁴⁴ Os demais sindicatos fundados foram os de Sena Madureira, em 75; Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá, em 76; e Feijó, em 77.

sentido, a Contag oferecia treinamento, curso de sindicalismo – que contou com a participação de Chico Mendes –, atividades que eram desenvolvidas no espaço físico da Igreja. Por conseguinte, um traço característico desta parceria foi a atuação de diversos membros das CEBs no sindicalismo, como nos confirma Chico Mendes: “Eu me engajei na organização das comunidades eclesiais de base, e ao mesmo tempo fazia o trabalho sindical” (Sobrinho, 1992, p.182).

Chico esteve presente na fundação do STR de Brasiléia, assumindo a posição de secretário. Cabe salientarmos que na região, ocupada majoritariamente por seringueiros autônomos, os conflitos recrudesciam na medida em que os seringais eram transferidos para os novos proprietários, os “paulistas”. Neste cenário de tensão e de articulação, sucede a primeira grande mobilização dos seringueiros, em 1976, no seringal Carmem, mediada pela Contag, através do sindicato de Brasiléia. O episódio reuniu cerca de sessenta seringueiros e durou três dias, destacando-se como uma ação mais organizada e de caráter coletivo, em contraposição aos conflitos isolados do passado. Outrossim, a disputa no seringal Carmem consistiu no princípio de uma série de empates e de um processo de construção de identidade para e entre os atores deste movimento. Aqui, referimo-nos às categorias “posseiro” e “seringueiro”, respectivamente, em meio à disputa de visão entre os seringueiros e seus aliados.

Assim como a Igreja, a Contag procurou trabalhar no marco da legalidade, fato que implicou na construção/atribuição de uma identidade para o grupo: a de “posseiro”. Ao se estabelecer no Acre, a Contag observou uma situação particular, distinta do que ocorria em outras regiões do país, onde os conflitos pela posse da terra envolviam de um modo geral categorias bem definidas e reconhecidas juridicamente: pequenos e médios produtores expulsos de suas propriedades, arrendatários, entre outros. Diante de uma realidade “nova” e buscando estabelecer um consenso entre os atores em torno de uma proposta que fosse compatível com o Estatuto da Terra, a Contag decidiu atuar de forma a “enquadrar” o seringueiro na categoria de “posseiro”. Neste processo, a Contag orientava os seringueiros visando que estes fossem reconhecidos como posseiros pelos demais e que, sobretudo, se identificassem enquanto tais.

Duas orientações foram fundamentais. Segundo a Contag, os seringueiros deveriam permanecer em suas colocações e, se possível, promover benfeitorias nestas, como o plantio do roçado. Estas ações facilitariam a aplicação da lei no sentido de garantir a posse da terra, no caso de mais de um ano de permanência na colocação, ou o pagamento de um valor mais elevado como indenização, se o seringueiro optasse pelo estabelecimento de um acordo com o proprietário. Ademais, os seringueiros não deveriam pagar a “renda” aos seringalistas; do contrário, seriam equiparados no âmbito legal aos arrendatários, sem qualquer direito à posse da terra. A tática seguida pela Contag para solucionar os conflitos foi a negociação com os proprietários, que mereceu a corroboração inicial dos seringueiros. Como exemplo, tomamos o episódio ocorrido no seringal Carmem. Seguindo a orientação da Contag, o conflito foi solucionado com a aquisição de lotes pelos seringueiros, fato criticado anos mais tarde por Chico Mendes, como veremos a seguir.

Ainda no que tange à identificação dos atores participantes da contenda, a superposição de categorias faz-se presente nas palavras de um seringueiro, que pretendia impedir a ação de loteamento do seringal Icurian, onde vivia, por um topógrafo da Coapai (Cooperativa Agropecuária do Alto Iaco), uma empresa de colonização:

“Então eu reuni seis amigos e fumo lá parar o serviço, humildes, na calma, sinceramente, em união. Dissemos pra ele (o topógrafo): ‘queremos que o senhor pare o serviço; vai dizer ao seu chefe pra ele vim dar uma decisão pra *nóis*, que *nóis* somo pobre, sacrificados; aqui tem mil e tantas crianças sofrendo à mingua; têm muitas mãe de família, muitos pai de família e como é que o senhor vai ‘cortar’ esse seringal, sem tomar nenhuma autorização de *nóis*? Como é que os senhores compraram a terra sem tomar uma autorização com os posseiros? Então, *nóis* queremos uma atitude prá *nóis* *vivê* aqui mais tranqüilo, mais sossegado’ Aí ele (o topógrafo) foi e denunciou de mim na delegacia de polícia de Assis Brasil.” (Varadouro 13/dez de 1978. In: Gonçalves, 1998, p. 377. Grifo meu.)

A disputa foi resolvida posteriormente pelo estabelecimento de um acordo, com a intermediação do sindicato. Entretanto, o reconhecimento do próprio ator como “posseiro” encerra uma ambigüidade, posto que o mesmo apontará a insuficiência da solução proposta pelo sindicato, a saber, aquisição de lotes:

“Diante da atitude de resistência dos seringueiros dos seringais Guanabara, Icurian e São Francisco, o presidente da Coapai teve que se dobrar e tentar um acordo com os posseiros, tendo o sindicato como intermediário. Propôs a doação pela Cooperativa de um lote para cada família de posseiro. [...] Além disso, os seringueiros acharam

que 50 a 100ha, ou até mais, sem aceso às estradas de seringa (não lhes serve), como argumenta Seu Expedito: ‘os 50ha de terra não cabe uma metade de uma outra estrada de seringa, porque o terreno é muito pequeno, não dá’.

[...] ‘Nóis queremos é a seringa. Nóis queremos ficar onde nós estamos, cada qual com sua colocação. Foi a proposta que defendemos junto ao Sindicato’ (Varadouro, 13/dez de 1978. In: Gonçalves, 1998, p. 390. Grifo meu).

Outro fato revelador neste depoimento consiste na identificação do ator envolvido na contenda. Inicialmente, a leitura do primeiro trecho, apenas, sugere tratar-se de um posseiro. Tal constatação, com efeito, não se mostraria improcedente se partirmos da observação de que existiam no local seringueiros e posseiros e que, segundo Paula (1991), os primeiros conflitos pela terra sucederam entre posseiros e os ‘novos ocupantes’. Contudo, os questionamentos se dissipam ao atentarmos para o desfecho do caso. No segundo trecho, a resistência relatada e posta em prática pelo “posseiro”, junto aos seus ‘amigos’, é atribuída aos “seringueiros”. E a atitude dos “seringueiros” desencadeia o estabelecimento de um acordo entre a empresa e os “posseiros”. Observe-se, então, que mesmo o jornal “O Varadouro”, que funcionava como uma imprensa alternativa no estado do Acre, atribui a identificação de “posseiro” ao seringueiro, como evidencia a reportagem. E não apenas este jornal, mas também intelectuais, como Grzybowski, utilizam a superposição destas identidades⁴⁵. A Igreja consiste em um outro aliado que reforça esta identificação na medida em que a instituição apoiava a tática da Contag de aquisição de lotes, transformando estes atores em pequenos produtores.

Todavia, se a passagem acima expressa uma insatisfação dos seringueiros/posseiros com relação às soluções articuladas por intermédio dos sindicatos, ainda em 79 o Varadouro publica a seguinte entrevista, novamente superpondo identidades, com o respaldo do ator (seringueiro/posseiro):

“- (Vicente) Eu sou viúvo, mas tenho filhos estudando no Ginásio e preciso colher da terra alguma coisa que possa sustentar eles no estudo e por isso para mim não tem sido nem menos nem mais do que uma vida árdua e estou até arriscado a perder a vida a qualquer momento. Porque, mesmo depois que nós estamos aqui debaixo das asas das autoridades, veio um deles um pistoleiro, interpor, tomar ocasião, não respeitando mesmo o Comandante daqui...como é o nome disso aqui?
Varadouro: Quartel da PM.

⁴⁵ Ver Grzybowski (1987). Em sua tipologia, o autor “enquadra” os seringueiros na categoria de posseiros.

- Vicente: Isso mesmo, o Comandante do Quartel da PM. Falou então...Quem escutou, pode falar companheiros.
- Um Posseiro: disse que nós não sabe matar; eles é que sabem matar.
- Varadouro: Quem falou isso?
- Posseiro: Foi o Aliseu (Eliseu, um dos capangas de Líbero Luchesi).
- Varadouro: ‘Seu’ Vicente, o que o Luchesi vinha fazendo contra vocês?
- Vicente: despejar, só falando em despejar.
- José de Souza Marques (Posseiro): vem derrubando as seringas de todos os seringueiros e não dão indenização pra ninguém. Diz que lá ninguém é posseiro, que posseiro não tem direito. Nós véve (vive) lá ameaçado de jagunço e pelos donos da fazenda, mas nem é fazenda, porque não tem uma cabeça de gado, só palhadão. Na Nacional (Rádio nacional de Brasília) fala de apoio ao homem do campo e nada sai pra *nóis*. A seringa é proibido derripar, mas ninguém acha onde está esse direito. [...] Lá na mata a gente está jogado, se for despejado, deixa arroz, deixa milho, deixa feijão. Fulano chega de fora, come tudo e deixa a gente sem recurso. (José começa a chorar, a essas alturas). Quando a pessoa *véve* roubando aqui na ‘rua’ (cidade) é feio; quando *véve* trabalhando é despejado...” (Varadouro, n.17, dez/79. In: Gonçalves, 1998, p.188. Grifo meu).

Cabe ressaltarmos o papel assumido pelo Varadouro na ascensão do movimento dos seringueiros. Fundado em 77 e extinto em 81, o periódico constituiu um canal de expressão destes atores, diferenciando-se dos demais jornais em circulação no estado, que retratavam as disputas de forma a marginalizá-los. Ao noticiar os conflitos, publicar entrevistas, o Varadouro destacou-se como um veículo de disseminação de idéias, propagadas tanto pelos membros do movimento quanto por seus aliados. Este fato tornou exequível não apenas a divulgação do movimento para a sociedade acreana – com a possibilidade de alcançar outras áreas no país –, mas também a ampliação de sua base de membros e aliados, impulsionando o processo de mobilização e a abertura da estrutura de oportunidades para os seringueiros.

Simultaneamente, o jornal contribuiu para a formação/atribuição de identidade, ao estabelecer uma distinção entre os seringueiros/posseiros e seus opositores, como nos revela o enquadramento da mensagem. Para isto, basta observarmos a reportagem sobre a revolta no seringal Icurian. Recordemos que nesta matéria o jornal estabelece um paralelo entre as categorias “seringueiro” e “posseiro”, distinguindo-as de seu opositor, do alvo das denúncias, no caso a Coapai. Destarte, a atuação do Varadouro aponta para a existência de mecanismos e processos diversos,

que ocorrem paralelamente, complementando-se, a saber: difusão não-relacional, mobilização, formação de identidade.

A mediação representa um segundo mecanismo observado nos processos de mobilização e formação de identidade. Atribuímos a função de mediador principalmente à Igreja e à Contag pela atuação incisiva e fundamental que desempenharam durante a década de 70, embora outros atores tenham ocupado a mesma posição⁴⁶. Como mediadores, estas instituições estabeleceram uma ponte entre grupos distintos e antes isolados se pensarmos que a contenda se desenrolou entre os membros do movimento e seus opositores, os novos proprietários das terras que vinham de fora do estado. Ocuparam, assim, uma posição privilegiada que congregava os planos estratégico e intersubjetivo; se por um lado, inseriam-se na negociação entre as partes – e aqui enfatizamos o papel da Contag e a ação junto aos sindicatos – por outro, sua própria condição lhes permitia forjar uma identidade para os atores do movimento. Neste ponto, salientamos dois fatores: a legitimidade associada à figura do mediador e o reconhecimento/aceitação pelos atores do grupo em relação à identidade construída.

Como enfatizamos no capítulo anterior, os mediadores atuam como tradutores, gozando de um maior ou menor grau de legitimidade entre os membros do movimento e seus opositores, o que lhes confere a possibilidade de estabelecer um diálogo entre as partes, ainda que se posicionem a favor de um ou outro ator da contenda. No que concerne às referidas instituições, estas atuaram de fato como tradutoras da legislação vigente, tornando-a inteligível, mais acessível aos seringueiros. Neste processo de enquadramento da mensagem, fizeram uso de diversas táticas: desde a formulação de documentos, entre estes a Cartilha do Seringueiro e o Catecismo da Terra, à inauguração de cursos e orientação de advogados sindicais aos atores. O prestígio destes mediadores, principalmente da Contag, em relação aos seringueiros foi captado por Gonçalves (1998) em diversos trechos de reportagens do Varadouro, que estabelecem uma relação direta entre a presença da entidade e a “união dos trabalhadores”, garantindo-lhes a liberdade pela

⁴⁶ Entre os demais mediadores, citamos a CPT, referida anteriormente, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Inca, partidos políticos recém criados no estado.

aplicação da lei. E será este respaldo legal que irá assegurar a legitimidade dos mediadores perante as demais instituições e os adversários do movimento, ainda que de forma restrita, ou mínima, se comparada aos seringueiros.

Por meio do enquadramento da mensagem, adaptando a legislação para a realidade do seringueiro, os mediadores procuraram conformar os atores do grupo na identidade de posseiro com o intuito de que estes fossem reconhecidos pelas demais instituições. O reconhecimento pelos “outros”, levando à aquisição de alguns benefícios para os seringueiros (liberdade/autonomia, lotes de terra), sinalizava uma maior legitimidade dos mediadores entre o movimento. No que tange à Contag, este prestígio pode ser expresso no recrudescimento do número de afiliados aos sindicatos ao longo dos anos. O enquadramento do discurso, da ação e da identidade dentro de um marco legal permitia, destarte, maior margem de manobra aos mediadores no contexto político em questão, ao mesmo tempo em que lhes assegurava o apoio do movimento.

Neste sentido, vale destacarmos o consentimento que a formação da nova identidade encontrou entre os seringueiros, ou seja, ao reconhecimento entre os membros do movimento, o “nós”. Consideramos, aqui, dois fatores fundamentais verificados durante o processo de enquadramento: o mínimo de coerência entre os relatos dos atores, a dramatização dos fatos e sua conformação à mensagem propagada por mediadores, aliados, e pelos próprios atores; e a formulação da mensagem, indo ao encontro das expectativas do destinatário. Acreditamos que esta última observação faz-se mais pertinente no caso em questão, justamente pelo fato de a identidade de posseiro ter sido construída pelos mediadores, sendo, portanto, atribuída e em seguida aceita pelos membros do movimento. Relembremos aqui as orientações da Contag quanto à permanência na terra e o não-pagamento da renda ao patrão seringalista. Ao conduzir os seringueiros para adotarem esta postura no conflito, a Contag não apenas “conforma” e “dá sentido” à ação do ator, mas também sinaliza com a possibilidade de se alcançar a grande aspiração do mesmo: a liberdade, expressa na autonomia do seringueiro⁴⁷. Desse modo, os mediadores contaram com

⁴⁷ A alcance desta autonomia vale para tanto para os seringueiros cativos, residentes em grande parte no Vale do Juruá, quanto para os autônomos, residentes no Vale do Acre. Os últimos representavam

um cenário propício⁴⁸ para sua atuação entre os integrantes do grupo, fato que permitiu a aceitação da identidade de posseiro pelos seringueiros.

O reconhecimento do seringueiro como “posseiro” é evidenciado nas reportagens reproduzidas, em especial a última. Além dos elementos salientados acima, os conflitos crescentes somados à percepção de que se fazia necessária a presença dos sindicatos contribuíram para que o discurso entre mediadores e atores assumisse uma “harmonia”. Neste cenário de disputa, a construção da identidade de “seringueiro/posseiro”, ainda que atribuída, possibilitou uma distinção entre as partes envolvidas no conflito: os seringueiros/posseiros/nós *versus* adversários/outros. Por conseguinte, os mediadores auxiliaram na ascensão do movimento, no processo de mobilização, e na delimitação das identidades no conflito, tornando claras as diferenças entre as partes envolvidas, como aponta Paula (1991). Para ele, o sindicato favoreceu

“a identificação dos inimigos de classe. Transformou todas as formas de luta, rompendo com o seu isolamento, unificando as resistências individualizadas e transformando-as em ações coletivas e, acima de tudo, fez com que essas disputas deixassem de ser tratadas como caso de polícia e passassem a ser reconhecidas como uma questão política” (Paula, 1991, p.102).

Contudo, a identidade de posseiro será questionada de forma contumaz a partir de 1980, possuindo como estopim o assassinato de Wilson Pinheiro. Em meio a divergências internas e disputa por influência entre os mediadores, inicia-se o que consideramos como a segunda fase do movimento. Esta fase compreende a construção da “identidade seringueira”, nas palavras de Gonçalves (1998), possuindo como pilar o STR de Xapuri.

3.2.2.

Das divergências internas à construção de uma identidade própria

Ainda no ano de 1975, o governo do Acre é assumido por Geraldo Mesquita. A indicação de Mesquita para o cargo coincide com o início da crise do modelo

cerca de 40% dos ocupantes das terras, segundo estimativas do Inbra. Os dados retirados do censo do Inbra podem ser verificados em Gonçalves (1998) e Paula (2004).

⁴⁸ Gonçalves discorre sobre uma “disposição prévia” dos seringueiros no que concerne à ação dos mediadores, entre estes a Igreja e a CONTAG (Gonçalves, 1998, p.377).

desenvolvimentista, passado o primeiro choque do petróleo, em 73, e a política de distensão adotada pelo governo Geisel. A segunda metade da década de 70 é também um período de intensa mobilização por parte de setores da sociedade civil organizada que clamam pela democratização, face à forte repressão do regime militar, apesar da política oficial, singularizada pelo *slogan* de abertura “lenta, gradual e segura”. É, portanto, neste contexto de decadência do regime militar que deve ser entendida a postura adotada pelo novo governador do Acre.

Durante seu governo, Mesquita aproximar-se-á dos “acreanos”, distanciando-se da linha política seguida pela gestão anterior. O novo governo procurará valorizar a atividade extrativista, que constituía a parte majoritária da receita do estado, em detrimento da agropecuária que, além de se mostrar pouco lucrativa se comparada ao extrativismo, levou à desestruturação da sociedade acreana, gerando impactos como o aumento do cinturão de pobreza, o inchaço das cidades, o desmatamento e o aprofundamento dos conflitos pela terra. Outrossim, Mesquita buscará colocar-se como um aliado dos seringueiros, incentivando a instalação e comparecendo à inauguração de sindicatos, aos eventos populares, colocando-se “a favor dos trabalhadores”. Neste quadro de aproximação com o movimento, Mesquita não apenas atuará como um aliado e mediador no conflito, mas disputará espaço com os demais mediadores – em especial com o sindicalismo e a Igreja, os mais relevantes mediadores – buscando a obtenção de maior influência e prestígio entre os integrantes do grupo. A passagem abaixo ilustra esta disputa:

“O governador Mesquita disputava espaços políticos com a Igreja e a CONTAG no próprio movimento. Em 1977, as manifestações do dia 1º de maio (dia do trabalhador) foram realizadas no salão paroquial, e o governador compareceu ao ato. Após alguns discursos de lideranças sindicais e do advogado da CONTAG, Pedro Marques, atribuindo a organização dos trabalhadores às conquistas obtidas pelo movimento, Mesquita tomou a palavra e disse: ‘Isso tudo aí é lero-lero, o pai de vocês sou eu, pai dos trabalhadores do Acre, se vocês conseguiram alguma coisa, foi graças a mim’” (Arquilau Melo, entrevista. In: Paula, 1991, p. 108).

Mas se a disputa entre mediadores pode ser compreendida como uma maior abertura da estrutura de oportunidades para o movimento, ao angariar mais aliados para a contenda, o cenário não era completamente favorável aos seringueiros. No município de Xapuri, a paróquia seguia a linha conservadora, reprimindo as manifestações e tentativas de organização do grupo. Outrossim, em 79, Mesquita

deixa o cargo, que é assumido por Joaquim Falcão Macedo. Este tenderá a uma reaproximação com os “paulistas”, em um momento no qual os níveis de violência no campo, de um modo geral, atingem índices sem precedentes. No Acre, a situação não será distinta. Com o re-estreitamento das relações entre o Executivo e os pecuaristas, estes perceberão a estrutura de oportunidades como mais aberta, dando margem ao recrudescimento dos conflitos entre “paulistas” e seringueiros/posseiros. Este período será singularizado pelos assassinatos (ou sua tentativa) de lideranças ou atores específicos, entendidos como fundamentais para a manutenção do movimento.

Em julho de 1980, o presidente do STR de Brasília, Wilson Pinheiro, é assassinado nas dependências do sindicato. Seu assassinato desponta como um fato simbólico que desencadeou uma série de eventos, constituindo o que McAdam, Tarrow e Tilly classificam como o “elemento catalisador imediato de um episódio” (McAdam et al, 2001, p.109). Pinheiro era tido como a principal liderança do sindicalismo no estado, projetando-se nacionalmente. Estava à frente de grandes empates, como o realizado em 79 no município de Boca do Acre, e conhecido como “O mutirão contra a jagunçada”. Era, ainda, presidente da Comissão de Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre.

A primeira reação a sua morte remete-se a um ato público em Brasília, organizado por representantes sindicais e políticos locais. Dias mais tarde, o fazendeiro Nilo Sérgio, conhecido como Nilão e considerado o mandante do crime, foi encontrado morto em uma emboscada planejada por seringueiros e colonos. Logo após este acontecimento, os trabalhadores foram reprimidos pela polícia, que indiciou Luis Inácio Lula da Silva, Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes), Jacob Bittar, João Maia Filho e José Francisco, respectivamente o delegado regional e o presidente da Contag, na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de terem incitado a vingança através de seus discursos durante a manifestação.

A partir deste episódio, e dada a sua repercussão, formou-se no Acre uma Comissão de Alto Nível para investigar os conflitos de terra na região. A Comissão era composta por representantes do governo estadual e de organizações sindicais, entre estas a Contag, por pecuaristas, representantes da imprensa, da Igreja, do Inbra e pelo presidente da Federação de Agricultura do Estado do Acre (Faeac) – entidade

criada em 1975 para se contrapor aos sindicatos de trabalhadores rurais. A medida proposta pela comissão para solucionar as disputas na região resume-se na expressão “indenização por um lote de terra”. Por meio desta, entende-se que os proprietários deveriam indenizar com lotes de terra os seringueiros, que contariam com um prazo de 24 meses para se deslocarem para as novas aquisições; esgotadas todas as formas de negociação entre as partes, a indenização se daria apenas em dinheiro.

O relevante a se destacar, no que tange à medida, é o fato de esta basear-se claramente na proposta de negociação seguida pela Contag, expressa na indenização e aquisição de lotes, estabelecendo uma convergência com a reforma agrária presente no Estatuto da Terra e defendida pela entidade. Ademais, ao pautar-se por tal proposta, a medida ratificava e auxiliava na construção da identidade de posseiro para os seringueiros. Destarte, a solução acordada representou, seja pela força das circunstâncias, a legitimação da Contag entre e pelos diversos atores participantes da Comissão, assim como a consagração de uma identidade atribuída. Não obstante, a estratégia adotada pela entidade sindical já encontrava resistência entre alguns atores do movimento por não a considerarem adequada à realidade do seringueiro.

Aliada a esta constatação, que sinaliza uma divergência interna ao movimento, ressaltamos dois fatores: a desarticulação experimentada pelo grupo após a morte de seu líder mais proeminente e a percepção entre alguns atores do grupo de que se fazia necessário o fortalecimento das bases a fim de se evitar novos desajustes no caso de morte de outras lideranças. Esta percepção era defendida por Chico Mendes e se destacou como uma das metas do STR de Xapuri, contribuindo para o enfraquecimento da Contag entre uma parte do movimento. A desarticulação das bases deveu-se não apenas à perda de um ator que concentrava as atenções e o poder de mobilização, mas também às ações implementadas pelo governo federal, via Incra, no vale do Acre, e que culminaram no esvaziamento do sindicalismo na região. Entre as ações citamos a desapropriação de terras para o assentamento de trabalhadores em Brasiléia, Xapuri e Rio Branco.

Em Xapuri, passado o período de apoio aos seringueiros – com a transferência do conservador Padre Carneiro e sua substituição por Padre Havallone, em 77, mesmo ano em que é fundado o STR de Xapuri – a paróquia local sofre uma

reestruturação. Padre Havallone é transferido para a Itália. Simultaneamente, o sindicato experimenta uma crise em sua direção: Luiz Damião é afastado, acusado de suborno, má utilização de recursos do sindicato e omissão face aos desmatamentos que continuavam a ocorrer na região. O então diretor do sindicato optava por seguir a linha da Contag, buscando acordos com os proprietários, além de não respaldar os empates implementados pelos afiliados à organização. Pesava também sobre Damião a crítica de uso do cargo em benefício próprio. Em seu lugar, assume Derci Telles e, posteriormente, Chico Mendes. Neste contexto, um fato foi decisivo e significou a perda de influência da Contag: o rompimento de relações do STR de Xapuri com a entidade. É a partir deste rompimento que o processo de construção da identidade dos seringueiros enquanto uma identidade política⁴⁹ se desenrola de maneira mais incisiva.

O quadro delineado acima evidencia que as divergências internas ao movimento cruzavam com a disputa entre os mediadores, tornando o conflito mais complexo. Neste ponto, vale aludirmos à participação dos partidos políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores. O PT é fundado no estado aproximadamente no mesmo período em que Pinheiro é assassinado, em março de 1980. Sua fundação foi de grande relevância para o movimento, o que não poderia ser diferente, visto que o partido apoiava-se em uma base sindical, possuindo como reduto a região do ABC Paulista. No Acre, o PT contou com o apoio dos STRs para a sua organização, sob a orientação da Contag. Com efeito, João Maia é apontado como o grande articulador deste processo (Paula, 1991, p.156).

Entretanto, o suporte inicial da Contag será retirado a partir de 83. No ano anterior, João Maia e Chico Mendes (até então, vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro, o MDB) lançaram suas candidaturas para deputado estadual pela sigla do partido. Ambos foram derrotados nas urnas, embora Chico Mendes tenha alcançado uma vaga para suplente. O grande vencedor das eleições para o governo do estado foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),

⁴⁹ De acordo com McAdam, Tarrow e Tilly, uma identidade é considerada política quando esta constitui a base das demandas direcionadas aos governos, ou quando estes estão envolvidos de alguma forma no conflito, mesmo que indiretamente e, portanto, não figuram como o objeto das demandas (McAdam et al, 2001, p.134).

partido que viu sua base política ampliada a partir da adesão de diversos atores, inclusive de intelectuais que apoiavam o movimento e passaram a ocupar cargos indicados pelo novo governo. Sabe-se que no estado do Acre, grande parte das atividades são desempenhadas por funcionários vinculados à administração pública, seja no plano municipal, estadual ou federal. É neste contexto que a Contag regional, presidida por João Maia, decide se afastar do PT e apoiar o PMDB, mostrando-se mais próxima à postura seguida pela Contag nacional. Nesta mudança de posição, a organização é acompanhada por seis sindicatos de trabalhadores rurais.

A busca por recursos – sejam materiais, políticos – patente na atitude da Contag encontrou forte oposição em Xapuri. Conforme nos indica Paula, os líderes do STR de Xapuri consideravam a postura da Contag como “uma ‘traição’ aos trabalhadores e ao movimento sindical” (Paula, 1991, p.160). Além da percepção, exposta acima, de que o movimento se desarticulava e da desaprovação da proposta defendida pela entidade, a Contag atuou de modo vacilante no município diante da crise experimentada pelo sindicato. Somada aos demais fatores, sua fraca atuação contribuiu para a perda de prestígio entre os atores daquela localidade. O STR de Xapuri opta, assim, por romper com a Contag, abandonando a tática de aquisição de lotes e atribuindo aos empates uma outra conotação. Esta forma de resistência assumirá um papel de destaque para a mobilização e o fortalecimento das bases.

A ruptura com a Contag representou uma nova fase para o movimento, um momento de reconstrução do ator coletivo, envolvendo a reformulação de interesses e identidade. Fundamental para este processo será o reenquadramento da ação. Se a permanência na terra sempre esteve presente nos empates, a partir daquele momento esta forma de resistência não mais funcionará como um mecanismo de pressão que objetivava as negociações com os proprietários. Pelo contrário, os empates servirão como um meio para permanência na e da floresta, representada pelas colocações, que incluíam a moradia do seringueiro e a área de floresta com as estradas de seringa. Note-se o enfoque que dispensamos à floresta (colocações) em detrimento da terra (lote), visto que o primeiro substantivo atribui à reivindicação do grupo a conservação de um modo de vida que lhe é próprio, respeitando-se sua cultura, um código de símbolos e valores perdidos quando da “transformação” do seringueiro em posseiro.

Devemos salientar que as expressões em defesa da floresta serão incluídas de forma explícita no discurso dos atores apenas em meados da década de 80. Advertimos, ainda, que os depoimentos dos seringueiros até o atual momento enfatizam o empate como uma resistência pelo direito de permanecer na terra. Contudo, a terra equivale às colocações, não a “um pedaço de terra”, um lote⁵⁰. Assim, a permanência na terra defendida nos empates de Xapuri significa, no nosso entendimento, a permanência **na** e requer a permanência **da** floresta.

Recordemos aqui a primeira grande resistência dos seringueiros, no seringal Carmem. Seguindo as diretrizes da Contag, Chico Mendes orientou os participantes a aceitarem a indenização sob a forma de lotes, aparecendo, inclusive, como uma das testemunhas no acordo assinado entre um seringueiro e o proprietário do seringal, como adverte Calaça (Calaça, 1993, p.182-13). Sobre este episódio, Mendes declarou mais tarde:

“Nós não tínhamos ainda um rumo definido, a saída foi aceitar um acordo e garantir pelo menos um lote de terra. Em troca de suas colocações os seringueiros receberam alguns pedaços de terra. Não foi um bom negócio. Seringueiros transformados em agricultores da noite para o dia não deu certo. Pouco tempo depois venderam ou abandonaram os lotes e muitos deles foram cortar seringa na Bolívia.

Apesar da derrota, a partir daí foram dados os primeiros passos na definição de uma estratégia de luta mais abrangente. O movimento foi se generalizando e alcançando toda a região do Vale do Acre. Tratava-se agora de impedir o desmatamento, defender as colocações. O empate estava consagrado como forma de luta” (Sobrinho, jan/jun 1992, p.184).

O discurso deste líder e mediador revela a mudança de imagem para os integrantes do movimento: a defesa do modo de vida do seringueiro pressupunha a conservação da floresta, já que uma colocação de seringa varia entre 300 e 500ha, aproximadamente. A aquisição de lotes, estratégia defendida pela Contag como uma solução dentro da legalidade, de fato não solucionava a questão. Os seringueiros poderiam até permanecer na terra, mas não na floresta; um módulo entre 55 e 100 hectares não assegurava ao ator a manutenção das estradas de seringa ou das castanheiras, recursos básicos para sua sobrevivência enquanto seringueiro, além de não comportar outras práticas compatíveis com a cultura seringueira/cabocla, como a

⁵⁰ Raimundo de Barros relata que “o início de nossa resistência não era por um lote de terra, era pela defesa das nossas colocações. A nossa resistência se deu justamente para conquistar o direito de permanecer na terra”. Este mesmo argumento também está presente na entrevista de “Bóca”, ao afirmar que a luta visava “garantir a terra”.

caça, a pesca. Mais uma vez recorreremos às palavras de Chico Mendes, pois estas nos fornecem um panorama da situação, tornando aparente a ineficácia da proposta defendida pela Contag e apoiada pelos demais mediadores – Igreja, o governador Geraldo Mesquita, que impulsionou em sua administração projetos de colonização através de agências públicas estaduais, como a BANACRE, a COLONACRE. Segundo Mendes:

“No início da luta tentamos assegurar a posse da terra com base no Estatuto da Terra, que assegurava o direito à posse desde que o posseiro trabalhasse a terra por mais de um ano e um dia. Enquadrar o seringueiro na condição de posseiro até que foi fácil. [...] A justiça considerava posse a área de cultivo, o barraco e outras benfeitorias. As estradas de seringa nunca foram aceitas com benfeitorias ou áreas de posse efetiva. Por aí a coisa ficava difícil de ser resolvida. A gente podia garantir sua permanência na colocação, pelo menos uns cem hectares, mas não era a solução. O seringueiro tinha que ceder as estradas de seringa e com isso era um homem liquidado. A derrubada de seringueiras e castanheiras era inevitável e sem elas o trabalhador não sobreviveria. A garantia do lote não impedia o desmatamento. A Reforma Agrária do Incra, com base no Estatuto da Terra, não servia para o seringueiro. Passamos a lutar pela permanência na colocação com as estradas, com seu traçado original. Isso corresponde a 300 ou mais hectares. Mobilizamos o pessoal pra luta. Vamos empatar o desmatamento” (Sobrinho, jan/jun 1992., p.184. Grifo meu).

Era preciso, portanto, encontrar uma solução efetiva, questão que passava pela redefinição da identidade do ator, associada ao seu interesse e ao sentido da ação. O empate, redirecionado para a permanência na e da floresta e a garantia da sobrevivência do ator, tornou esta alteração exequível, ao propiciar um momento específico de interação entre os atores face aos seus opositores. Ademais, excluía-se desde aquele período a presença da Contag como mediadora na contenda. A ação coletiva, antes eficaz para a formação da identidade de posseiro, foi enquadrada para a construção da identidade de seringueiro e se constituiu como a principal estratégia adotada pelo sindicato de Xapuri.

Entende-se por empates os mutirões compostos por seringueiros e, posteriormente, por mulheres e crianças para impedir a expulsão destes atores de suas colocações. Embora os seringueiros fossem armados com foices ou armas até o local onde se pretendia efetuar a derrubada da floresta, as ações se destacavam por seu caráter pacífico, pela tática do convencimento, da persuasão, como adverte Chico Mendes em entrevista à antropóloga Mary Allegretti. Segundo o principal líder do

movimento, os seringueiros compareciam aos empates armados em virtude da situação vulnerável em que se encontravam, diante dos jagunços, presentes nos locais dos empates para assegurar a “limpeza” da área. Não obstante, os seringueiros procuravam dialogar com os peões encarregados do serviço; evocavam o fato de serem trabalhadores “pobres”, “sofredores”, características que seriam compartilhadas com os peões, também pobres e sofredores. Os seringueiros, assim, procuravam atingir o lado emocional do destinatário da mensagem. Por meio do enquadramento do seu discurso, conseguiam na maioria das vezes despertar nos peões a solidariedade. O uso das armas era, portanto, o último recurso (Allegretti, 2002, p. 331-332).

Este contorno pacífico foi incentivado pelos líderes sindicais de Xapuri, que acreditavam, dessa maneira, obter o apoio de mais aliados externos ao movimento, redesenhando e ampliando seu campo de oportunidades⁵¹. Outro aspecto relevante dos empates refere-se ao instante prévio a sua execução. De acordo com Paula (1991), à denúncia acerca da tentativa de desmatamento e expulsão seguia-se a discussão entre os membros da delegacia sindical mais próxima e os atores da localidade atingida. O intuito era precisar a situação, obter dados sobre a área, o número de moradores, etc. Tomada a decisão de “empatar” o desmatamento, o sindicato convocava os seringueiros para a ação.

Aqui, o papel da Contag é deslocado para o STR de Xapuri face à disputa de posição estabelecida entre os mediadores e que se intercalava com as divergências internas ao grupo, como já explicitamos. Tal disputa sucedeu, ainda, entre o sindicato e o setor do PT que mantinha ligações com a Igreja local. Este setor se contrapunha à liderança de Chico Mendes, declaradamente comunista, e seus aliados dentro do movimento. Outra observação derivada das informações contidas no parágrafo anterior está relacionada à interação entre os atores e a distinção das partes na contenda. Durante o processo que compreendia a preparação para o empate, sua execução e o desfecho do conflito, os atores estabeleciam ou aprofundavam as relações entre si. Aliado a este fato, o novo sentido atribuído à ação e sua prática

⁵¹ De acordo com entrevista concedida a Grzybowski, o intuito do movimento era criar “fatos políticos” (Grzybowski, 1989, p.40).

pelos mesmos contribuíam para dois aspectos: o reconhecimento dos atores como integrantes de um grupo, compartilhando valores e laços de solidariedade, o que resultou em sua união e identificação como seringueiro; conseqüentemente, sua diferenciação em relação aos posseiros e seus opositores, os “paulistas”.

Os seringueiros, ao defenderem uma causa necessária a sua sobrevivência e compatível com a sua cultura, lograram em romper com a identidade de posseiro, ainda que esta lhe tenha sido útil para delimitar os dois lados na disputa, a princípio: seringueiros/posseiros e proprietários. A construção do “nós” versus “o(s) outro(s)” ocorria em meio à oposição, considerando em sua base fatores como normas culturais e interesses: o seringueiro não é posseiro nem proprietário de terra; inscreve-se e reconhece-se em um código de valores que lhe confere interesses distintos dos demais sujeitos. A construção de identidade é, sobretudo, um processo relacional⁵². Neste processo, os empates sobressaíram como o momento no qual esta diferenciação relacional se desenvolveu, estabelecendo um marco entre os personagens da contenda. A este respeito, Paula tece uma série de considerações, indo ao encontro do nosso argumento:

“[...]Nesse momento é criado tanto um espaço de confraternização entre os participantes (nas conversas informais, nas brincadeiras, nas cantorias, etc...) como também, em certas ocasiões, para o estreitamento dos laços de união nos momentos de maior tensão, nos confrontos com a polícia e com os capatazes dos fazendeiros nos acampamentos dos peões.

Os empates estabelecem o confronto, marcando a diferença de interesses. Os seringueiros vivenciam esse fato nas suas reuniões, nas áreas de conflito e no enfrentamento da polícia que, ao defender os interesses dos fazendeiros, mostra nitidamente de que lado está o governo. Isso politiza mais esses conflitos, criando condições para que, no processo de lutas, eles reconheçam o seu lugar na sociedade, os seus aliados e os seus inimigos, contribuindo decisivamente na formação da identidade política.

A identidade do seringueiro deixa, assim, de indicar apenas uma atividade funcional (extrator de látex) e assume um significado político, indicando oposição ao fazendeiro, ou seja, no confronto de dois segmentos de classes opostas, revela-se com maior nitidez o antagonismo dos interesses em disputa e os diferentes lados ocupados pelos indivíduos em uma sociedade dividida em classes. Os ‘seringueiros’, despossuídos da propriedade legal da terra, lutam para manter suas condições de reprodução social, o que implica, fundamentalmente, na preservação da floresta e na sua permanência nela. Os ‘fazendeiros’, possuidores da propriedade da terra, têm interesses em eliminar as atividades extrativistas, substituindo-as pela pecuária de

⁵² Este caráter relacional da construção de identidade - uma designação teórica - é também ressaltado por Gonçalves (Gonçalves, 1998, p. 103).

corde, o que implica na derrubada da floresta e, conseqüentemente, na expulsão dos seringueiros” (Paula, 1991, p.165-166).

Além dos empates, outras iniciativas foram desenvolvidas com o objetivo de consolidar a identidade de seringueiro, ao mesmo tempo em que auxiliavam na captação de aliados, expandindo a margem de ação política do movimento. Entre estas iniciativas, salientamos a criação do Projeto Seringueiro e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), entidade da qual trataremos no capítulo seguinte. O Projeto Seringueiro foi criado em 1981, implantado no ano seguinte, e partiu de uma articulação entre Chico Mendes, alguns intelectuais, entre os quais Mary Allegretti, e integrantes da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, através do Projeto Interação. Estes dados nos apontam, destarte, que o processo de construção de uma nova identidade para o movimento teve início mesmo antes da ruptura do STR de Xapuri com a Contag, o que já sinalizava a tensão entre estes atores.

O Projeto Seringueiro tinha por objetivo promover a alfabetização entre os seringueiros adultos através da implantação de escolas nos seringais. Para isto, o projeto contava com a experiência de profissionais nas mais diversas áreas – Antropologia, Arquitetura, Filosofia – que atuavam como professores. Este projeto de alfabetização calcava-se na cultura do grupo, ressaltando o que os seus idealizadores consideravam como as particularidades dos atores em questão. Neste ponto, sobressaía a ênfase atribuída ao seringueiro como um trabalhador típico do extrativismo da região Amazônica. Em virtude deste fato, a figura do seringueiro não se adequava às demais categorias de trabalhadores rurais, todas reconhecidas juridicamente, como o posseiro, o colono, o arrendatário. O seringueiro vinha de uma cultura específica da Amazônia, ligada à atividade extrativista. Deste modo, o projeto advertia que as soluções para os conflitos agrários aplicados em outras partes do país não se inscreviam na realidade seringueira.

A iniciativa revela a necessidade de se estabelecer uma distinção entre os seringueiros e os demais trabalhadores rurais por meio da construção e afirmação de uma identidade própria, em oposição àquela atribuída pela Contag e a Igreja e endossada pelos demais mediadores. Procurava-se, assim, atentar para a reivindicação defendida pelo STR de Xapuri, expressa na permanência do ator na floresta, levando-

se em consideração a conservação da colocação e das estradas de seringa, imprescindíveis para a sobrevivência do seringueiro. Ademais, a proposta atuava na reestruturação das bases do movimento, já que a alfabetização dos adultos, via o método Paulo Freire, vinha atender a demanda para a formação de quadros no sindicato do município e a ampliação de sua base de militantes.

Estas preocupações e sua inclusão na educação do grupo refletem a originalidade do projeto, que se constitui ao nosso ver como o primeiro passo mais concreto rumo à construção da “identidade seringueira”, apesar da existência prévia de uma percepção entre os líderes sindicais de Xapuri sobre a ineficiência da proposta encabeçada pela Contag. Outrossim, expõem a estreita vinculação entre o projeto e o STR de Xapuri. Foi devido às pressões deste sindicato que o projeto se expandiu para além do seringal Nazaré, onde foi fundada a primeira escola. A partir de então, a escolarização dos seringueiros passou a dispor do auxílio dos integrantes do movimento que, habilitados pelo curso de formação de professores oferecido por uma equipe, se propunham a ministrar as aulas para o restante do grupo.

O desenvolvimento do projeto ficou a cargo do Centro de Documentação Popular – Cedop – entidade criada por Allegretti, e que recebeu recursos do MEC e da Oxfam, entidade inglesa, por meio de seu representante regional, Tony Gross. Ainda que timidamente, o movimento iniciava uma aliança com um ator internacional, mediada por Allegretti. Um fato a se ressaltar é a influência que a antropóloga vai adquirindo diante dos seringueiros e também de Chico Mendes, ocupando uma posição estratégica para a projeção do movimento. Enquanto mediadora, Allegretti destaca-se na trajetória dos seringueiros como peça-chave, “costurando” alianças internas e externas ao movimento, como fica claro em sua atuação na construção da identidade seringueira e na articulação com a Oxfam. Sua contribuição para o ator coletivo tornar-se-á cada vez mais incisiva, adquirindo por sua vez maior legitimidade perante o grupo. É recorrente os seringueiros reiterarem em conversas, entrevistas, “o respeito que Chico tinha por Mary”. Assim, a antropóloga desfrutava de um prestígio que foi consolidado anos mais tarde, em

especial a partir da transnacionalização do movimento e da implantação das reservas extrativistas⁵³.

Uma outra questão que deve ser mencionada concerne à superposição das identidades seringueiro/posseiro. Ainda no ano de 81, Chico Mendes concede uma entrevista à Allegretti, na qual aponta os seringueiros que ocupam as terras do Acre como posseiros. Vejamos abaixo um trecho da entrevista:

“CM: Olha, essa história do *empate*-derrubada começou a partir de 78, quer dizer, 77 já começou, 76, eu lembro que houve o primeiro *empate* na Fazenda Carmen em Brasília, onde 60 peões foram barrados pelos trabalhadores. Foi a primeira forma que o trabalhador encontrou, o primeiro teste que eles fizeram, diante de toda a pressão do latifúndio, dos fazendeiros, foi então fazer esse primeiro *empate* que eu me lembro. Foi na Fazenda Carmen, em 76 ainda eu era, pertencia à Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. Quer dizer, esse primeiro *empate* foi uma pequena vitória, já, porque atraiu a presença de todas as autoridades do INCRA, do próprio Exército, finalmente, do Governo, e já houve o primeiro acordo. Houve um primeiro acordo entre fazendeiro e posseiro. Ainda foi um acordo muito fora daquele que podia ser mesmo, porque uns receberam 30 hectares, pessoal não tinha ainda, não tinham pensado uma forma melhor de decidir as coisas, uns acharam que 30 hectares táva bom, outros com 70, então, a partir daí, quer dizer... mas de qualquer maneira já foi uma vitória dos trabalhadores.

MA: E eles...esses seringueiros, eles são todos posseiros?

CM: Sim, todos são posseiros. Realmente são posseiros.

MA: E quem está comprando as terras?

CM: São os empresários que vêm de fora. No Acre se diz 'paulista'. Mas geralmente essa palavra *paulista* foi assim uma forma que o povo usa em termo geral, mas que não é só os paulistas, são paranaenses, mato-grossenses, mineiros, goianos, todo esse povo, quer dizer, que tem capital, que chegou aqui, que encontrou espaço, as portas abertas. Realmente os governos anteriores diziam que o Acre tinha terra barata, farta... O único culpado, a meu ver, é também o próprio governo que foi lá levar a campanha, uma propaganda, que no Acre tinha terra farta, barata, mas não disse que lá dentro tinha os trabalhadores posseiros, que habitam aquela terra, que foram eles que realmente conquistaram essa terra para o Brasil [...]” (Allegretti, 2002, p. 332).

Note-se que, embora Chico Mendes tenha figurado como um dos idealizadores do Projeto Seringueiro, dado que expressa sua participação ativa na construção da identidade de seringueiro, a citação acima revela a persistência de uma “mescla” entre duas categorias. Simultaneamente, observa-se neste período uma distinção que se quer fazer valer entre estas identidades. A superposição exposta

⁵³ A admiração de muitos seringueiros por Allegretti é reforçada não só pelo discurso, mas também por meio de documentos, como fotos, guardadas por alguns deles. Em visita ao seringal Cachoeira, Nilson Teixeira Mendes fez menção a Allegretti, mostrando uma série de fotos tiradas quando da presença da antropóloga no seringal.

acima nos faz refletir sobre a pertinência de uma identidade seringueira. Voltemos ao processo de construção desta identidade. Aqui, profissão e cultura atuam paralelamente para forjar uma identidade ao sujeito em questão, como queda patente na proposta do Projeto Seringueiro. Se por um lado a atividade extrativista e todo o conjunto de símbolos associados a tal atividade (a permanência na floresta, o corte da seringa, o caminho percorrido pelas estradas, a defumação do leite) atribuem significado à figura do seringueiro, por outro a existência de valores e símbolos associados à floresta e à cultura cabocla também atuam na construção da identidade de seringueiro, reforçando-a.

Neste sentido, a crença em entidades sobrenaturais específicas da floresta, como o Mapinguarí, e a mescla de uma identidade da cultura do branco (nordestino) com a cultura indígena, incorporando os símbolos relacionados ao seringueiro enquanto um extrator, atuam igualmente para a conformação da identidade. E será esta cultura do seringueiro que sobressairá como um elemento-base para o estabelecimento da identidade do ator político. Em virtude desta particularidade, torna-se possível entender por que, apesar da ambigüidade presente na fala de Chico Mendes, a construção da identidade de seringueiro e seu reconhecimento pelos membros do movimento sucedeu de forma tão rápida e não se constituiu como uma ação puramente estratégica, incentivada pela manutenção do movimento e pela necessidade do STR de Xapuri de firmar-se entre seus membros, diante da disputa de poder interna ao ator coletivo. A cultura seringueira, enraizada no cotidiano da floresta, ainda nos esclarece por que, pese a superposição de categorias declarada na entrevista, os atores se reconhecem até os dias atuais como seringueiros, exercendo ou não a profissão, como nos indica Marchese (2005).⁵⁴

Os fatos relatados, ao contrário de colocarem em xeque a formação da identidade de seringueiro, na verdade deixam transparecer toda a complexidade e dificuldade enfrentada pelos atores do movimento ao longo deste processo. Tal processo irá adquirir contornos ainda mais complexos a partir da transposição do

⁵⁴ Marchese (2005) estabelece uma análise antropológica da identidade de seringueiro, avaliando a perspectivaêmica, calcada na subjetividade expressa na cultura do grupo, e a ética, que parte da aplicação de modelos teóricos ao objeto de estudo.

movimento para as escalas internacional, transnacional e global, como analisaremos na próxima seção.

3.3. Conclusão

Os fatores explorados ao longo deste capítulo nos permitiram traçar um histórico sobre a ascensão e o desenvolvimento do movimento dos seringueiros. Verificamos o papel decisivo exercido pelos primeiros mediadores do conflito, a saber, a Igreja e a Contag, principalmente a última instituição. Tais atores posicionaram-se a favor dos seringueiros, constituindo seus primeiros aliados. Atuaram no marco da legalidade, o que lhes conferiu um maior grau de legitimidade, necessária para que estes transitassem entre os dois “mundos” que compunham a contenda. A partir desta perspectiva, estes mediadores empenharam-se em construir uma identidade para os seringueiros, calcada no ordenamento legal representado pelo Estatuto da Terra, em especial, e o Estatuto do Trabalhador Rural. Este processo obteve o respaldo dos demais mediadores – como o governo do estado, na gestão de Geraldo Mesquita, a CPT, entre outros – que contribuíram para consolidar e reforçar uma identidade atribuída aos membros do movimento: a identidade de posseiro. Outrossim, contaram com o apoio do periódico “O Varadouro”, um canal de difusão das idéias sobre o movimento, disseminadas pelos mediadores e pelos próprios seringueiros. O periódico, portanto, figurava como um espaço de expressão não apenas dos mediadores, mas dos seringueiros, concedendo-lhes voz.

Através da atuação dos diversos aliados junto ao movimento, observamos um período marcado por processos que sucederam simultaneamente, complementando-se: mobilização das bases, difusão relacional e não-relacional, bem como a construção/atribuição de identidade. Neste cenário, constatamos, ainda, a abertura paulatina da estrutura de oportunidades políticas para o movimento. Esta observação decorre dos fatos apresentados e, particularmente, da percepção presente entre os atores. Devemos salientar, ainda, a aceitação da identidade de posseiro pelos seringueiros de um modo geral, o que se explica pela maior segurança que encontravam junto aos sindicatos. Estas organizações desfrutavam de grande

prestígio entre os seringueiros, assegurando-lhes a liberdade frente ao patrão seringalista e a permanência na terra, em um momento marcado pela chegada dos novos proprietários rurais e expulsão dos antigos ocupantes. Dessa forma, os sindicatos eram vistos como fundamentais pelos atores para defender seus direitos e enfrentar a violência impetrada pelos proprietários rurais, balizados pelo aparato estatal.

No entanto, a aquiescência inicial dos membros do movimento com relação à identidade de posseiro sofre uma alteração. Esta mudança ocorre em meio à disputa entre mediadores por influência e às divergências dentro do próprio movimento. Enquanto mediadores, como o governador Geraldo Mesquita, tentavam se legitimar perante o movimento, em detrimento da Igreja e da Contag, a percepção de que as orientações da Confederação não eram adequadas à situação particular dos seringueiros firmava-se entre algumas lideranças sindicais. Neste sentido, o STR de Xapuri será o foco das divergências entre o movimento e a Contag e estará à frente do processo de construção da “identidade seringueira”. A partir deste período, cujo marco associamos ao ano de 1981, o movimento experimenta sua segunda fase, singularizada pela formação de uma identidade própria, concomitantemente à ampliação de sua base e à busca por mais aliados. Também neste período, vai se firmando a posição de alguns atores de destaque para o movimento: Chico Mendes, como líder e mediador, e Mary Allegretti, como mediadora.

A identidade de posseiro, a princípio eficaz para estabelecer uma distinção entre as partes da contenda, passa a ser questionada e, mesmo, negada posteriormente. A identidade de seringueiro é construída em relação ao posseiro, aos proprietários rurais, opondo-se a estes. Tal processo se tornará mais complexo quando do contato do grupo com atores transnacionais, em direção à transposição do movimento para outras escalas além da local. Durante a transnacionalização do grupo, complexifica-se, ainda, o papel dos mediadores, como verificaremos no próximo capítulo.

4. Os seringueiros ganham o mundo

4.1. Introdução

A partir da segunda metade da década de 80, o movimento dos seringueiros adquiriu novos contornos. Durante este período, que abrange desde o ano de 85 até 95, aproximadamente, o ator coletivo ora em tela singularizou-se pelas articulações estabelecidas com atores transnacionais e internacionais, assim como pela mensagem universal incorporada a sua resistência. Neste capítulo, verificaremos os 10 anos que compreenderam a trajetória deste movimento quando de sua transposição para além da escala local. Aqui, classificamos este momento em duas fases: a da transnacionalização, propriamente dita; e o retorno ao “localismo”, marcado pela volta às origens sem, contudo, romper com os laços transnacionais e globais.

Observaremos como foi possível para o movimento enquadrar seus clamores de modo a não minimizar suas demandas iniciais, o que levaria a sua descaracterização. Neste sentido, a universalização da mensagem transcorreu paralelamente ao particularismo associado ao ator coletivo e expresso em sua luta, anterior ao encontro com os novos aliados. Associado a isto, verificaremos a exequibilidade da construção de uma identidade mínima entre movimento e seus aliados, simultaneamente a um processo já em curso de formação: a consolidação de uma identidade-base do ator coletivo. Outrossim, caracterizaremos o grau de abertura percebido pelo grupo nos planos interno e externo, traduzindo-se em maior ou menor grau de margem de manobra.

No que se segue, analisaremos o processo de transnacionalização do movimento, bem como a relação que este expressa entre o local e o global, através da identidade de seringueiro/ambientalista. Desse modo, remetemo-nos novamente à superposição de identidades, envolvendo no período em evidência a (in)compatibilidade entre as aspirações iniciais do grupo e o discurso ambientalista.

4.2.

Seringueiros: entre a identidade própria e a construção de uma outra identidade

Após os primeiros anos da década de 80 voltados para a reestruturação do movimento, o que incluiu a mobilização de suas bases e a construção de uma identidade própria, os seringueiros procuraram ampliar seu campo de atuação. Ao passo que começaram a estabelecer alianças com outros atores, como visto na criação e implantação do Projeto Seringueiro, os seringueiros encontravam um cenário de disputas, relativamente fechado no estado, principalmente no que concerne ao sindicalismo acreano. Com efeito, foi o fechamento da estrutura de oportunidades local que impulsionou a busca por aliados externos ao meio sindical, aos antigos mediadores, como a Contag, a Igreja, os partidos políticos, e mesmo o governo do estado, este com uma mudança de postura em relação à gestão Mesquita. Destacamos, aqui, como parte das disputas em vigor a fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Acre – Fetacre – e da Central Única dos Trabalhadores – CUT – em 83 e 84, respectivamente. A Fetacre incorporou a Contag, que perdia o caráter de delegacia regional, e obteve a adesão dos sindicatos que seguiam a linha da Confederação. Já a CUT recebeu o apoio do STR de Xapuri, opondo-se, assim, à Fetacre, e teve como presidente da instituição Chico Mendes. Neste sentido, lembramos que, excetuando-se o STR deste município, todos os demais sindicatos mantinham-se atrelados à Contag e, posteriormente, à Fetacre, fato que acarretou o isolamento das lideranças de Xapuri.

Neste contexto, o sindicato de Xapuri procurou forjar alianças com atores da sociedade civil, como instituições, universidades, intelectuais, e organizações não-governamentais. Romper o isolamento, conquistar voz na sociedade constituíam um imperativo para ampliar as bases de apoio ao movimento de resistência dos seringueiros, então concentrado em Xapuri. Estes anseios lograram êxito a partir do ano de 1985, quando é realizado em Brasília o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros. Esta data marca um novo momento na trajetória do ator coletivo.

Contudo, para entendermos este processo, faz-se necessário nos determos primeiramente no campo de oportunidades interno e, sobretudo, o externo.

No Brasil, o campo político singularizava-se pelo esgotamento do regime militar e pelas demandas dos setores da sociedade civil que reivindicavam a “anistia ampla, geral e irrestrita”. Era, ainda, o período das campanhas pelas “Diretas Já” e da volta dos exilados políticos. Muitos destes traziam consigo o debate internacional em torno do ambientalismo, fator que contribuiu para o reforço de algumas militâncias travadas, sobretudo, no eixo Sul-Sudeste, em torno da degradação ambiental. Tais ações datam ainda da década de 70, coincidindo com o surgimento de órgãos governamentais voltados para a preservação do meio ambiente. Em 73, um ano após a Conferência de Estocolmo, o Estado cria via decreto a Secretaria Especial de Meio Ambiente – Sema – seguida em 81 pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama – vinculado ao Plano Nacional de Meio Ambiente. Acrescenta-se a estas iniciativas a formulação de leis que dispunham acerca da criação de entidades no âmbito estadual, bem como regulamentavam a proteção ao meio ambiente. A criação deste aparato jurídico-institucional, contudo, não assegurou a proteção ao meio ambiente. Mais do que um aparato efetivo, o governo procurava se adaptar ao contexto internacional e, neste sentido, às exigências impostas pelos organismos internacionais, que passaram a condicionar a aprovação de empréstimos à elaboração de estudos que mediassem os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento a serem implantados.

No plano externo, por conseguinte, as questões ambientais despertavam cada vez mais a atenção de políticos, cientistas e organizações da chamada sociedade civil global – as ongs. Salienta-se aqui, a formação do Partido Verde alemão – *Die Grünen* – que representou um marco no desenvolvimento do movimento ambientalista, expressando, ademais, os diversos contornos deste ator coletivo⁵⁵. Embora as

⁵⁵ O movimento ambientalista é apontado ora como um novo movimento social, ora como um movimento social global. Sua ascensão é freqüentemente associada à onda de ativismo transacional ocorrida em fins dos anos 60, consolidando-se nos anos posteriores. O movimento sobressai por seu caráter difuso, englobando movimentos locais, ongs locais e internacionais, bem como a abordagem de questões diversas que vão desde o uso de agrotóxicos ao efeito estufa. Outrossim, envolve atores distintos: ativistas declaradamente ambientalistas, grupos e atores isolados que atuam direta ou indiretamente na proteção ambiental e partidos políticos. Neste sentido, o Partido Verde alemão ilustra até certo ponto, por meio de sua estrutura interna, a diversidade de atores e ideologias dentro do

questões ambientais sobressaíssem na década de 80 como motivo de preocupação, estas faziam parte de uma discussão que se tornou mais aguçada desde o fim dos anos 60, início dos 70, envolvendo países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como concepções distintas no que se refere à proteção do meio ambiente.

Em 1968 é realizada em Paris a Conferência da Biosfera, seguindo a orientação da UNESCO, que propunha a realização de uma assembléia mais ampla, que englobasse a utilização e conservação dos recursos naturais da biosfera. O órgão alertava, sobretudo, para a necessidade de se conscientizar os países em desenvolvimento acerca dos benefícios alcançados com a conservação do meio-ambiente, conforme nos informa McCormick (McCormick, 1992, p. 97). Tal observação evidencia já naquele momento a polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, representando os hemisférios Norte e Sul, em torno do binômio crescimento/desenvolvimento econômico – proteção do meio ambiente.

Ao fim do encontro intergovernamental, foi formulada uma lista contendo uma série de observações a serem consideradas, visando o uso racional dos recursos naturais. Entre as questões destacadas pelos especialistas, salientamos algumas: a mudança de uma percepção geral, que associava o meio-ambiente a um plano isolado, apartado do âmbito social, político, econômico e tecnológico; o reconhecimento dos impactos ambientais relacionados à implantação de grandes projetos de desenvolvimento, especialmente nos países mais pobres, onde se acreditava que o desequilíbrio ecológico poderia prejudicar o desenvolvimento sócio-econômico; o papel do crescimento populacional – apontado freqüentemente como um fator-chave na devastação ambiental –, da urbanização e industrialização como potenciais causadores das alterações no meio-ambiente; e a compreensão de questões como a poluição, o desmatamento, como problemas globais. Com relação a este último item, a Ata da Conferência ressalta que

movimento. O partido é composto por ambientalistas pacifistas, radicais, socialistas. Outro modo de se identificar o movimento consiste na divisão Norte-Sul, simplificada no conteúdo das lutas e campanhas que promovem e na assimetria de poder. Destarte, os atores dos países desenvolvidos disponibilizariam de maiores recursos e influência política e direcionariam suas lutas para questões pós-materiais, relacionadas à qualidade de vida, à autonomia do indivíduo, como sugere Inglehart em seu estudo sobre as sociedades pós-industriais. Os ativistas no Sul, ao contrário, vinculariam suas lutas à sobrevivência humana, procurando articular desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Ver entre outros autores: Doyle & McEachern (1998), Faber (2005), Gonçalves (1989), Inglehart (1990), McCormick (1992), O'Brien et al (2000), Spretnak & Capra (1986).

“muitas das mudanças produzidas pelo homem afetam a biosfera como um todo e estão agora confinadas dentro de fronteiras regionais ou nacionais (...) Esses problemas não podem ser resolvidos em nível regional, nacional ou local e portanto requerem atenção numa escala global” (In: McCormick, 1992, p.99).

Os pontos enfatizados acima nos revelam a importância deste encontro, uma vez que se observou a emergência de temas que constituíram motivo de debate nos anos seguintes. Ademais, as conclusões alcançadas pelos especialistas culminaram na desmistificação de uma crença geral, que separava o meio-ambiente da figura humana. Neste contexto, o homem passa a exercer uma função essencial para a conservação do meio em que vive e ao qual pertence. O homem, portanto, torna-se parte da natureza, antes relegada ao seu domínio. Devemos salientar que tal mudança de percepção ocorre em um momento de crítica direcionada ao pensamento iluminista, que propunha a estrita disjunção entre sujeito e objeto. Em decorrência desta alteração, os planos social, político, econômico e tecnológico, domínios próprios do homem em uma leitura iluminista, encontram-se em estreita relação com o meio-ambiente, sendo capazes de afetá-lo.

Outro ponto a ser tocado, refere-se ao novo sentido que adquirem os problemas ambientais. Podemos afirmar que pela primeira vez registram-se oficialmente as questões identificadas anteriormente como globais. Os desmatamentos, o efeito-estufa – fenômeno então desconhecido pelos cientistas – são identificados como problemas que atingem todo o planeta e que exigem uma solução também global. A citação, ao atestar a coexistência do plano global – centrado nos problemas ambientais – com o regional e o nacional, evidencia a ocorrência simultânea de dois processos inerentes à globalização: desterritorialização e territorialização. Contudo, se a nova percepção acerca do meio ambiente avança neste sentido, reconhecendo a permanência das grafias dos territórios na dinâmica global, mostra-se igualmente restrita na medida em que descarta as potencialidades de soluções no plano local de problemas globais, como verificaremos no caso das reservas extrativistas.

Estavam lançadas, assim, as bases para a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Ainda neste ano é divulgado o relatório do Clube de Roma. O relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”, se diferenciava das propostas

elaboradas em 1968. O documento apontava para as implicações geradas pelo aumento populacional e pelo processo de industrialização crescente no mundo. Entretanto, não discutia de forma mais ampla questões de ordem sócio-econômica relacionadas aos países em desenvolvimento, dentre estes a pobreza. Ao contrário, restringia-se a alertar para a necessidade da distribuição das riquezas entre nações ricas e pobres a fim de se assegurar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico-crescimento demográfico e conservação ambiental. Segundo Leopoldo Mármora, as constatações elaboradas pelos *think tanks* do Clube de Roma indicavam o crescimento populacional como um “problema fundamental dos países em desenvolvimento”, além de negligenciar a relação entre este fator e seu componente sócio-econômico (Mármora, 1992, p.27). Como consequência, o relatório Meadows provocou o recrudescimento das tensões Norte-Sul.

Os países em desenvolvimento, temendo restrições ambientais por parte dos países desenvolvidos, como a fixação de barreiras não-tarifárias às exportações em virtude da adoção de critérios ambientais, exigiram o enfoque nos problemas sócio-econômicos previamente à Conferência de Estocolmo. Neste sentido, as Nações Unidas organizaram em Founex, na Suíça, a Mesa-Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente. O encontro, que se somava aos preparativos para Estocolmo, tinha o intuito de diluir as preocupações dos países do Sul, procurando estabelecer uma harmonia entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Temas abordados em Founex, como o manejo dos recursos naturais, a educação, o problema dos assentamentos humanos, foram incluídos na agenda da conferência e, de acordo com McCormick (1992), levaram à ampliação do conceito de meio ambiente.

Ainda no que diz respeito à polarização Norte-Sul, contrapondo-se ao “Limites do Crescimento”, foi requisitado pela Fundação Bariloche a elaboração de um outro relatório, conhecido como “Os Limites da Miséria”. De acordo com o estudo, concretizado por autores de países em desenvolvimento, o crescimento demográfico resultava do subdesenvolvimento, da pobreza. A resolução do problema, destarte, estaria condicionada ao desenvolvimento econômico dos países pobres. Destarte, apesar do aparente consenso alcançado em Founex, os países pertencentes

ao Terceiro Mundo ratificavam a relevância da pobreza e do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, visto que para tais países o subdesenvolvimento era entendido como o grande causador dos desastres naturais.

Em junho de 1972, ocorre em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. O encontro, como o próprio título indica, reforçou e, sobretudo, disseminou uma nova interpretação acerca do meio ambiente, divulgada em 68 durante a Conferência da Biosfera. Outrossim, a conferência proporcionou voz aos países menos desenvolvidos, que assumiram um papel-chave, deslocando o foco dos debates do Norte para o Sul. Por meio de votações e intervenções das comitivas de alguns destes países, os problemas e soluções para o meio-ambiente foram enquadrados como questões que exigiam uma ação no âmbito global. Assim, a alternativa para a degradação ambiental não se limitava às propostas elaboradas pelos países desenvolvidos. Era preciso aliar proteção ambiental ao desenvolvimento. Este pensamento prosseguirá ao longo das décadas e se constituirá no pilar para o conceito de desenvolvimento sustentável.

A postura assumida pelos países em desenvolvimento expressava as divergências em relação aos desenvolvidos, principalmente após o prognóstico tecido pelos integrantes do Clube de Roma. Cabe salientarmos, neste contexto, o apoio que o Brasil recebeu de seus pares quando da apresentação de uma resolução durante o encontro em Estocolmo. O conteúdo do documento ressaltava a responsabilidade dos países industrializados na degradação ambiental; como consequência, a busca de uma solução para os problemas estaria a cargo exclusivamente destes países (Mármora, 1992, p.27). No caso do Brasil, advertimos que para além da tensão Norte-Sul, sua atuação mostrou-se em conformidade com a política seguida pelo regime ditatorial militar, que propunha a defesa da soberania nacional em oposição a intervenções estrangeiras, principalmente em regiões percebidas como vulneráveis, a exemplo da Amazônia. Neste sentido, o governo brasileiro posicionava-se defensivamente face aos protestos de organizações ambientalistas, como a IUCN e a WWF, que colocavam o país como alvo de críticas na agenda internacional.⁵⁶

⁵⁶ Segundo Keck (1995), a primeira vez que o desmatamento das florestas tropicais apareceu na agenda internacional foi com referência ao Brasil, em 1972, ano em que ocorreram os protestos da WWF e a IUCN direcionados ao governo Medici. Não por coincidência, no ano seguinte, Paulo

Vale atentarmos aqui para o caráter relativamente duradouro da polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O mesmo argumento defendido pela delegação brasileira em 1972 é observado no relatório preparado pelo país em 1991 para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. O relatório adverte para a crescente assimetria entre as nações e critica a ineficácia dos organismos e encontros internacionais neste sentido. No que concerne à degradação ambiental, o documento constata que

“a maioria dos problemas considerados globais, tais como a chuva ácida, o “efeito estufa” ou a destruição da camada de ozônio, são da responsabilidade quase exclusiva dos países desenvolvidos. Além de sofrerem os efeitos negativos desses problemas, sem usufruir dos benefícios do desenvolvimento, os países do Sul são convocados a compartilhar tanto a responsabilidade quanto o custo das medidas para atenuar a situação de crise” (*O desafio do desenvolvimento sustentável*, 1991, p.18).

Além das tensões Norte-Sul, Estocolmo revelou igualmente as divergências entre os países desenvolvidos, especialmente entre a Suécia e os Estados Unidos e Inglaterra. Enquanto o primeiro defendia uma relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, os últimos mostravam-se contrários a tal interpretação, expressa em 68 e reforçada durante o encontro. Em 71, Estados Unidos e Reúno Unido votaram contra a resolução apresentada na Assembléia Geral das Nações Unidas, que determinava que a proteção ambiental não deveria representar um obstáculo para o desenvolvimento econômico dos países do Sul. O Departamento de Estado norte-americano alegava que a resolução não atendia aos propósitos da conferência, restrita à discussão dos problemas ambientais globais.⁵⁷

Outra implicação extremamente relevante do encontro de 72 consistiu no aumento do número de organizações não-governamentais. A conferência contou com a participação de algumas ongs, que se reuniram em um fórum paralelo, fato que permitiu uma maior discussão entre os atores transnacionais e seu maior envolvimento com organizações intergovernamentais e mesmo com governos nacionais. O contato entre estes diversos agentes ampliou o campo de ação e também de oportunidade políticas dos atores não-governamentais, em virtude da troca de idéias e de informações nos debates internacionais, inclusive naqueles organizados no

Nogueira, um membro do quadro executivo da IUCN, foi nomeado o primeiro secretário ambiental do país.

⁵⁷ Ver McCormick (1992) e Keck & Sikkink (1998).

âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep), criado a partir de Estocolmo. Embora as tensões Norte-Sul se mostrassem fortemente presentes e tenham singularizado os anos 70, as discussões durante a conferência tornaram exequível uma aproximação entre estes dois pólos através das ongs. Contudo, a cooperação entre estes atores não anulou a disputa entre os mesmos – que gira por vezes em torno da busca por recursos, pelas assimetrias que expõem –, assim como não garantiu aos atores do Sul o comparecimento aos fóruns que se seguiram, pois muitos viram-se representados pelos atores do Norte.⁵⁸

A multiplicação das ongs a partir dos anos 70 é constada por diversos teóricos. Sikkink & Smith (2002) traçam um mapeamento acerca do crescimento deste ator. Enquanto dos anos 60 para os 70, o número de organizações ambientais sofre uma elevação de cinco pontos, de 70 para 80 o aumento é de dezesseis, e de 80 para 90 o índice sobe noventa e três pontos (5-10; 10-26; 26-123). Smith & Bandy (2005) também nos fornecem alguns dados, com base no *Yearbook of International Organizations*: de 1973 a 2000 a elevação do número de ongs na área ambiental está abaixo apenas do campo de direitos humanos. De 73 a 83, o índice sobe de 9% para 12%, alcançando na década posterior os 18%. De 1993 para 2000, os dados expressam uma queda de apenas 1%. Outra observação diz respeito ao enquadramento múltiplo da contenda (*multi-issue frame*), apontado por Smith e Bandy como uma tendência crescente entre os atores. De acordo com esta forma de enquadramento, ao contrário da disputa em torno de uma única questão, os atores estabelecem uma conexão entre questões e causas distintas *a priori*, como a luta pela justiça, pela paz ou pela proteção ambiental. Os dados disponibilizados pelos referidos autores indicam essa tríade como um tipo de enquadramento múltiplo que recebe destaque entre os demais, e cujos índices variam de 4% em 73, 83 e 93 a 11%, em 2000, para uma população de ongs que também aumentou: 7, 13, 30 e 109 ao longo dos anos, em relação às amostras de 183, 348, 711 e 959 (Smith & Bandy, 2005, p.6).

⁵⁸ A divergência entre os atores transnacionais do Norte e Sul, que incluem as ongs e os movimentos sociais, é comentada por diversos autores, entre estes O'Brien et al (2000), Smith & Bandy (2005), Doyle & McEachern (1998), Keck & Sikkink (1998), Nelson (In: Khagram et al, 2002).

Uma das formas assumidas por tal enquadramento expressa-se no sentido ambiental que adquirem determinados conflitos ocorridos em virtude de questões outras, a saber a disputa por terras, por justiça social, como verificamos no caso dos seringueiros. Este processo de “ambientalização” (*environmentalization*) é comentado por Faber (2005). Entre as causas para este fenômeno o autor salienta a assimetria entre os atores do Norte e Sul, traduzindo-se na busca dos últimos por recursos e influência política. O alcance destes objetivos ocorreria através do enquadramento ambiental de seus clamores, forjando uma aliança entre atores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, devemos atentar para a percepção cada vez mais difundida entre os atores transnacionais sobre a necessidade de se considerar a ligação entre o global e o local, como atestam Smith e Bandy. Isso significa afirmar que questões percebidas como globais não se constituem separadamente de fatores locais. Esta percepção, portanto, vai ao encontro da idéia de “glocalização” proposta por Robertson. Ademais, nos demonstra a permissividade entre os atores transnacionais quanto a questões locais e o enquadramento ambiental que lhes é dispensado, evitando uma interpretação por demais simplista e que em si desconsidera a complexidade que permeia a dinâmica global.

Outro elemento a ser considerado recai sobre a idéia de inclusão que identificamos no enquadramento múltiplo e que perpassa a construção de uma identidade mínima. Acreditamos que tal reenquadramento, assim como a construção de uma identidade entre atores de origens distintas, para ser efetivado requer o reconhecimento do mínimo em comum, seja entre as partes no caso da identidade, ou entre temáticas diversas no caso do enquadramento. A identificação do mínimo em comum funciona como um condicionante para a inclusão, fator de fundamental importância quando tratamos de atores e mensagens distintas e, por vezes, entendidas como inconciliáveis em um primeiro momento. No caso analisado, observamos a pretensa oposição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental ou entre os defensores da conservação ambiental e a presença de populações locais nas áreas a serem protegidas. Destarte, a identificação mínima permitirá o reenquadramento da mensagem e, por conseguinte, o reconhecimento entre os atores.

O quadro relatado acima revela a abertura da estrutura de oportunidades políticas nos âmbitos internacional, transnacional e global no que tange a relevância que paulatinamente assumiam as questões ambientais e suas particularidades no plano local. Neste cenário, a ampliação das oportunidades insere-se em uma dinâmica que não se traduz apenas na tensão Norte-Sul, mas envolve do mesmo modo as divergências Norte-Norte em meio a uma mudança de percepção que se fazia cada vez mais enfática em torno do meio ambiente e seu novo significado. A natureza não consistia em um ente, apartada da presença humana: o homem integrava-se como parte desta natureza, pensamento que provocava uma alteração nas bases das práticas ambientalistas. Assim, para se conservar o meio ambiente, fazia-se necessário considerar a ação humana local. Esta percepção tornou-se crucial para o estabelecimento de alianças entre grupos locais e entidades e ativistas ambientais, que passaram a apoiar as demandas destes grupos objetivando a manutenção de práticas locais que protegessem o meio ambiente. Este foi o caso do movimento dos seringueiros, mas poderíamos citar outros atores, como as quebradeiras de babaçu, que recebem o auxílio de entidades internacionais, entre estas a OXFAM.

4.2.1. Os seringueiros e o ambientalismo

O cenário delineado acima se acentuou a partir da década de 80, período em que a comunidade científica divulgou a descoberta de um buraco na camada de ozônio e sua relação direta com os grandes desmatamentos e queimadas. Simultaneamente, imagens da devastação na Amazônia brasileira tornavam-se freqüentes nos noticiários internacionais. Permeadas de um forte conteúdo simbólico, constituíam motivo de preocupação principalmente entre ativistas transnacionais e organizações não-governamentais. A proteção das florestas tropicais acentuava-se nos debates internacionais. Este tema constituirá o mínimo em comum que permitirá uma identificação e o estabelecimento de redes envolvendo o movimento dos seringueiros e as organizações ambientalistas internacionais. A Amazônia Brasileira, portanto restrita às grafias do estado nacional, representava o “pulmão do mundo” e figurava,

simultaneamente, como um exemplo de floresta tropical a ser protegida; do contrário, colocar-se-ia em risco a vida do planeta.

Entretanto, o alargamento das oportunidades por si só não levará automaticamente à adoção de uma mensagem global pelos seringueiros. Esta medida encontra fundamento não apenas na ampliação do campo de manobra no plano externo, se comparado ao isolamento enfrentado pelo movimento em Xapuri. A mudança experimentada pelos seringueiros advém, igualmente, da percepção de que para se alcançar a sustentação do grupo, além de se aproveitar as oportunidades, seria preciso criá-las, organizar sua base e reenquadrar sua mensagem, fatores que tornariam exequíveis a mobilização de seus membros, a transmissão de idéias, a adesão de novos aliados e, dessa forma, maior visibilidade e influência.

Esta percepção, atrelada à expansão ou ao fechamento do campo de oportunidades para os atores, trará, portanto, implicações no modo como este movimento se projetará para dentro e para fora de sua estrutura. Neste sentido, observamos à construção e reforço de uma identidade seringueira, calcada em uma cultura previamente estabelecida e também fomentada pelas iniciativas do movimento, figurando, ainda, como uma estratégia do STR de Xapuri. Destacam-se a criação do Projeto Seringueiro e, posteriormente, a formação do CNS. Ainda, o sindicato buscará ampliar a base de aliados, iniciativa verificada quando da fundação da CUT no Acre, e igualmente no estreitamento das relações entre o STR e o PT. Neste ano, o sindicato organiza o I Congresso de Trabalhadores Rurais de Xapuri, ao qual compareceu uma gama de atores: de seringueiros a técnicos agrícolas, professores da Universidade Federal do Acre (Ufac), a Associação das Lavadeiras de Brasiléia, CPT, grupos de teatro. Ausentes estavam a Fetacre e outros trabalhadores rurais, já que o sindicato de Xapuri era composto majoritariamente por seringueiros autônomos⁵⁹. Este encontro já sinaliza, portanto, o estabelecimento de contatos e alianças com atores os mais diversos, todos externos ao movimento, com o intuito de se firmar e conquistar um espaço mais amplo no campo político⁶⁰. Sinaliza, ademais,

⁵⁹ PAULA, 1991, p.170.

⁶⁰ Neste mesmo período é formado no Acre o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta, composto pelo PT, Cimi, comissão pró-CUT, intelectuais, entre outros atores.

que concomitantemente ao clamor pela permanência na floresta, o movimento procurava expandir-se para além desta.

Uma medida de extrema relevância, seguindo esta orientação, repousa sobre a relação entre o movimento e o Partido dos Trabalhadores. Em um momento em que o STR de Xapuri constituía-se como a única alternativa de sucesso ao projeto proposto pela Fetacre – visto que o recém-formado STR de Plácido de Castro, sob a liderança de dirigentes ligados à CPT, já sofria desarticulações por meio das medidas tomadas pelo estado⁶¹ – a aproximação com o PT veio a respaldar a atuação do sindicato, inserindo-o, ademais, em um processo mais amplo de reivindicações dos trabalhadores e em alianças que se desenhavam no plano nacional. As lideranças de Xapuri passaram a dividir-se entre a organização do sindicato e do partido⁶², estabelecendo uma linha divisória tênue entre estas organizações, no que parecia constituir-se como um processo de reforço mútuo. Desse modo, entendemos que o PT encontrava sustentação em um sindicato de caráter novo no setor agrário, que despontava no cenário local independente dos partidos tradicionais, ao passo que o sindicato alargava sua base de aliados, transpunha-se para o plano nacional e posicionava-se nas disputas com os seus opositores e o poder público balizado pelo partido.

Contudo, a transposição da esfera local ainda não permitia ao movimento a visibilidade desejada, principalmente no que tange à esfera nacional. Outrossim, os “empates” tornavam-se ineficazes diante do crescente desmatamento na região, fato que colocava em risco a principal demanda do movimento – a permanência dos seringueiros na floresta, assegurando a sua sobrevivência – e a estratégia de luta desenvolvida pelo sindicato. Em decorrência, assistimos à tática enfatizada pelas lideranças e reiterada na entrevista de Chico Mendes a Grzybowski acerca do caráter pacífico da ação coletiva e a urgência de se criar “fatos políticos”. O grande reforço à luta dos seringueiros inicia-se a partir de 85 quando, paralelamente à formação da

⁶¹ A CPT distanciou-se da Fetacre, opondo-se as suas práticas. Lembremos aqui que a CPT sempre descartou qualquer atitude “peleguista” da parte dos sindicatos. Portanto, compreende-se que sua posição tenha se alterado com relação à Fetacre assim que esta entidade aliou-se ao governo estadual, seguindo a linha da Contag nacional. A área de atuação do STR Plácido de Castro incorporava o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) Pedro Peixoto, dirigido pelo estado. As PADs inseriam-se no projeto de reforma agrária impulsionado pelo estado do Acre.

⁶² PAULA, 1991, p.178.

identidade seringueira, o movimento incorpora um discurso ambientalista, medida que poderia ser interpretada como uma ação meramente estratégica, rechaçando-se o desenvolvimento de uma identidade. De fato, os questionamentos se fazem presentes ao atentarmos para o seguinte trecho: “Chico não era ambientalista não, mas começou a fazer o discurso ambientalista a partir do encontro com os mediadores (ACTD: Allegretti, Gross). Em 87/88, o discurso já estava casado”. (Entrevista com Assiz)

Também,

“Buscando apoio internacional para os seringueiros, a antropóloga Mary Allegretti e Tony Gross da Oxfam reuniram-se com Schwartzman e outros ambientalistas de Washington em maio de 1985, e os benefícios em potencial da aliança tornaram-se aparentes.

Allegretti e Gross retornaram ao Brasil e tentaram convencer Chico Mendes e os seringueiros a enquadrarem suas demandas por justiça no marco do apelo de salvar a floresta tropical” (Keck, 1995a, p.415. Tradução minha).

As citações acima nos informam claramente o caráter racional que permeou a adoção de um discurso universal, calcado na proteção das florestas tropicais, tema da agenda internacional e que constituía a bandeira defendida pelos atores reconhecidamente ambientalistas, a saber, ativistas, intelectuais, cientistas. Contudo, insistimos que a racionalidade presente no enquadramento da ação e do discurso não excluiu potencialmente o caráter subjetivo do processo, mas ocorreu em concomitância. Aqui, partimos da premissa de que a ação dos atores que participam das redes e coalizões é orientada pelo binômio racionalidade – intersubjetividade, conforme o marco teórico aplicado neste trabalho. Estamos, então, assumindo que os seringueiros, a partir do contato com ativistas transnacionais, foram capazes de criar uma identidade mínima, superposta a de seringueiro. Assumimos, ainda, que foi a formação desta identidade, uma vez estabelecido o contato, que permitiu ao movimento se transpor efetivamente para os planos transnacional, internacional e global. Como consequência, este processo possibilitou ao ator coletivo adquirir ressonância na esfera nacional, além do fortalecimento da ação coletiva local, que adquiria no particular um contorno universal.

No referido ano, ocorre em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros. O encontro surge de uma sugestão da mediadora Mary Allegretti. A antropóloga que, assim como Tony Gross, estivera no Acre em função de sua dissertação de mestrado, referente aos seringueiros, procurou estabelecer contatos e articular alianças com

ativistas ambientais – muitos destes membros de ongs, como é o caso de Steve Schwartzman, integrante da *Environment Defense Fund* (EDF) – políticos e intelectuais, de dentro e fora do país, em uma tentativa de atrair a atenção para o movimento, projetando-o. Mas a transposição do movimento para além de sua localidade não sucedeu diante da passividade dos seringueiros, pelo contrário. Chico Mendes procurou o auxílio da Fundação Pró-Memória que, segundo Gonçalves, articulou o apoio “decisivo” da Contag (Gonçalves, 1998, p.452-453). Com efeito, a Contag é apontada por Mendes como uma das organizações que prestaram suporte para a realização do encontro:

“O momento marcante na história do movimento é a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros. Muitas pessoas, organizações e entidades participaram. É importante destacar as pessoas do Projeto Seringueiro, que trabalhavam com os seringueiros de Xapuri. Participaram na base de apoio: a Universidade Federal de Brasília – o reitor de Brasília deu uma importante colaboração –, o Pró-Memória, o INESC, a OXFAM, da Inglaterra e outras entidades. A própria Confederação Nacional dos Trabalhadores – a CONTAG, não apoiou politicamente o movimento mas contribuiu com o alojamento dos seringueiros, em Brasília. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre, também participou. A Prelazia do Acre, indiretamente, também deu a sua contribuição. [...]” (Chico Mendes, In: Grzybowski, 1989, p.53).

O depoimento acima salienta a diversificação de articulações estabelecidas pelo movimento com entidades e organizações de discursos nem sempre voltados para a questão fundiária, no que se tornou uma das peculiaridades do ator coletivo a partir de Xapuri, sempre em uma tentativa de expandir o leque de opções. Assim, além dos aliados já captados, o movimento buscava outras parcerias, “costurando” o apoio de entidades que defendiam temáticas de cunho mais geral, como os direitos humanos, a proteção ambiental, no desenvolvimento de uma mensagem que culminará na inauguração de uma perspectiva sócio-ambiental. Ainda, a contribuição direta ou indireta dos antigos aliados, com os quais o STR de Xapuri havia rompido, sinaliza por um lado o prestígio e a relevância não apenas dos mediadores, mas do próprio movimento, que lograva formar alianças com atores distintos nos níveis local, nacional, internacional e transnacional, para a realização do evento; por outro, o reconhecimento deste movimento, por meio de seu principal líder, do papel político que a Contag ainda desempenhava no país.

Podemos afirmar que o maior êxito obtido pelo movimento em Brasília foi o estabelecimento de alianças com atores transnacionais. Embora o local escolhido para

o encontro expressasse o objetivo do grupo e seus aliados em atingir o plano nacional, atraindo a atenção dos deputados e senadores para as demandas dos seringueiros, os incentivos para a luta do grupo foram endossados com o auxílio de ativistas e ongs, formando redes transnacionais em torno da proteção do meio ambiente. Enquanto no âmbito interno a reunião fez transparecer a negligência do poder público direcionada aos seringueiros e, por vezes, o desconhecimento de políticos e intelectuais acerca da realidade vivida pelo ator coletivo, no âmbito externo tal realidade despontava como um meio para se atingir o objetivo dos ambientalistas: a proteção do meio ambiente, através da contenção dos desmatamentos nas florestas tropicais, comparadas erroneamente à época ao “pulmão do mundo”, expressão de forte carga simbólica.

Acrescente-se a este cenário a surpresa dos seringueiros diante não só da indiferença da opinião pública nacional de um modo geral, mas da descoberta de que a borracha perdera já há muito seu valor para a economia do país, valor que lhe fora atribuído durante o período áureo de extração do látex – primeiras décadas do século XX – e reavivado ao longo da 2ª Guerra Mundial. O encontro expôs aos seringueiros um confronto de “visões de mundo”, ao chocar uma idéia enraizada no interior desta categoria, e conformada localmente, com um planejamento econômico no qual estes atores não encontravam lugar. A alternativa, destarte, recaía sobre o auxílio alcançado entre os atores transacionais. Não é impunemente que Chico Mendes afirma em 89 que

“o apoio mais importante que nós temos hoje é o apoio da comunidade internacional dos ambientalistas internacionais, da imprensa internacional. [...] Infelizmente, só após a pressão internacional, o reconhecimento internacional, é que nós começamos a ganhar o apoio da sociedade nacional” (Grzybowski, 1989, p.48).

A percepção de que para se garantir influência, voz e uma relativa perenidade do movimento seria imprescindível aproximar-se dos ambientalistas tornava-se cada vez mais aparente entre os membros do grupo logo após o encontro. Em 86, durante um encontro em Brasília, Almeida (2004) relata o questionamento proveniente de “um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros”, Osmarino Amâncio:

“Dirigindo-se aos “assessores” – como eram chamados os antropólogos, advogados e historiadores presentes na reunião – ele disse: “Eu gosto de perguntar o significado de palavras que não conheço. Ouvi falar em ecologia. O que é ecologia?”. Ele sabia muito bem

onde queria chegar. E continuou depois da resposta: “Se não querem nossa borracha, podemos oferecer nossa ecologia. Isso nós sempre fizemos” (Almeida, 2004, p.44).

O trecho destacado nos fornece alguns instrumentos para se refletir sobre tal aproximação. Em um primeiro plano, o fato de o questionamento ter partido de “um dos mais radicais sindicalistas-seringueiros” nos revela que, acima das raízes sindicalistas rurais, o movimento e suas lideranças não mediam esforços para conquistar espaço, ainda que isto acarretasse em um distanciamento “radical” da organização no que concerne ao caminho percorrido por outros sindicatos, que preferiam estreitar laços com outras organizações sindicais. Em um segundo plano, a resposta de Osmarino parece oferecer as bases para a formação de uma identidade ambiental, uma vez que naturaliza as práticas ambientais/ecológicas. Esta mesma conotação a respeito do ambientalismo é observada nos depoimentos de outros personagens, como Raimundo de Barros e a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Para o primeiro, “o objetivo era defender o convívio dentro da floresta com tudo quanto existe lá dentro, sem destruição. [...] A gente não sabia que isso era defesa do meio ambiente. Era algo muito natural (para nós)” (Raimundo de Barros, em entrevista). De acordo com Marina Silva,

“Às vezes me perguntam sobre o movimento “ecológico” na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra “ecologia”. Para nós, tratava-se simplesmente da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para a instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de pessoas no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso. Somente depois – e aos poucos – nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra “ecologia” entrou no nosso dicionário” (Silva, “O sonho sustentável”, nov/2000)

As palavras destes atores indicam igualmente a naturalização das práticas ambientais. Contudo, como em todo depoimento, esconde o interesse do ator em legitimar aquilo que está sendo dito para o destinatário da mensagem. O que devemos analisar aqui é até que ponto estes relatos rompem com a retórica e sinalizam de fato a incorporação do discurso ambientalista ao cotidiano dos seringueiros, às demandas e práticas do grupo, para além dos benefícios obtidos por meio da articulação e formação de redes com os atores transnacionais. E estes benefícios foram fundamentais para o ator coletivo à época, pois permitiram voz, visibilidade e

influência, elementos de difícil alcance no plano interno, além da manutenção do movimento, cujas demandas e mensagem foram, então, reenquadradas. Em uma trajetória imprevisível para qualquer ator coletivo caracterizado inicialmente pela sua localidade/territorialidade, os seringueiros somente alcançaram o prestígio no plano interno em decorrência do êxito que lhe fora conferido e conquistado no âmbito externo. Neste sentido, constituíram não apenas o objeto de redes de ativistas ambientais, como também desempenharam o papel de sujeitos, atuando nas esferas internacional, transnacional e global junto aos ativistas e com o suporte destes. Esta peculiaridade do movimento vai ao encontro do argumento de Robertson, na medida em que a dinâmica global não ocorre em uma direção única.

O encontro entre estes dois mundos, previamente isolados, envolveu diversos personagens que, na condição de mediadores, formaram o que denominamos uma “cadeia de mediadores”. Citando apenas alguns nomes, integraram esta cadeia de mediadores Chico Mendes, Mary Allegretti, Tony Gross e Steve Shwartzman, construindo uma ponte entre o local – os seringueiros, circunscritos na Amazônia brasileira, e principalmente no Acre – o internacional e o global, passando pelo transnacional, representado pelos próprios atores (ativistas, intelectuais...) e pelas entidades a estes associadas (ongs, universidades...) ⁶³. No caso de Allegretti e Mendes, este em especial, os mediadores assumiam funções múltiplas. Allegretti estabelecia contatos nacionais e transnacionais, em um processo de articulações marcado pela implantação do Projeto Seringueiro. Já Chico Mendes, atuava diretamente nas comunidades, inteirando-se dos problemas e prestando auxílio aos moradores – um cenário que lembrava por um lado as relações paternalistas do seringal ⁶⁴, por outro a assistência prestada pelas CEBs, em reuniões nas quais eram postas em evidência as dificuldades pessoais enfrentadas pelos seringueiros – paralelamente às viagens dentro e fora do território brasileiro, onde expunha a luta do

⁶³ O depoimento de Raimundo de Barros é ilustrativo no que concerne à existência de uma cadeia de mediadores: “E ele (Tony Gross) foi uma pessoa que junto à Ox, que na época ele era representante da OXFAM, ajudou a aprovar alguns projetos, principalmente o projeto de educação nosso. O Steve (Shwartzman) era a ponte: Mary (Allegretti) do Brasil e ele lá nos EUA. [...] quando Chico foi ao Banco Mundial falar que os recursos que tavam vindo de lá não tavam servindo para melhorar as condições de vida dos extrativistas, mas sim tavam servindo pra enriquecer mais aqueles que já eram ricos e destruir a floresta [...], quem fez a articulação lá nos EUA foi o Steve”.

⁶⁴ A este respeito, ver o depoimento de um ex-assessor do sindicato de Xapuri. In: PAULA, 1991, p.167-168.

movimento. Chico Mendes, destarte, agia não apenas como mediador e tradutor, decodificando a mensagem dos seringueiros para instituições internacionais e ativistas e destes para os seringueiros; atuava, ainda, como líder sindical, carismático, e diplomata:

“O Chico chegava (das viagens internacionais, ACTD) trazia algum recurso para fazer os encontros, era o companheiro que fazia esse lado diplomático do movimento [...].E aí o Chico Mendes fazia isso com uma capacidade sabe que , você tinha que dar a mão à palmatória, ele não se vendia sabe, ele agilizava, explicava pra nós isso [...]” (Osmarino Amâncio, em entrevista à Empate, nov/2004)

Não se tratava apenas de proteger o meio ambiente. A articulação estabelecida por estes atores era fomentada pelo interesse em fortalecer o grupo. Destarte, simultaneamente a um trabalho de mobilização das bases, era preciso “redirecionar o movimento”, inserir em sua resistência o caráter ambiental, no que classificamos como um processo de influência e reforço mútuo entre a questão agrária e a ecológica. Se a proteção da floresta tropical poderia atrair mais recursos para o movimento e daria novo fôlego aos empates, o apoio a esta luta e às bandeiras que vinham sendo levantadas ao longo dos anos e as que surgiam – como o asfaltamento da BR364 – poderiam dar legitimidade aos questionamentos e à ação dos ativistas ambientais (concentrados majoritariamente no Norte) em relação aos países do Sul.

Neste processo, Chico Mendes discursou na reunião do Banco Mundial, no Congresso norte-americano, foi a Londres receber o prêmio Global 500, das Nações Unidas, entre tantas outras exposições. Ainda, outros atores do movimento destacaram-se. Em 85, após a realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, Jaime Araújo compareceu a uma audiência pública organizada em São Paulo pela Comissão Brundtland⁶⁵. A reunião inseria-se como parte dos preparativos para a elaboração do Relatório Brundtland, sob o título “Nosso Futuro Comum”. Como representante do movimento, Araújo salientou a relevância dos seringueiros e de suas práticas para a conservação da floresta. Sua exposição foi incluída no relatório, publicado em 87, e que cunhou o termo “desenvolvimento sustentável”⁶⁶. Verificamos, por meio desta passagem, mais um indicativo da incidência do local no

⁶⁵ Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, criada em 1984.

⁶⁶ Por desenvolvimento sustentável entende-se a capacidade de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem duas próprias necessidades”, o que requer o uso racional dos recursos naturais (*Nosso Futuro Comum*, 1987, p.24).

global: o movimento atuando diretamente na solução de problemas globais, apresentando uma alternativa de conservação global e que será materializada quando da implantação das reservas extrativistas, na década seguinte.

Uma campanha internacional que atraiu ostensivamente a atenção para o movimento refere-se à implementação da BR 364, que ligava Cuiabá a Porto Velho e estendia-se até Rio Branco. Os primeiros recursos destinados à construção da estrada formam obtidos através do financiamento do Banco Mundial, mediante a aprovação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste). O restante, necessário para a extensão da estrada até o Acre, seria financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. A estrada era tida como o símbolo da modernização para o Acre, dando impulso à economia do estado. Por conseguinte, era desejada pelos pecuaristas e especuladores de terras. Para a população local, o símbolo da civilização implicaria na vinda de outros “paulistas”, no recrudescimento das queimadas e desmatamentos, que atingiam níveis alarmantes, dificultando o seu controle. Para os ditos ambientalistas – os ativistas –, a estrada contribuía para a depreciação do meio ambiente, colocando em risco a vida “de todos no planeta”.

Em 22 de setembro de 1987, Chico Mendes compareceu à primeira audiência com os diretores do BID. A instituição, assim como o Banco Mundial, mostrava-se mais permeável às demandas das redes transnacionais, especialmente em relação às questões ambientais, uma característica que despertou a atenção dos teóricos⁶⁷. Chico Mendes alertou aos diretores do BID para os impactos negativos que os projetos de desenvolvimento, aprovados pela instituição, estavam causando aos seringueiros. O caso da BR 364 também fora divulgado por Mendes no Senado Americano, diante da Comissão de Operação e Verbas. A preocupação era que a devastação da floresta e o massacre de índios ocorrido em Rondônia, em virtude do asfaltamento da estrada, também sucedessem no Acre. Neste ponto, acreditamos que atuação do movimento, por meio de Chico Mendes, tenha sido crucial para o êxito da campanha, iniciada em 83, por meio da ação de intelectuais e ativistas americanos e europeus. Não se tratava das denúncias de mais um ator do Norte, mas do relato da população local, que experimentava as implicações do projeto, fato que atribuiu maior respaldo e

⁶⁷ Entre os estudos sobre o tema, ver O’Brien et al (2000).

legitimidade aos questionamentos proferidos anteriormente pelos ativistas. O resultado foi a suspensão dos empréstimos ao governo brasileiro pelo não cumprimento das cláusulas do contrato, episódio que repercutiu negativamente para o movimento no âmbito nacional.

O êxito da campanha, além de projetar o movimento e seu principal líder para além de sua localidade, balizado pela proteção da floresta tropical, causou o fomento das tensões no plano interno, com as constantes ameaças de morte, culminando com o assassinato de Chico Mendes. Classificamos este acontecimento como o segundo “elemento catalisador de um episódio”: a partir da morte de um mediador reconhecido externamente e de sua repercussão, o movimento assistiu a um intenso apoio proveniente de diversas organizações, principalmente das internacionais. Este apoio traduziu-se em especial na obtenção de recursos para a aprovação de projetos de cunho ambiental, o que poderia apontar para o caráter estritamente racional da adoção de um discurso ambiental pelo movimento. Neste momento, a mediação entre os seringueiros e as organizações será executada quase que de modo exclusivo pelo CNS.

O CNS surgiu da iniciativa de um seringueiro do Amapá, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Talvez o fato de não estar atrelada em seus primeiros anos ao STR de Xapuri explique o papel marginal que teve esta instituição até 1988, aproximadamente. Neste ano, o Caderno de Atas da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex) e os documentos encontrados no Conselho já apontam para uma articulação com ongs e instituições internacionais mediada pelo CNS, entre estas a Christian Aid e a Fundação Ford. Ademais, o CNS vai assumindo relevância não apenas no papel de mediador, na construção de uma identidade ambiental, ao contribuir para a incorporação de valores ecológicos ao movimento; a entidade auxiliará também na formação e fortalecimento da identidade de seringueiro, diferenciando-o dos demais trabalhadores rurais:

“O Conselho Nacional dos Seringueiros não pretendia e nem pretende ser um sindicato paralelo, mas uma entidade de seringueiros, porque os seringueiros nunca foram reconhecidos como classe. Os sindicatos surgiram com uma importância muito grande, num momento muito importante. Mas os sindicatos dos trabalhadores rurais congregam seringueiros e ao mesmo tempo os agricultores, os peões, os trabalhadores da fazenda, os diaristas, qualquer que seja o trabalhador rural. As outras classes todas têm o seu reconhecimento como classe, o seringueiro não. Parece uma coisa que foi do passado e não existe mais. Então, uma das

razões do Conselho Nacional de Seringueiros é fazer reconhecer o seringueiro como uma classe que já deu a sua contribuição, que luta e que tem uma luta importante, luta por um objetivo muito importante que é a defesa da Amazônia. Essa idéia pegou bem”. (Chico Mendes, In: Grzybowski, 1989, p.26)

O relato de Chico Mendes nos indica a dupla função atribuída ao Conselho: de um lado, o fortalecimento da identidade política do ator, somando-se à estratégia posta em marcha com a implantação do Projeto Seringueiro, ainda que a identidade dos seringueiros remeta a uma cultura prévia, envolvendo a cultura cabocla e as práticas extrativistas próprias do ator. Assim, a atuação do CNS vem somar-se ao Projeto Seringueiro, inserindo-se em um panorama mais complexo, singularizado por símbolos e valores culturais que foram reafirmados no cotidiano dos atores e contextualizados politicamente, expressando a coexistência da racionalidade e intersubjetividade. De outro lado, a entidade atua de modo a captar recursos para a execução de projetos, como as Reservas Extrativistas, cujo apelo ambiental é explorado por Mendes ao remeter-se à “defesa da Amazônia”. Neste sentido, a construção de uma identidade, seja de seringueiro, seja de ambientalista, é posta em xeque na medida em que o entrevistado afirma que a idéia “pegou bem”. No caso da identidade de seringueiro, reiteramos anteriormente a presença da intersubjetividade aliada à ação estratégica, desmistificando uma crença na incompatibilidade entre o plano cultural e o racional.

No que concerne à construção da identidade ambiental, a crítica pode provir de uma intencionalidade em se manter o grande volume de recursos recebidos após a morte do líder seringueiro até meados da década de 90, quando a ajuda externa tornou-se menos intensa. Com efeito, a Caex, via o CNS, recebeu entre 1989 e 1994 por volta de 2 milhões de dólares a “fundo perdido” para a execução de projetos, entre estes o Projeto Castanha (Paula, 2005, p.325). No entanto, este pensamento carece de um maior poder explanatório, ao atentarmos para o seguinte fato: passados mais de vinte anos desde o contato com os ambientalistas, o movimento, centrado em Xapuri, ainda reclama uma identidade ambiental não obstante a brusca queda de subsídio financeiro da parte de ongs e entidades nacionais e internacionais.

Supondo que o discurso ambiental propagado pelo movimento através dos mediadores visasse apenas a obtenção de recursos, poderíamos esperar o abandono da

conotação ambiental da mensagem do grupo, seguido imediatamente de uma ação predatória. Mas este acontecimento não foi observado entre os seringueiros de uma maneira geral. Segundo Almeida,

“os seringueiros tentaram sair da marginalidade para a visibilidade. [...] ao fazer isso, vários líderes seringueiros apropriaram-se do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos” (Almeida, 2004, p.34).

Embora pudéssemos questionar o argumento acima, exposto por um dos assessores do movimento e que, envolvido diretamente no processo, também figura como um outro ator em busca de tornar legítimo o seu discurso, concordamos com o referido autor. Nossa percepção parte do princípio que identifica na cultura dos seringueiros e em suas práticas valores ambientais, que tornaram permissível a incorporação de uma mensagem ambiental já minimamente estabelecida entre o grupo. A “descoberta” do ambientalismo consistiu em um processo de readaptação destes atores que, em contato com ativistas transnacionais, tornaram-se cômicos do sentido de suas ações, de um ecologismo que lhes era inerente em seu modo de vida. O corte da seringa, a coleta da castanha, a pesca, a caça inscrevem-se em uma série de crenças e costumes, cuja finalidade última é a proteção do meio ambiente. Daí a existência de entes sobrenaturais como o Mappingüarí, o Curupira, a “panema”, apontada por Almeida. Ademais, estas atividades, por conciliarem o desenvolvimento econômico com a permanência de populações locais, sobressaíram como conservacionistas e eram reconhecidas como tais pelas ongs, entre estas a *World Wild Fund of Nature* (WWF), uma das primeiras instituições a aplicar o termo “desenvolvimento sustentável”.⁶⁸

⁶⁸ A informação acerca da introdução do termo desenvolvimento sustentável pela WWF é apontada por Rootes (Rootes, 2005, p.30). O termo “conservacionista” adotado no texto acima remete-se às práticas ambientais que visam a conservação do meio ambiente, reconhecendo a presença humana nas áreas. Difere-se, portanto, de medidas que prezam pela criação de grandes santuários ecológicos intocáveis, entendidas por nós como preservacionistas. No que concerne ao reconhecimento da atividade extrativista, a WWF, em um memorando enviando ao CNS, em setembro 1992, destaca que a instituição “acredita que a comercialização de produtos florestais não-madeiráveis, como a castanha-do-pará, é um dos métodos mais promissores para promover a conservação de florestas tropicais, de

Esta mudança de percepção entre os integrantes do grupo, contudo, não sucedeu de forma pacífica. Neste “movimento”, os seringueiros encontraram obstáculos de ambas as partes que constituíam seus aliados. Enquanto os ambientalistas ignoravam a questão central que permeou desde o princípio a luta do movimento, os sindicalistas rechaçavam o teor ambiental do discurso adotado pelo ator coletivo, evidenciando uma tensão que seria solucionada pelo fortalecimento do Conselho. Recorremos novamente às palavras de Osmarino Amâncio, que desvelam os embates ocorridos ao longo deste processo de conscientização e incorporação do discurso ambientalista:

“[...] nós nunca nos colocamos como ambientalistas, até porque pra nós ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra. [...] A gente não tinha noção disso. Porque nós achamos que uma das questões que tava muito ligado a isso era a questão fundiária, e os ambientalistas eles não tinham essa preocupação com a questão fundiária. Porque para eles o cara podia ter propriedade privada ali desde que ele não mexesse nela, tudo bem! [...] A questão fundiária tinha que ser resolvida e, pra ela ser resolvida, tinha que acontecer a reforma agrária. Só que a nossa proposta de reforma agrária pra Amazônia não podia ser igual a do Rio Grande do Sul, lá do Centro-Oeste ou do Sul do país. Ela tinha que ser uma coisa de acordo com a nossa realidade, que a gente aqui não botava roçado, nós trabalhava com a seringa e com a castanha, então tinha que ter uma colocação pra cada um de forma que ele garantisse a sua sobrevivência sem precisar trabalhar no sol. E com os ambientalistas nós tivemos muitas divergências por conta de que eles tinham raiva de sindicalista [...] As pessoas pegaram a nossa tese, que nós levamos explicando a questão social, ligando essa questão fundiária à questão econômica, o que a gente propunha pra Amazônia, e a CUT pega e diz: “Não, essa é coisa de verde”. Com a criação do CNS foi o que salvou a situação. Fizemos essa junção da questão fundiária com a econômica, a social e a ecológica. Passamos a explicar lá fora que as conseqüências do desequilíbrio social e econômico, do desequilíbrio ecológico e ambiental eram conseqüência do desequilíbrio econômico e social e que se a gente tivesse bem, trabalhando na nossa castanha, ninguém ia precisar desmatar para sobreviver, porque a castanha e a seringa davam” (Osmarino Amâncio, em entrevista para “Empate”).

O CNS, por conseguinte, constitui o pólo de união entre tendências antes isoladas e irreconciliáveis, inaugurando um novo modo de percepção sobre a proteção do meio ambiente, traduzido no “socioambientalismo”⁶⁹. Como uma entidade necessária para a efetivação da proposta dos seringueiros, estava entre o sindicato, contrário à incorporação do ambientalismo no discurso do grupo, e as organizações ambientais, que rechaçavam o sindicalismo, ainda que o discurso sindical constitua uma herança forte entre os dirigentes da entidade.⁷⁰ O CNS rompeu, assim, sua

modo compatível com o bem-estar econômico e social dos povos da floresta. Consideramos de alta prioridade o apoio a projetos que se dedicam a desenvolver e testar métodos de manejo racional de tais recursos florestais” (WWF. *Memorandum. Ref.: Protocolo Nutritional*. Brasília, 23 set. 1992).

⁶⁹ A expressão “socioambientalismo” é aplicada por Reis e Viola (1989).

⁷⁰ O depoimento de “Bóca” é ilustrativo neste sentido.

marginalidade, assumindo uma posição estratégica e crucial para o movimento, estabelecendo a medição entre os seringueiros – baseados nos sindicatos –, ongs nacionais, como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)⁷¹, e internacionais. A proposta mais relevante defendida pelo Conselho foi a de implantação das reservas extrativistas (Resex), uma idéia exposta já em 85, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. As Resex foram criadas em 1990, mediante decreto presidencial nº 98.897, que estabelece condicionantes ambientais para a permanência dos seringueiros, aludidos no documento sob o rótulo de “populações extrativistas”, na floresta. Segundo o conteúdo do documento, as reservas “são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis (art 1º) e qualquer dano o meio ambiente pode implicar na rescisão do contrato de uso”, conforme disposto no 2º parágrafo do art.4º.

Estes condicionantes poderiam sobressair como um elemento que justificaria a perenidade de um discurso e práticas ambientais pelos seringueiros até os dias atuais. Com efeito, é muito provável que estes dispositivos contribuam para a execução de políticas voltadas para a proteção do meio ambiente dentro das reservas, contrapondo-se à reincidência de práticas predatórias fora desta circunscrição. No entanto, consideremos algumas questões para a ocorrência destes fatos. A inclusão de dispositivos ambientais presentes no decreto que cria as reservas extrativistas deve ser entendida como o resultado de um processo que mobilizou seringueiros, ambientalistas e demais atores que compunham uma rede de ativistas transnacionais em torno da proteção do meio ambiente, no caso, das florestas tropicais. Destarte, tais dispositivos – que em uma interpretação meramente racional funcionariam como fatores coercitivos, que conformariam a ação dos seringueiros – inserem-se de uma forma ou de outra no contorno ambiental que assumiam as demandas do movimento sem descaracterizar a reivindicação inicial que permeava a ação coletiva em Xapuri, a saber, a permanência do seringueiro na floresta, em suas colocações.

Outro elemento que destacamos alude ao estabelecimento de medidas para a manutenção de ações que conservem o meio ambiente. Seria contraditório pensarmos

⁷¹ O IEA fora dirigido por Mary Allegratti. No mesmo memorando, enviado pela WWF, a instituição menciona o contato estabelecido pelo IEA, cujo intuito consistia na aprovação de um projeto para a comercialização da castanha e seus derivados.

em conservação ambiental, que pressupõe a aliança entre desenvolvimento econômico-social e proteção ambiental, atingindo um equilíbrio entre o homem e a natureza, sem que ocorram incentivos para que as populações residentes na área a ser protegida sobrevivam. Os moradores das Resex recebem, ainda que minimamente, se compararmos aos anos 80 e 90, recursos financeiros do governo estadual e federal, este via a Programa de Proteção das Florestas Tropicais, o PPG7⁷², situação distinta da experimentada pelos que não residem nas Resex. Por conseguinte, mesmo as práticas extrativistas e inerentemente ambientais carecem de um subsídio mínimo, como no caso em questão, o que desmistifica a dissociação entre o ambientalismo e desenvolvimento econômico-social.

Por fim, o fato de nem todos os seringueiros agirem atualmente seguindo à risca as práticas extrativistas e ambientais não minimiza a hipótese de que o movimento incorporou uma identidade mínima, compartilhada com os ativistas ambientais. Do contrário, esta constatação faz transparecer uma observação discutida no primeiro capítulo deste trabalho: os movimentos sociais não equivalem a atores homogêneos, mas a uma rede complexa e diversificada. Envolvem, assim, disputas internas e assimetrias entre seus membros, incluindo as diferenças com relação à perspectiva adotada pelo grupo.

As considerações acima nos afastam de uma interpretação dos fatos baseada no que estes nos revelam *a priori* e possibilitam a comprovação acerca da formação de uma identidade mínima, possuindo como ponto comum a proteção da Amazônia Brasileira/floresta tropical/meio ambiente. É neste sentido que se torna exequível compreendermos na fala de Chico Mendes a apropriação do discurso ambiental, não como retórica, mas como um elemento constitutivo do movimento, quando este ator afirma que “[...] há uma necessidade muito grande de se evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto está ameaçando a vida de todos os povos do planeta” (Grzybowski, 1989, p.24). Ao atestarmos a construção de uma identidade de ambientalista, assistimos efetivamente à transposição do movimento para as escalas internacional, transnacional e global.

⁷² O PPG7 consiste no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Mantido com recursos provenientes do G7 e gerenciados pelo Banco Mundial, o programa visa à conservação das florestas, sob termo “desenvolvimento sustentável”.

A despeito do desempenho de uma ação transnacional, exemplificada pelas campanhas internacionais através das redes de ativistas, e do papel fundamental exercido pelos mediadores neste processo, somente a construção de uma identidade compartilhada entre seringueiros e ambientalistas nos permite romper as restrições impostas por uma análise singularizada pelo caráter territorial. Tal análise, justamente pela ênfase atribuída às fronteiras nacionais, impossibilita por vezes a transnacionalização de um movimento social local na medida em que condiciona este processo à presença de membros do ator coletivo em outros estados, atuando em ações coordenadas, conforme o debate teórico estabelecido anteriormente. Aqui, consideramos que a transposição do movimento para outras dimensões possa ocorrer independentemente deste requisito, ainda que o próprio termo “transnacional” indique esta conotação territorial. Por conseguinte, não negligenciamos o caráter transfronteiriço que permeia a ação coletiva, que no caso em questão verifica-se quando da atuação em campanhas internacionais, como a relativa ao afastamento da BR 364. Apenas nos distanciamos do enfoque que lhe é atribuído, deslocando o foco do debate para a construção de uma identidade comum entre atores distintos e o traço multidimensional que constitui o movimento.

Outrossim, concluímos que a transposição do movimento não exclui seu contorno global, o que comprova a compatibilidade entre dois processos: transnacionalização e globalização. Cabe aqui analisarmos de forma mais incisiva a relação entre o global e o local, atentando para o caráter co-constitutivo entre as esferas. Desse modo, discorreremos sobre a volta ao localismo, processo que marcou a trajetória do movimento a partir dos anos 90.

4.3. De volta ao localismo?

A partir de 1992, período em que foi realizado o III Encontro Nacional dos Seringueiros, o movimento optou por adotar uma postura distinta da observada nos anos anteriores, singularizada por sua externalização. Neste encontro, decidiu-se, entre outros pontos, que os seringueiros priorizariam a mobilização das bases, em uma medida que aponta para a volta às origens do movimento, ao localismo.

Entretanto, uma vez forjados contatos com atores vinculados a outras esferas, com os quais compartilhavam uma identidade mínima, este “retorno ao local” não significou o isolamento do grupo, mas a coexistência de distintos processos que configuram a difícil relação entre o global e o local.

Durante o I Encontro Nacional, os seringueiros expressaram pela primeira vez como uma de suas demandas a demarcação das reservas extrativistas. A proposta inspirava-se no conceito de reservas indígenas e surgiu da necessidade dos seringueiros em apresentar uma alternativa ao projeto de desenvolvimento aplicado à região amazônica, como nos informa Chico Mendes:

“Descobrimos que para se garantir o futuro da Amazônia era necessário criar a figura da reserva extrativista como forma de preservar a Amazônia, mas como forma econômica, como proposta econômica ao mesmo tempo. [...] Nós entendemos, os seringueiros entendem, que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. [...] A gente pensou inicialmente em criar esta alternativa de preservação da floresta, mas uma alternativa ao mesmo tempo econômica” (Grzybowski, 1989, p.24)

O trecho acima ilustra a dupla vertente que pautou a formulação desta proposta: face à ineficácia dos empates em conter as queimadas e o recrudescimento dos conflitos e da violência na região, que colocavam em xeque a sustentação do movimento, fazia-se imperioso elaborar um plano concreto e viável, que assegurasse as reivindicações originais e um retorno econômico, contrapondo-se aos projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Ademais, a conotação ambiental da proposta aponta para os esforços do movimento em expandir suas alianças, buscando maior apoio e legitimação para sua luta. Neste sentido, as Resex constituíam uma alternativa ideal, congregando em uma mesma proposta o particular e o universal. Promoviam uma ligação entre as antigas demandas do movimento, representadas pela permanência na “terra” por meio da manutenção de suas colocações somadas às estradas de seringa, e o ambientalismo. Por um lado, as reservas garantiam aos seringueiros uma reforma agrária própria e inovadora para a região Amazônica, distinguindo-se do projeto perseguido pela Contag e reconhecido pelo governo. Por outro, a demarcação de áreas na Amazônia, destinadas às práticas conservacionistas dos seringueiros, sugeria a proteção da floresta tropical e representava uma solução local para um problema global.

Desse modo, os seringueiros logravam em superar sua identificação como atores locais, na medida em que a proposta, elaborada pelo movimento com o auxílio de seus aliados, deslocava-os da marginalidade para o centro. Os seringueiros atuavam igualmente na esfera nacional e global: propunham uma alternativa para o plano de reforma agrária, que tendia a homogeneizar as distintas realidades no agro brasileiro, e para a proteção da floresta tropical ao enfatizarem dentro dos limites geográficos da reserva o desenvolvimento de práticas sustentáveis, peculiares à “população extrativista”.

A “ambientalização” de sua bandeira de luta, cristalizada nas Resex, evidencia a relação de influência mútua entre o global e o local e de interseção entre as esferas, atestadas por Robertson e Scholte. Todavia, apresenta uma aparente contradição ao pensamento divulgado na Conferência da Biosfera e reforçado em Estocolmo, segundo o qual os problemas globais requerem soluções globais. As Resex vieram reverter este quadro, pois se apresentavam como uma proposta local para a solução do desmatamento das florestas tropicais, no caso, a Amazônia. Por conseguinte, expressavam a territorialização de questões ambientais simultaneamente a um processo de desterritorialização, justamente por atribuir ao movimento contornos ambientais, remetendo-se a uma problemática global. A demarcação de áreas específicas na floresta, onde seriam reproduzidas práticas auto-sustentáveis sob regime condominial, impedindo a venda das colocações pelos seringueiros, tornava exequível a conservação local da floresta tropical. Ademais, desmistificava uma crença ainda presente entre os ambientalistas de que a preservação do meio ambiente deveria se dar pela criação de santuários intocáveis, apesar dos avanços alcançados sobre o tema em Estocolmo. As Resex, assim, ratificam a constatação de que a “ecologia territorial [...] ainda permanece como um fator altamente significativo no início do século XXI” em meio ao processo de globalização (Scholte, 2002, p.25. Tradução minha).

A partir da “ambientalização” do movimento⁷³, expressa na proposta e reforçada das resoluções do II Encontro Nacional de Seringueiros, verificou-se uma

⁷³ O processo de “ambientalização”, conforme apontado por Smith e Faber, torna-se patente nas palavras de Anderson. Para o referido autor, “[...]movidos pela necessidade e pela intuição, os trabalhadores extrativistas protagonizaram um encontro filosófico: animaram a fusão dos ideais de

aceleração na trajetória do movimento, que se transnacionaliza, obtendo o apoio de diversas instituições internacionais, ativistas e organizações não-governamentais. Curiosamente, este apoio intensificou-se de maneira significativa após o assassinato de Chico Mendes, principal mediador e líder, que transitava entre as diversas dimensões, dando visibilidade ao grupo. Esta observação reforça nosso argumento de que sua morte representou o “elemento catalisador imediato de um episódio”, comparável ao assassinato de Wilson Pinheiro, porém assumindo uma repercussão muito mais ampla, intensa. Divulgada pela imprensa internacional, este acontecimento mobilizou os atores da sociedade civil global, implicando uma pressão direcionada ao governo brasileiro não apenas no que tange à punição dos assassinos, mas às demandas do movimento.

Esta pressão, envolvendo autoridades, políticos, a imprensa e ativistas na esfera internacional, perdurou ao longo do ano de 1989⁷⁴, levando o governo brasileiro a reconhecer as disputas locais entre seringueiros e pecuaristas, considerando a alternativa apresentada pelos primeiros. Destarte, a proposta das Resex – implementada parcialmente pelo Incra através da Portaria 627 como parte do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Sarney, em 1987, sob a designação de Projetos de Assentamentos Extrativistas (Paes) – obteve seu reconhecimento em janeiro de 1990, com a publicação do Decreto nº 98.987. Em 89, a proposta já ecoava nas dimensões nacional, internacional, transnacional e global, como verificamos na passagem a seguir:

justiça social e direitos humanos dos países do Sul com o ecologismo e o conservacionismo dos países do Norte, canibalizando o discurso ambientalista afluente e irrompendo na campanha pela preservação das florestas tropicais com um movimento social de bases sindicais” (Anderson et al, 1994, p.12). Daí identificarmos no movimento a inauguração de uma perspectiva socioambiental.

⁷⁴ Este quadro é ilustrado por Allegretti: “Dentre outras autoridades, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Henrique Iglesias, disse que Chico Mendes não era uma pessoa desconhecida do Banco e solicitou ao governo brasileiro que preservasse suas idéias. No dia 3 de janeiro, o Senador Republicano Robert Kasten fez um pronunciamento no Congresso Norte-Americano em homenagem a Chico Mendes, referindo-se a ele como um amigo pessoal e um herói mundial. Nos dias 13 e 14, uma comitiva de parlamentares norte-americanos, incluindo o então senador Al Gore, visitou o Acre, exercendo pressão sobre as investigações do assassinato. E no dia 25 um ato ecumênico lotou a catedral de Washington, reunindo as maiores entidades ambientalistas norte-americanas, autoridades de instituições multilaterais, toda a imprensa e representantes da Embaixada Brasileira, para ouvir Raimundo de Barros, seringueiro, sindicalista e primo de Chico Mendes” (Allegretti, 2002, p.5).

“A validade dessa iniciativa, como idéia mais adequada para garantir a conservação dos recursos florestais da Amazônia e, simultaneamente, possibilitar um desenvolvimento ecológico e socialmente adequado já foi atestada pelas seguintes instituições: *World Wildlife Fund*; *Environmental Defense Fund*; *United Nations Environmental Programme*; *Survival International*; Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento; *National Wildlife Federation*; *Sierra Club*; *Natural Resources Council*. Revista da IUCN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) publicou matéria a respeito em sua edição de janeiro/março de 1986, assim como a edição do *The Economist* de maio e do jornal *New York Times*, de 18 de novembro do mesmo ano” (Allegretti, 1989, p.4).

Assim, se as Resex já eram divulgadas e encontravam respaldo no âmbito externo a partir de sua divulgação no I Encontro, a aliança com os ambientalistas será confirmada e intensificada em 1989, quando ocorre o II Encontro Nacional dos Seringueiros. O encontro foi realizado apenas alguns meses após a morte de Chico Mendes e, portanto, valeu-se da atenção internacional e, naquele momento nacional, que se voltava para a Amazônia, em especial para os seringueiros. Nesta conjuntura favorável à expansão do movimento, são estabelecidas novas articulações, mediadas pelo CNS. Já discutimos na seção anterior acerca da pertinência de uma identidade ambiental entre os seringueiros, inserindo-se em um processo pautado pela intersubjetividade e racionalidade. Nesta parte, salientamos o lado racional, enfocando a “Aliança dos Povos da Floresta”.

A aliança foi divulgada como uma união entre atores que, como habitantes da floresta, estavam aptos a utilizar os recursos naturais sem destruí-los. Ademais, representava uma união de forças contra o desmatamento na região, provocado pelas políticas de modernização. De fato, o saber destes povos lhes conferia legitimidade na busca pela preservação da Amazônia, atribuindo à aliança um caráter ambiental que atraiu substancialmente a atenção dos ativistas. Contudo, devemos ponderar que a “União dos Povos da Floresta”, integrada por índios e seringueiros, consistiu em uma estratégia do movimento para reforçar as disputas contra seus opositores, sendo o resultado de articulações iniciadas em 86. Esta idéia subjacente à ação é evidenciada pelo depoimento de Raimundo de Barros que, como uma das lideranças do movimento, participou desta mediação:

“A União dos Povos da Floresta, eu acho, foi o fortalecimento da política em defesa dos direitos dos povos da floresta e isso fez com que se conquistasse, se avançasse muito essa união porque enquanto o seringueiro brigava com o índio, o índio brigava com o seringueiro, era o fazendeiro e os seus apoiadores que tavam tendo espaço. Quando esses dois povos se juntou, aí eles perderam porque aumentou a nossa força. A nossa união foi mais forte, e o nosso poder lógico que cresceu. Portanto, a aliança foi uma estratégia política de fazer valer

nosso direito e conquistar espaços, o que tanto os índios quanto nós foram conseguindo.” (Raimundo de Barros, em entrevista)

Este depoimento nos esclarece os objetivos da aliança estabelecida entre índios e seringueiros: estes atores buscavam ampliar seu campo de ação, fazendo uso das oportunidades políticas apresentadas, e mesmo criando-as, como no caso em tela. Desse modo, estabeleceram um contato inesperado – haja visto o passado de conflitos que caracterizavam a relação entre os “povos da floresta” – pautado pelo imperativo de fortalecer suas lutas. Não se trata aqui de questionarmos o teor ecológico desta conjunção de forças. Sabemos que tanto os índios quanto os seringueiros procuravam proteger o meio ambiente, pois dependiam da floresta para sobreviver. Este era o local onde inscreviam suas práticas, que conformavam o seu modo de vida. Pretendiam, através desta aliança, fortalecer sua resistência aos projetos de modernização, que lhes expulsavam de suas “terras”, da floresta. Lutavam, destarte, pela permanência na e da floresta.

O que procuramos sustentar é o fato de tal aliança não ter resultado na construção de uma identidade, como a de ambientalista. Ainda que seja possível apontarmos ambos os atores como “povos da floresta”, a duração desta aliança nos evidencia a sua debilidade, visto que esta se mantém apenas “no papel”, como declara Raimundo de Barros. Apesar de uma identificação compartilhada entre a cultura do seringueiro e a do índio, já que a primeira se constrói em parte sobre as práticas indígenas, entendemos que estes atores não lograram estabelecer uma identidade comum que perdurasse minimamente mesmo após assegurados seus objetivos, pese o caráter transitório, temporário de uma identidade. A aliança, por conseguinte, consistiu em uma articulação tática, que permitia maior visibilidade a seringueiros e índios, na medida em que estes protagonistas atuavam juntos em campanhas, como a Campanha em Defesa da Floresta, lançada em 86, em Brasília. Desse modo, colocavam em pauta suas reivindicações – a demarcação de terras indígenas e das reservas extrativistas – ao passo que procuravam inserir-se nas esferas federal e estadual, via órgãos governamentais, e ampliar sua base de aliados com o apoio dos ambientalistas.

A despeito dos benefícios propiciados pela transposição do movimento, a partir de 92 os seringueiros passam a priorizar a mobilização e ampliação de suas bases paralelamente à ênfase destinada ao ambientalismo. Entre as resoluções estabelecidas no III Encontro Nacional dos Seringueiros destacamos a vinculação entre a reforma agrária, enfatizada durante o encontro, e a proposta das Resex; o estabelecimento de alianças com parlamentares, entre o CNS e as organizações sindicais associadas aos trabalhadores rurais, bem como o enquadramento da reforma agrária como uma bandeira de luta pela CUT, além do fortalecimento das relações com os povos indígenas. Neste ponto, cabe atentarmos para o fato de que a “Aliança para os Povos da Floresta” vinha deteriorando-se desde 1991, aproximadamente. De acordo com o documento “percebeu-se que a aliança não deve ser forçada, mas deve se dar no processo de lutas do dia a dia”, o que reitera nossa argumentação, que preza a racionalidade inscrita na criação desta aliança.

Outras questões debatidas pelos seringueiros concernem ao trabalho junto às bases, da qual resultou o Projeto de Formação de Lideranças Comunitárias, formulado pelo Conselho; e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Neste encontro estariam reunidos ativistas, ongs, instituições, jornalistas e autoridades de várias partes do mundo, representando uma visibilidade em múltiplas dimensões para o movimento. Os seringueiros teriam uma oportunidade única de apresentar a proposta das Resex, equiparando-as a um modelo para o desenvolvimento sustentável. Outrossim, a realização do Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais durante a ECO-92 fazia deste encontro um espaço privilegiado, permitindo o contato com os diversos atores da sociedade civil global.

Em 95 é organizado o IV Encontro Nacional dos Seringueiros. Segundo Paula (1999), o CNS iniciou em 93 uma política de aproximação com o governo, que se consolidou durante o encontro. Decidiu-se que deveria se “realizar levantamentos socioeconômicos – em convênio com o Ibama ou o Incra – para identificar o potencial extrativista a fim de que sejam criadas novas Resex e Paes (...); buscar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas no sentido de viabilizar a capacitação de técnicos e produtores agroextrativistas a fim de que se implemente

com maior clareza o projeto de desenvolvimento para a Amazônia” (CNS, 1985, p.10-12. In: Paula, 1999, p.260).

As questões expressadas nas resoluções do III e IV Encontro nos sugerem algumas reflexões. Em primeiro plano, o enfoque destinado à mobilização das bases sugere um processo de “internalização”, um retorno do movimento para si próprio, o que não significou o rompimento com os aliados conquistados ao longo de sua trajetória, principalmente durante a sua externalização. Trata-se, portanto, da coexistência do localismo e do globalismo. Neste sentido, o localismo observado nesta nova fase do movimento não equivale ao isolamento, pelo contrário. Durante este período (1989 a 1994, aproximadamente), o movimento experimentou o respaldo dos aliados, recebendo auxílio financeiro de ongs e entidades internacionais, como a WWF e a NOVIB, para funções que variavam: desde o apoio institucional do CNS, entidade dependente destas doações, até o financiamento de projetos, instalação de usinas para o beneficiamento da castanha, passagens de avião, compra de material⁷⁵. A *Cultural Survival* constitui outra organização que auxiliou o movimento, atuando na comercialização da castanha no mercado americano⁷⁶, e a ECOTEC, uma ong nacional, foi incorporada pela Fundação Ford para administrar 270 mil dólares doados pela entidade para a execução do Projeto Castanha⁷⁷ (Paula, 2005, p.327). Os projetos eram elaborados em sua maioria pelo CNS com a assessoria de ongs nacionais, como o IEA, o CTA (Centro de Trabalhadores Amazônicos).

As resoluções do IV Encontro consolidam esta fase de rápida mudança nas orientações do movimento, visto que a ênfase na política de alianças com os ambientalistas, iniciada em 85 e reforçada em 89, cedeu relativamente o lugar a uma aproximação com o governo, ainda que se mantivesse o teor ecológico dos discursos e práticas. Esta decisão do movimento encontra explicação, sobretudo, nas modificações estruturais que ocorriam no âmbito externo. A década de 90 é singularizada no nível global pelo processo de globalização e no internacional, pelo fim da Guerra Fria. Foi fundamentalmente este último evento que propiciou uma

⁷⁵ Informações obtidas no arquivo do CNS.

⁷⁶ De acordo com Anderson, algumas empresas americanas estariam dispostas a direcionar 5% de seus lucros na venda de produtos florestais para instituições comprometidas com a proteção ambiental, entre estas a Caex (Anderson et al, 1994, p.231).

⁷⁷ Sobre o auxílio prestado pelas ongs aos moradores das Resex, ver Anderson et al (1994).

mudança de percepção entre os integrantes do grupo local. Aliada à exigência de viabilidade dos projetos, a partir dos anos 90 as ongs e entidades internacionais foram paulatinamente minimizando o apoio financeiro ao movimento em virtude do fim da Guerra Fria. Esta alteração no sistema internacional resultou no deslocamento das questões que pautavam a agenda internacional: a preservação das florestas tropicais, embora relevante, perdia a prioridade em função da defesa dos direitos humanos, ameaçados pelos conflitos étnicos, que se agravavam. Ademais, muitos destes conflitos guardavam relação com a desintegração do bloco soviético, como a guerra da Bósnia. Estas percepções se faziam presentes entre as instituições e ongs internacionais, entre estas a NOVIB⁷⁸, um consórcio holandês formado por um agrupamento de organizações nacionais e internacionais.

Desse modo, o movimento opta por dar ênfase ao plano local, não apenas através de projetos que priorizavam a atuação nas Resex, mas pela mobilização de sua base. Ressaltamos que, atualmente, a ajuda financeira externa ocorre primordialmente pelo PPG7, via governo federal. Ainda, recordemos que mesmo na primeira metade da década de 90 o movimento contou com apoio financeiro e político de seus aliados. Em 93, durante o “Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta”, ocorrido em Brasília, o *Greenpeace*, no Rio de Janeiro, estendeu uma faixa na sede de uma empresa de pneus em apoio aos seringueiros.⁷⁹

4.4. Conclusão

Neste capítulo, procuramos salientar as duas fases que compreendem a transnacionalização do movimento e expressam a relação entre o local e o global. Deste modo, estabelecemos duas fases, nas décadas de 80 e 90, envolvendo os quatro

⁷⁸ Já em 91, a NOVIB salienta no relatório do IV Encontro de Contrapartes: “Em relação à União Soviética, por seu turno, existem muitos prognósticos, mas todos, pouco fundamentados em dados reais. Todavia, a tendência é que ela se divida em diferentes países, que poderão se envolver em novas guerras. É curioso que, apesar do fim da “guerra fria”, haja uma nova tendência de recrudescimento de conflitos regionais. Mesmo quando na América Central, na África e na Indochina, estão sendo desenvolvidas soluções, através da negociação, surgem, em outras partes do planeta, conflitos étnicos, desejo de autonomia, etc.” (Relatório do IV Encontro de Contrapartes da NOVIB - Plataforma Brasil, 1991, p.4).

⁷⁹ PAULA, 1999, p.259.

primeiros encontros do grupo. A partir do exposto, observamos que o campo de oportunidades para os seringueiros, relativamente fechado no âmbito interno, mostrava-se mais aberto às suas demandas no plano externo, representado pelas dimensões internacional, transnacional e global. Ainda, verificamos que a abertura em si não resultou automaticamente na ação do grupo. Acrescenta-se a isto outros fatores que geraram incentivos para a transposição do movimento para além da escala local: os seringueiros entenderam que para se assegurar a manutenção do movimento seria preciso não apenas fazer uso das oportunidades aparentes, mas criá-las, organizar sua base e reenquadrar sua mensagem.

Os novos aliados foram obtidos principalmente entre ativistas transnacionais atrelados à causa ambiental. O movimento, ao incorporar uma mensagem universal ao seu discurso logrou estabelecer contatos que superavam as barreiras territoriais, ao mesmo tempo em que tais contatos contribuíam para proporcionar-lhes uma visibilidade multidimensional, fortalecer a mobilização das bases locais, dentro das fronteiras geográficas, além de maior influência junto às instituições internacionais e o governo brasileiro. No caso das ongs nacionais e internacionais, as últimas em especial, se o apoio aos seringueiros, no caso o financeiro, poderia permitir-lhes uma ingerência maior nos projetos locais e entre os membros do movimento, a atuação junto ao grupo constituía igualmente um elemento relevante diante dos organismos internacionais. Seria por meio dos relatos de mediadores locais, como Chico Mendes, Raimundo de Barros, Osmarino Amâncio, que ativistas e ongs internacionais poderiam alcançar legitimidade entre as autoridades dos organismos. Juntos, estes atores formavam uma cadeia de mediadores, que atuavam nas esferas local, internacional, transnacional e global, influenciando por meio de campanhas no plano nacional. Podemos constatar este efeito bumerangue, por exemplo, na paralisação do asfaltamento da BR 364 e no reconhecimento legal das propostas do movimento, em princípio através da criação das Paes e, em um segundo momento, pela implantação das Resex.

Todavia, atestamos que o processo de transacionalização do movimento, embora envolva a ação transnacional e a mediação (*brokerage*) não se efetivou, no caso dos seringueiros, exclusivamente pela ocorrência destes mecanismos, uma vez

que não lograram manter ações coordenadas com seus membros em outros estados. Destarte, foi a construção de uma identidade mínima, calcada em uma questão global, que tornou exequível este processo. Assim como na formação da identidade de seringueiro, a de ambientalista se mostrou sustentada pelo lado intersubjetivo e simbólico, inscrevendo-se nas práticas culturais dos atores locais. Aqui, não descartamos a racionalidade da ação. Se o processo de identificação do seringueiro atendia igualmente à necessidade de mobilização das bases e manutenção do movimento, a formação de uma identidade compartilhada com os ambientalistas também trouxe benefícios, entre estes a ressonância das reivindicações do grupo e o recebimento de recursos para a conclusão de projetos. Contudo, ao propormos a construção de identidade entre estes atores de origens distintas, estamos nos distanciando de uma análise por demais simplista, que possa considerar apenas os fatos mediante uma primeira observação, a partir da “superfície”.

Finalmente, remetemo-nos à última fase investigada neste trabalho e que sugere a volta ao localismo. A ênfase no local, ainda que marginalizada possivelmente pelo discurso global, sempre esteve presente na trajetória do movimento. A comprovação deste fato repousa sobre a proposta das Resex, apresentada nos anos 80, período em que o movimento experimentava sua transnacionalização e contava com o apoio substancial dos ambientalistas. O que ressaltamos a partir da década de 90 refere-se à priorização das bases, conquanto o movimento preservasse sua identidade ambiental e ainda recebesse recursos de ongs internacionais, que foram diminuindo paulatinamente. Ao contrário das reservas, que congregavam o particular e o universal, a mobilização das bases sucedia apenas no plano local. Neste capítulo, concluímos que o retorno do movimento às origens não se opôs a um momento anterior, singularizado pela externalização. Portanto, o movimento congregou processos distintos, mas que se complementam: localização, transnacionalização e globalização, atingindo múltiplas esferas e, assim, tornando-se visível na dimensão nacional.

5. Conclusão

O movimento dos seringueiros reúne uma série de elementos que não apenas complexificam as análises acerca da trajetória de um ator coletivo, como lançam novas reflexões direcionadas à dinâmica das relações sociais. Inicialmente um ator local, o movimento surge marcado pela ação dos mediadores, em especial a Igreja Católica e a Contag, no estado do Acre. Fundamentais para a sua ascensão, estes mediadores lograram estabelecer laços de solidariedade entre os integrantes do movimento por meio da conscientização do grupo e da construção/atribuição de uma identidade. Atuaram como tradutores da legislação vigente, buscando adaptá-la às particularidades encontradas no estado. Por sua vez, procuraram simultaneamente adaptar os seringueiros ao ordenamento legal, enquadrando-os na categoria de posseiro, estratégia que encontrou uma rápida aceitação entre estes atores em virtude do fechamento relativo das oportunidades políticas locais e nacionais.

Se a identidade de posseiro foi formulada em um primeiro momento sem a participação ativa dos receptores, sendo por este motivo atribuída na medida em que sucedeu de fora para dentro, em um segundo momento este cenário tendeu a se modificar. Os próprios seringueiros corroboraram neste processo, atuando e influenciando para que esta identidade se consolidasse por meio do discurso propagado e por seguirem as orientações da Contag. De meros objetos, como se poderia inferir diante do quadro inicial, os seringueiros também figuraram como sujeitos, consolidando um duplo papel que irá caracterizar a trajetória deste ator coletivo, especialmente ao longo de sua transposição para outros planos.

Contudo, os acontecimentos no plano local, associados ao insucesso das ações coletivas, os empates, contribuíram para alterar o cenário em questão. Diante de uma ameaça de desmobilização do grupo em um contexto marcado por divergências internas, o que poderia resultar no seu fim, os seringueiros se rearticularam a partir de Xapuri. O ator coletivo “em movimento” procurava firmar-se em sua nova fase. Ao

distanciar-se dos antigos aliados e mediadores fazia-se necessário criar/consolidar uma identidade própria, a de seringueiro, apartando-se, assim, de uma identidade construída/atribuída. O seringueiro, a despeito de designar uma identidade profissional, deveria igualmente caracterizar uma identidade política, estabelecendo a diferenciação entre os lados da contenda, antes promovida pelos mediadores através da identidade de posseiro. Destarte, a partir dos anos 80, o movimento busca novos aliados e novos mediadores, fomentando a construção da identidade seringueira seja por iniciativas como a implantação do Projeto Seringueiro, seja pela ação conjunta nos empates.

De todos os modos, a interação social, partindo de experiências cotidianas servirá de suporte ao longo deste processo. Calcadas na “cultura da floresta”, tais experiências envolviam uma gama de símbolos e valores inscritos não só nas atividades extrativistas – a extração do látex, a coleta da castanha –, mas em práticas do dia-a-dia e crenças sobrenaturais: o catolicismo coexistia com fenômenos como a panema e entidades da floresta (a Mãe Seringueira, o Curupira). Congregavam a união de uma herança do indígena e do branco (nordestino). E foi o respaldo cultural que permitiu a consolidação desta identidade em um curto período, rechaçando-se uma possível retórica do discurso. Foi igualmente este respaldo que possibilitou o estabelecimento de uma identidade mínima simultaneamente à construção da identidade seringueira.

A formação de uma identidade compartilhada entre seringueiros e ambientalistas foi priorizada neste estudo, conquanto não tenhamos negligenciado as implicações de uma ação transnacional – a atuação conjunta em campanhas internacionais – e, principalmente da mediação e do padrão bumerangue. Com efeito, todos estes fatores estão interligados, como salientamos no capítulo 2, visto que a ação conjunta transnacional, via mediação, possibilita a interação entre os atores de origens distintas e, a partir da troca de informações no momento da ação, a formação de uma identidade compartilhada. A ênfase na construção da identidade pautada por uma questão universal – a defesa da floresta tropical, do meio ambiente – propiciou a abordagem de questões relevantes para a transnacionalização do movimento. Primeiramente, este fato comprova nossa hipótese de que o processo de

transnacionalização do movimento encerra uma mudança cognitiva entre os seringueiros, no que pese os benefícios provenientes da aproximação destes atores, principalmente no que tange aos recursos financeiros recebidos de ongs e entidades internacionais. Ademais, nos auxilia na compreensão acerca do local, o global e o transnacional como dimensões constitutivas do movimento ao longo de sua transposição.

Ao incorporar um discurso ambientalista em suas práticas locais a partir do contato com ativistas transnacionais, o movimento foi capaz de construir uma identidade inclusiva, de caráter global, baseada no mínimo em comum reconhecido pelos atores envolvidos. Como na formação da identidade seringueira, aliando racionalidade e intersubjetividade, entendemos que a identidade ambientalista adotada pelo movimento foi possível devido à cultura do seringueiro, que compreende entre crenças e símbolos as atividades extrativistas. Tais atividades, reconhecidamente auto-sustentáveis, inserem-se nos valores destes atores e, assim, em sua identidade-base: a de seringueiro. Assim, a identidade ambiental superpõe-se a de seringueiro, sem negá-la, já que esta permitiu a perenidade daquela entre os integrantes do grupo, apesar da minimização do apoio de ongs e entidades internacionais ao movimento. Outrossim, confirma-se novamente a influência mútua ente o particular e o universal.

Ainda neste ponto, surgem outras considerações. Ao formar uma identidade global, balizada pela proteção da Amazônia, torna-se possível inferir que o movimento experimentou sua globalização, superando a dimensão local e atingindo a global. Como verificamos anteriormente, a formação da identidade ambiental consistiu no fator que permitiu ao movimento consagrar-se como um ator coletivo transnacional, visto que a definição de movimentos transnacionais, conforme empregada por Sikkink e Tarrow, apresenta como um requisito a atuação de membros em mais de um estado em ações coordenadas. Por conseguinte, o simples contato com ativistas, formando redes transnacionais e a ação conjunta em campanhas internacionais, além do apoio recebido e do grande volume de recursos financeiros destinados aos seringueiros, não logrou efetivar a transnacionalização do movimento.

Ao afirmarmos que o estabelecimento de uma identidade global tornou exequível a transposição do grupo para além de sua localidade, estamos assumindo que a globalização experimentada pelos seringueiros implicou em sua transnacionalização. Esta constatação, ao condicionar a transnacionalização à globalização, desmistifica uma pretensa oposição entre os dois processos. Apesar de o primeiro salientar e ratificar a relevância da questão territorial para a análise teórica, a permanência dos limites geográficos não se contrapõe ao processo de globalização, conforme discutimos na primeira parte deste trabalho. Entre os exemplo, citamos a proposta das Resex, que se destacou como uma solução local, restrita às áreas demarcadas, para um problema global. Assim, na dinâmica global, dois processos aparentemente opostos coexistem – a territorialização e a desterritorialização –, fato que torna compatível a concretização do processo transnacional pelo global.

Estas observações nos sugerem que as análises sobre o processo de transnacionalização dos movimentos sociais devem ser retomadas sob uma percepção que considere a relevância da dimensão global para o processo. No que diz respeito aos seringueiros, a influência desta dimensão superou um papel marginal, deslocando-se para o centro, na medida em que foi fundamental para a constituição de um movimento transnacional. Assim, o movimento dos seringueiros sinaliza um marco para o estudo destes processos, compreendendo o local, o transnacional e o global como dimensões constitutivas do ator coletivo. Para além de uma análise que enfoque a relação entre o global e o local, finalizamos com a seguinte proposta: a nova agenda sobre movimentos sociais deve direcionar-se para investigar a relação entre o transnacional e o global, o que não resulta em negligenciar o plano local, pois este insere-se na própria dinâmica global.

6. Referências Bibliográficas

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. In: *Pará Desenvolvimento*, n.25, p.3-29, jan/dez. 1989.

A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Brasília-DF, 2002, 827p. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n.55, p.33-53, junho/2004.

AMÂNCIO, O. Entrevista concedida a Márcio Roberto Vieira Cavalcanti e Lelcia Monteiro. Rio Branco, nov. 2004.

ANDERSON, Anthony et al. *O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANHEIER, H.; GLASIUS, N.; KALDOR, M. (eds). *Global Civil Society*, 2004/05. London: Sage Publications, 2004.

AQUINO, J. M. B. de (“Boca”). José Maria Barbosa de Aquino: depoimento [nov. 2005]. Entrevistadora: Ana Carolina Teixeira Delgado. Rio Branco, 2005. 1 fita cassete (60 min), 3 ¾ pps, estéreo.

ASSIZ, F. de. Entrevista concedida a Ana Carolina Teixeira Delgado. Xapuri, 16 nov. 2005.

BANKS, Michael. The Inter-Paradigm Debate. In: Margot Light & A.J.R.Groom (eds.). *International Relations - A Handbook of Current Theory*. London: Pinter Publishers, 1985, p.7-26.

BARROS, R. M. de. Raimundo Mendes de Barros: depoimento [nov. 2005]. Entrevistadora: Ana Carolina Teixeira Delgado. Rio Branco, 2005. 1 fita cassete (60 min), 3 ¾ pps, estéreo.

BECKER, Bertha. *Amazônia*. Rio de Janeiro: ed. Ática, Série Princípios, 1997.

BENNET, W. Lance. Social Movements beyond Borders: understanding Two Eras of Transnational Activism. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield publishers, INC., 2005, p.203-226.

BOLI, John; THOMAS, John (eds). *Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations since 1875*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Caderno de atas da Cooperativa Agro-extrativista de Xapuri.

CALAÇA, Manoel. *Violência e resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de reserva extrativista*. Rio Claro, SP, 1993, 273p. Tese de Doutorado – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CHANDLER, David. Building Global Civil Society ‘From Below’?. In: *Millennium*, v.33, n.2, p.313-339, 2004.

CNS. *I Encontro Nacional dos Seringueiros*. Artigo publicado em 4 nov. 2002. Disponível em <<http://www.cnsnet.org.br/news>>. Acesso em: 11 abr. 2005.

II Encontro Nacional dos Seringueiros. Artigo publicado em 4 nov. 2002. Disponível em <<http://www.cnsnet.org.br/news>>. Acesso em: 11 abr. 2005.

III Encontro Nacional dos Seringueiros. Artigo publicado em 4 nov. 2002. Disponível em <<http://www.cnsnet.org.br/news>>. Acesso em: 11 abr. 2005.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

COLÁS, Alejandro. Putting Cosmopolitanism into Practice: the Case of Socialist Internationalism. In: *Millennium*, v.23, n.3, p.513-34, 1994.

COX, Robert W. Civil Society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. In: *Review of International Studies*, v.25, p.3-28, 1999.

CTA. *Proposta Político Pedagógica: um projeto com características únicas para as Escolas da Floresta. Proposta Político-Pedagógica.doc*. Mensagem recebida por <acaroldelgado@gmail.com> em 24 nov. 2005.

DELLA PORTA, Donatella. Multiples Belongings, Tolerant Identities and the Construction of “Another Politics”: Between the European Social Forum and the Local Social Fora. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, p.175-202.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 1999.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational processes and Social Activism: An Introduction. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, p.1-17.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Conclusion: “Globalization”, Complex Internationalism, and Transnational Contention. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, p.227-246.

DIANI, Mario. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: ‘From Metaphor to Substance’?. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug (eds). *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p.1-18.

Cities in the World: Local Civil Society and Global Issues in Britain. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield publishers, Inc., 2005, p.45-67.

DOMINGUES, José Maurício. *Social Theory and Collective Subjectivity*. New York: Palgrave, 2001.

DOYLE, T.; McEACHERN, Doug. *Environment and Politics*. London and New York: Routledge, 1998.

DUARTE, Élio Garcia. *Conflitos pela Terra no Acre: A Resistência dos seringueiros de Xapuri*. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

ESCHLE, Catherine; STAMMERS, Neil. Taking Part: Social Movements, INGOs, and Global Change. In: *Alternatives*, v. 29, p.333-372, 2004.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza, In: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p.101-125.

FABER, Daniel. Building a Transnational Environmental Justice Movement: Obstacles and Opportunities in the Age of Globalization. In: SMITH, Jackie;

BANDY, Joe (eds). *Coalitions across Borders*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield publishers, INC., 2005, p.43-68.

FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, K. N. (eds) *Constructing international relations : the next generation*. Armonk, N.Y.: M. E. Sharpe, 2001.

GÓMEZ, José Maria. Desafiando a la gobernancia neoliberal? Sociedad civil global, activismo transnacional y agencias econômicas multilaterales. In: *Revista Osal*, n.3, p.171-176, jan/2001. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal3/debates.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des) Caminhos do MeioAmbiente*. São Paulo: Contexto, 1989.

Geografando: Nos varadouros do Mundo. Da Territorialidade Seringalista – O Seringal – À Territorialidade Seringueira – À Reserva extrativista. Rio de Janeiro, 1998, 590p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p.183-197.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

(org). *O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

HELD, David. Democracy: Past, Present and Possible Futures. In: *Alternatives*, v.18, p.259-71, 1993.

Democracy and the global order :from the modern state to cosmopolitan governance. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HELD, David et al. *Global Transformations. Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INGLEHART, Ronald. *Cultural Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

KATZENSTEIN, P.J., KEOHANE, R.; KRASNER, S. International Organization and the Study of World Politics. In: *International Organization*, v. 52, n. 4, p.645-686, 1998.

KEANE, John. *Global Civil Society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KECK, Margaret E. *Parks, People and power: the shifting terrain of environmentalism*. NACLA Report on the Americas – March 1, 1995.

a. Social Equity and Environmental Politics in Brazil; lessons from the Rubber Tappers of Acre. In: *Comparative Politics*, p.409-424, julho/1995.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in international Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert; NYE Jr, Joseph S. Transgovernmental Relations and International Organizations. In: *World Politics*, v. 27, p.39-62, 1974.

Power and Interdependence: World Politics in Transition. Boston: Little Brown and Co., 1977.

KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. *Restructuring world politics: transnational social movements, networks and norms*. Minneapolis: Princeton University Press, 2002.

LEIS, Hector; VIOLA, Eduardo J. *Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1989.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. *História da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. Reconstructing World Politics: The Emergence of Global Civil Society. In: *Millennium*, v.21, n.3, p.389-420, 1992.

LITTLE, Richard. The growing relevance of pluralism?. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.66-86.

LYNCH, Cecilia. E.H.Carr, International Relations Theory, and the Societal Origins of International Legal Norms. In: *Millenium*, v.23, n.3, p.589-619, 1994.

Social Movements and the Problem of Globalization. In: *Alternatives*, v.23, p.149-173,1998.

MARCHESE, Daniela. *“Eu entro pela perna direita”*: espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

MÁRMORA, Leopoldo. A ecologia como Parâmetro das Relações Norte-Sul: A Atual Discussão Alemã em torno do “Desenvolvimento Sustentável”. In: *Contexto Internacional*, v.14, n.1, pp.23-54, jan/jun 92.

MARTIN, L.; SIMMONS B.A. Theories and Empirical Studies of International Institutions. In: *International Organization*, v.52, n.4, p.729-757, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

McADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago: Chicago University Press, 1999.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer Z. Introduction: Opportunities, mobilizing structures, and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movement. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer Z. (eds). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.1-20.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELUCCI, Aberto. *The playing self: person and meaning in a planetary system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, N. T. Entrevista concedida a Ana Carolina Teixeira Delgado. Seringal Cachoeira, Xapuri, 16 nov. 2005.

NELSON, Paul J. Agendas, Accountability, an Legitimacy among Transnational Networks Lobbying the World Bank. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. *Restructuring world politics: transnational social movements, networks and norms*. Minneapolis: Princeton University Press, 2002, p.131-154.

Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. ONU, Nova Iorque, 1987.

O'BRIEN, Robert et al. *Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Cima, 1991.

O'NEIL, Kate. Transnational Protest: States, Circuses, and Conflict at the Frontline of Global Politics. In: *International Studies Review*, v.06, p.233-251, 2004.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKÓVA, V. et al. *International Relations in a Constructed World*. New York: M. E. Sharpe, 1998, p.58-78.

PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e Sindicatos*. Um povo da floresta em busca da liberdade. Itaguaí, 1991, 258p. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sergio (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999, p.233-273.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Política externa brasileira, 1889/2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2004.

IV Encontro de Contrapartes da NOVIB - Plataforma Brasil, 1991, Itatiaia. *Relatório do IV Encontro de Contrapartes da NOVIB - Plataforma Brasil*. Itatiaia: NOVIB, 1991. Arquivo do Conselho Nacional dos Seringueiros, pasta NOVIB.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

REINALDA, Bob. Private in Form, Public in Purpose: NGOs in International Relations Theory. In: ARTS, Bas; NOORTMANN, Math; REINALDA, Bob (eds). *Non-State Actors in International Relations*. Aldershot, England: Ashgate Publishing Company, 2001, p.11-40.

RISSE-KAPPEN, Thomas (ed). *Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RISSE-KAPPEN, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn (eds). *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ROBERTSON, Roland. Glocalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity. In: *Global Modernities*. FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott; ROBERTSON, Roland (eds). London: SAGE Publications Ltd, 1995, p.25-44.

ROOTES, Christopher. A Limited Transnationalization? The British Environmental Movement. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005, p.21-43.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora da Universidade, 2000.

SANTOS, Vicente Tavares dos. *Matuchos, exclusão e luta*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SCHOLTE, Jan Aart. "Global civil society: Changing the World". Coventry, UK. CSGR Working Paper 31/99, maio/1999.

"What is Globalization? The Definitional Issue – Again". Coventry, UK. CSGR Working Paper 109/02, dez/2002.

SECKINELGIN, Hakan. Civil Society as a Metaphor for Western Liberalism. In: *Global Society*, v.16, n.04, 2002.

SHAW, Martin. "Civil Society and Global Politics: Beyond a Social Movements Approach". In: *Millennium*, v.23, n.3, p.647-667, 1994.

SIKKINK, Kathryn. La dimensión transnacional de los movimientos sociales. In: JELIN, Elizabeth (org). *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros de Zorzal, 2003, p.301-331.

Patterns of Dynamics Multilevel Governance and the Insider-Outsider Coalition. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (orgs). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rownan & Littlefield publishers, INC., 2005, p.151-173.

SIKKINK, Kathryn; SMITH, Jackie. Infrastructures for Change. Transnational Organizations, 1953-93. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn. *Restructuring world politics: transnational social movements, networks and norms*. Minneapolis: Princeton University Press, 2002, p.24-44.

SILVA, Marina. *O sonho da sustentável*. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/asonhosu.htm>>. Acesso em: 1 nov. 2000.

SMITH, Jackie; BANDY, Joe (eds). Introduction: Cooperation and Conflict in Transnational Protest. In: *Coalitions across Borders*. Oxford, UK: Rownan & Littlefield publishers, INC., 2005, p.1-17.

SPRETNAK, Charlene; CAPRA, Fritjof. *Green Politics*. London: Paladin Grafton Books, 1986.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In: *São Paulo em Perspectiva*, v.6, n.1-2, p.175-186, janeiro/junho 1992

SVIRSKY, Enrique; CAPOBLANCO, João Paulo R.; PÁDUA, José Augusto (orgs). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997.

TARROW, Sidney; McADAM, Doug. Scale Shift in Transnational Contention. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield publishers, INC., 2005, p.121-147.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Transnational Contention, *European Forum Series*. EUI Working Papers RSC n.2000/44, 2000.

THIELE, Leslie Paul. "Making Democracy safe for the World: Social Movements and global Politics". In: *Alternatives*, v.18, p.273-305, 1993.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

"Social Movements/World Politics". In: *Millennium*, v.23, n.3, pp.669-700, 1994.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, Inc., 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy Is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. In: *International Organization*, v.46, n.2 p.391-425, 1992.

Social Theory of International Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WWF. *Memorandum. Ref.:Protocolo Nutritional*. Brasília-DF, 23 set. 1992. Arquivo do Conselho Nacional dos Seringueiros, pasta WWF.

YOUNG, O. R. *Governance in World Affairs*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

ZALD, Mayer N.; McCARTHY, John D. *Social Movements in a Organizational Society*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990. Paperback Edition.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)